



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

COMISSÕES TEMPORÁRIAS DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS E DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
LEGISLATURA DE 1993-1996

RELATÓRIO FINAL

(ELABORADO EM NOVEMBRO DE 1996)

VEREADORES INTEGRANTES DAS COMISSÕES

- JOSÉ EDUARDO SUPPIONI DE AGUIRRE, PSDB, advogado - Presidente da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos.
- PAULO MIGUEL ZENORINI, PT, economista - Presidente da Comissão de Estudos da Criança e do Adolescente e Relator da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos.
- ADALBERTO LETÍCIO ALESSANDRI, PSD, psicólogo - Membro das Comissões de Estudos Sócio-Econômicos e da Criança e do Adolescente.
- ARNALDO DE CARVALHO PINTO, PFL, administrador de empresas - Membro da Comissão de Estudos da Criança e do Adolescente.
- GILBERTO ROMANI, PSDB, médico - Membro da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos.
- JOÃO SOARES SOUZA LIMA, PSL, médico - Membro da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos.
- JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR, PSD, advogado - Membro da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

PREFÁCIO

Não se administra o que se desconhece.

A Comissão Temporária de Estudos Sócio-Econômicos da Câmara Municipal nasceu da impressionante constatação que fizemos em 1993, quando assumimos o mandato de vereador: a inexistência de informações sobre Bragança Paulista.

Desconhecia-se o número de indústrias aqui instaladas, a quantidade de trabalhadores nelas empregados, o número de estabelecimentos comerciais e a mão-de obra correspondente. Falava-se de uma agricultura em crise; porém, não havia clareza sobre o que o município estava produzindo e quais as atividades que estavam em declínio. Sequer a população era conhecida com segurança. Havia dúvidas sobre a vocação de Bragança Paulista, suspeitando-se que seu destino fosse a industrialização. De educação e saúde só sobrevinham notícias fracionadas, incapazes de gerar uma visão de conjunto.

Composta a comissão, passamos - na convicção de que não se administra o que se desconhece - a trabalhar intensamente, produzindo horas e horas de audiências com pessoas envolvidas na vida do município. A duração dos trabalhos, prevista inicialmente para três meses, prolongou-se por toda a legislatura de 1993-1996.

No decorrer de seu funcionamento, colhia-se informações que apontavam também para situações incertas - e preocupantes - quanto à mortalidade infantil e a outros indicadores das condições de vida da criança e do adolescente, surgindo a partir daí uma comissão para estudos específicos a esse respeito, cujos trabalhos de levantamento de dados acabaram por se realizar em conjunto com os de análise sócio-econômica.

Diante das alterações freqüentes que caracterizam o perfil de um município e de seu povo, assegurou-se o funcionamento da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos em caráter permanente no Poder Legislativo de Bragança Paulista a partir de 1997. Isto porque o futuro é construído pelos homens e suas chances de acertos são imensamente maiores quando conhecem a realidade onde atuam, a cidade onde vivem. É o que se impõe.

Casa do Poder Legislativo, em novembro de 1996

JOSÉ EDUARDO SUPPIONI DE AGUIRRE
Presidente da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos

PAULO MIGUEL ZENORINI
Presidente da Comissão de Estudos da Criança e do Adolescente



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

APRESENTAÇÃO e AGRADECIMENTOS

Este relatório se constitui em documento conjunto - final - dos trabalhos das Comissões Temporárias de Estudos Sócio-Econômicos e da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista.

Pretende-se com ele estimular o envolvimento da sociedade bragantina, de seus governantes e instituições representativas, na montagem e atualização de bancos de dados que permitam, a qualquer tempo, a noção mais próxima quanto possível da realidade local como instrumento básico para o planejamento de ações voltadas ao crescimento ordenado do município e à garantia da qualidade de vida de seu povo.

Ainda se coloca como missão complexa a obtenção imediata de estatísticas, levantamentos, pesquisas e quaisquer outras formas de acompanhamento numérico das atividades que aqui se desenvolvem. Por conseguinte, não se lança o presente relatório com intuito de encerrar verdades, mas, sim, de atrair para sua discussão - e, inclusive, para contestações - todos os cidadãos que, de uma maneira ou outra, possam contribuir para o enriquecimento da análise sócio-econômica.

O documento está dividido em capítulos, assim intitulados e organizados:

- Capítulo 1 - Economia, subdividido em itens específicos sobre o Setor Primário, o Setor Secundário e o Setor Terciário;
- Capítulo 2 - Educação, com itens próprios sobre Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial, Ensino Supletivo e Ensino Superior;
- Capítulo 3 - Saúde;
- Capítulo 4 - Segurança Pública;
- Capítulo 5 - Relatório da Comissão de Estudos da Criança e do Adolescente, com tópicos específicos a respeito dos trabalhos por ela realizados quanto à Legislação Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Indicadores de Educação, Saúde (com destaque para levantamento sobre Mortalidade Infantil) e Promoção Social e as Propostas da Comissão.
- Apêndice de Tabelas - que consiste na apresentação dos dados obtidos e de suas fontes que, por sua vez, serviram de base para a elaboração dos gráficos e das tabelas constantes do texto.

Para que o trabalho fosse elaborado, as comissões legislativas contaram, em suas reuniões, com testemunhos concedidos por cidadãos bragantinos, representantes de instituições locais das mais variadas áreas de atuação, os quais - cumprindo antes de tudo um dever cívico - contribuíram para que se compilassem algumas das principais características do município bragantino. A esses cidadãos fica registrada a homenagem do Poder Legislativo, mediante indicação de seus nomes e da entidade que representaram quando dos trabalhos junto às comissões:

Sr. Adolfo Rocco - Creche Colibri
Sr. Amílcar Donato Barletta - Sindicato Rural
Sra. Ana Cristina Marques Zecchin Oliveira - Assistente Social do Fórum de Justiça e Associação
Companheiros do Menor (COMENOR)
Sra. Antônia Francisco - Pastoral da Criança da Paróquia do Parque dos Estados



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- Sr. Antônio Carlos Vidiri - Associação Comercial
Sr. Antônio Ferreira Lima - Hospital Universitário São Francisco
Sr. Armando Marcondes Solano - Comunidade Quadrangular
Sra. Bernadete A. Carvalho Nagai - Serviço Assistencial Médico-Alimentar (SAMA)
Sr. Carlos Augusto Seixas - Hospital Universitário São Francisco
Sra. Célia Badari Goulart - Fundação Municipal de Ensino Superior (Faculdade de Ciências e Letras)
Sr. Celso José Villaça - Santa Casa de Misericórdia
Sra. Clara Aparecida Dominici Silva Melo - Serviço Assistencial Médico-Alimentar (SAMA)
Sr. Coukeper Victorello - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP
Frei Constâncio Nogara, OFM, Universidade São Francisco - Reitoria
Sra. Deise Maria Mimessi de Mattos - Centro Espírita Casa do Caminho
Sr. Doraci Ometto - Mineração Maciel Ltda.
Sr. Durvalino Zani - Escola Espírita Allan Kardec
Dr. Édison Baldi - 4a. Vara Judicial da Comarca de Bragança Paulista
Sr. Eduardo de Carvalho Pinto - Prefeitura Municipal (Coordenadoria de Planejamento)
Sra. Genilda C. de Mattos - Pastoral da Criança da Paróquia de São José e Santa Terezinha
Sr. João Fernandes Rodrigues Filho - Casa de Jesus e Associação Companheiros do Menor (COMENOR)
Sr. Jonas Costa Valente Leme - Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas - secção local
Sr. Júlio de Andrade Maia - Associação dos Criadores e Santa Casa de Misericórdia
Sra. Leila Montanari Ramos - Ordem dos Advogados do Brasil - Secção local
Sr. Luiz Antônio Ramos de Oliveira - Igreja Maranata
Sr. Luiz Gonzaga Pires Mathias - empresário bragantino
Sra. Luiza Maria Medeiros de Souza - GRASBAD e Programa do Adolescente
Sra. Márcia Maria de Oliveira Sartini - Delegacia Regional Agrícola
Sr. Marcus Antônio da Silva Leme - Hospital Universitário São Francisco
Sra. Maria Elisabeth Gomory - Centro Espírita Casa do Caminho
Sra. Maria Ignez Prandini Cursi - Delegacia de Ensino
Sra. Maria José C. Vilela - Psicóloga do Fórum de Justiça
Sra. Maria Regina Novaes - Comitê de Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria
Sra. Mariana de Fátima Beraldo - Partido dos Trabalhadores e APEOESP
Sra. Marina Gomes de Souza Valente - Prefeitura Municipal (Departamento de Educação)
Sr. Mário Jorge Arruda - Associação dos Suinocultores
Sr. Newton Carlos Polimeno - Hospital Universitário São Francisco
Sra. Nilza Aguiar Dávila - Serviço Assistencial Médico-Alimentar (SAMA)
Sr. Nurenberg Borja de Brito - Empresa Elétrica Bragantina S.A.
Sra. Odila Fabrega - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - agência local
Sr. Orlando Sérgio Zara - Câmara dos Dirigentes Lojistas
Sra. Regina Aparecida Miguel - advogada
Sra. Regina Tuffani da Silva - Fundação Municipal de Ensino Superior
Sr. Roberto Fernando Cordeiro Busse - Associação dos Cafeicultores
Sr. Ronaldo Roney Guglielmo - Comerciante
Sr. Rossine Amorim Maciel - Universidade São Francisco/Faculdade de Odontologia
Sr. Rubens de Toledo - Câmara dos Dirigentes Lojistas
Sr. Ruy Penteado - Hospital Universitário São Francisco
Padre Sebastião de Moraes Dantas - Paróquia de São José e Santa Terezinha
Sr. Sérgio Luiz Martin Nardy - Universidade São Francisco/Faculdade de Ciências Médicas
Sra. Sueli Aparecida Montagnana - Serviço Assistencial Médico-Alimentar (SAMA)
Sra. Tânia Mara Guelpa Clemente - Assistência Social do Centro de Saúde Dr. Lourenço Quilici



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Sr. Teodoro Qüilici Neto - Cooperativa de Laticínios
Sra. Therezinha Marques dos Santos - Centro Espírita Casa do Caminho
Dr. Túlio Tadeu Tavares - Ministério Público da Comarca de Bragança Paulista
Sra. Vanda Aparecida de Lima Forato - Delegacia de Ensino
Sra. Vanessa Simões de Freitas - Partido dos Trabalhadores
Sr. Wágner Marcondes Solano - Comunidade Quadrangular
Sra. Yara Fernandes Lousão - Serviço Assistencial Médico-Alimentar (SAMA)
Sra. Zitta de Mello Barbosa (em memória) - Comunidade Sorriso

No levantamento sobre a mortalidade infantil, as comissões obtiveram a participação, em caráter relevante, de médicos e outros profissionais bragantinos, os quais - convidados por elas - dedicaram grande parte de seu tempo disponível, que já é escasso, à elaboração de relatório com indicadores numéricos, conclusões e propostas. A eles consignamos o reconhecimento do Poder Legislativo pelo espírito de cidadania e pela postura exemplar do saber colocar-se a serviço da comunidade:

- *Antônio Pádua Netto Júnior - Pediatra*
- *Atílio Brisighelli Neto - Ginecologista e Obstetra*
- *Elizabeth Margatho Ramos - Sanitarista, Ginecologista e Obstetra*
 - *Elizabeth Menon Romani - Pediatra*
 - *Jerzy W. Chichecki - Pediatra*
- *José Jozefran Berto Freire - Vereador e médico especializado em Gastroenterologia*
 - *José Ribamar Borges Mendes - Infectologista e Sanitarista*
 - *Maria Filomena Leme de Resende - Pediatra*
 - *Ângelo Fernando Baratella - Enfermeiro*
 - *Luiz Gonzaga Pires Mathias - Empresário*

Também contribuíram decisivamente para edição deste relatório e recebem, por isso, a manifestação de agradecimentos da Casa Legislativa as entidades cujas publicações e sistemas de processamentos de dados se constituíram em fontes permanentes de consultas: *Universidade São Francisco e todos os órgãos que a compõem; Banco Central do Brasil; Comitê local de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, através do DEPEA, com contatos intermediados pela Delegacia local do CIESP; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; Empresa Elétrica Bragantina S.A; Agência local do IBGE; Sindicato dos Empregados no Comércio de Bragança Paulista, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Bragança Paulista e Região e Polícia Militar do Estado de São Paulo. Obteve-se, ainda, colaboração especial da Delegacia de Ensino (gestão do delegado Válder Dias Lopes), da Delegacia Regional Agrícola (gestão dos delegados Regionais Márcia Maria de Oliveira Sartini e Alcides Ribeiro de Almeida Júnior) e do Posto Fiscal da Secretaria de Fazenda em Bragança Paulista (gestão do chefe Ari Osvaldo de Campos), instituições essas que mantiveram seus sistemas de registros integralmente abertos para consultas e compilação de dados.*

Finalmente, cabe enfatizar a importância de produções literárias e documentos que enriqueceram sobremaneira as atividades das comissões legislativas:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- **LIVROS**

- << *Bragança/2000 Um Caminho* >>, do empresário bragantino Luiz Gonzaga Pires Mathias, publicado pela Editora da Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 1993.

- << *Estatística Aplicada à Educação* >>, da doutora Therezinha de Freitas Rodrigues Oliveira (Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. - Rio de Janeiro, 1974).

- **DOCUMENTOS**

- *Atas e relatórios de simpósio sobre << Os efeitos da duplicação da Rodovia Fernão Dias >> promovidos pela Câmara Municipal por proposta e sob coordenação do vereador José Jozefran Berto Freire.*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CAPÍTULO 1 - ECONOMIA

Apontada pela revista *Exame* (edição 566, ano 26 - número 19, de 14 de setembro de 1994) como uma das dez cidades brasileiras mais propícias a novos empreendimentos, Bragança Paulista passou, sobretudo nas duas últimas décadas, por um processo de transformação no qual as paisagens de extensos cafezais e outras lavouras - que marcaram ciclos na história municipal até os anos 60 - foi substituída em grande parte por elementos típicos da vida urbana.

O fenômeno da urbanização - uma tendência mundial daquela época - acelerou-se neste município a partir da década de 70, quando o direcionamento do poder público para a política industrial levou à implantação do primeiro distrito com o fim específico de atrair empreendimentos do setor secundário (industrial). Em épocas mais recentes, a construção de represa e a emancipação político-administrativa dos distritos de Tuiuti e Vargem subtraíram terras produtivas, reduzindo a área do município e interferindo sobretudo no potencial do setor primário (agricultura e pecuária).

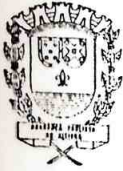
Elevações sucessivas desde 1980 assinalaram a taxa de urbanização que atingiu o índice de 88% em 1991¹, tomados por parâmetros os números do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para o ano de 1994, a população bragantina foi estimada em 105.525 habitantes (*IBGE, Resolução nº 38, de 25/8/95*), com taxa média de 2,34% de crescimento anual. A aplicação dessa taxa sobre a base de 1994 resulta nas seguintes estimativas de população total para os anos posteriores:

1995: 107.994
1996: 110.464
1997: 112.933
1998: 115.402

No caso de Bragança Paulista, entretanto, deve ser considerada para os próximos anos uma previsão de crescimento populacional superior à média apurada até 1991 em decorrência da duplicação da Rodovia Fernão Dias, evidentemente com influência sobre todos os aspectos sócio-econômicos do município.

Adotados ainda os resultados do último censo demográfico do IBGE obtêm-se dados que refletem algumas características básicas do município bragantino e de seu povo no início da década de 90, aqui reproduzidas em gráficos:

¹ Embora em 1991 não estivesse em vigor a emancipação de Tuiuti e Vargem, a taxa de urbanização já os exclui para facilitar comparações futuras.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

POPULAÇÃO BRAGANTINA - PROPORÇÕES SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

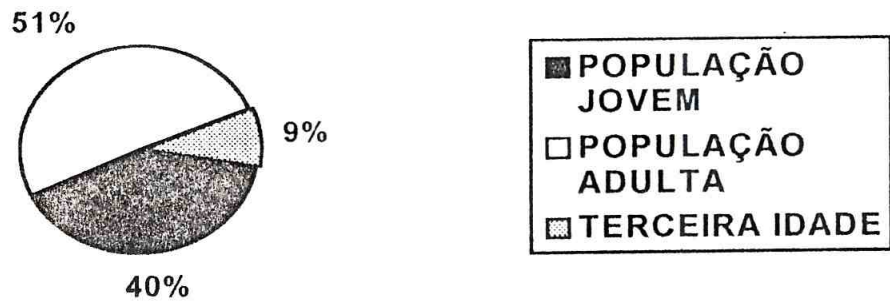


GRÁFICO 1

DOMICÍLIOS SEGUNDO O PERÍMETRO DE LOCALIZAÇÃO

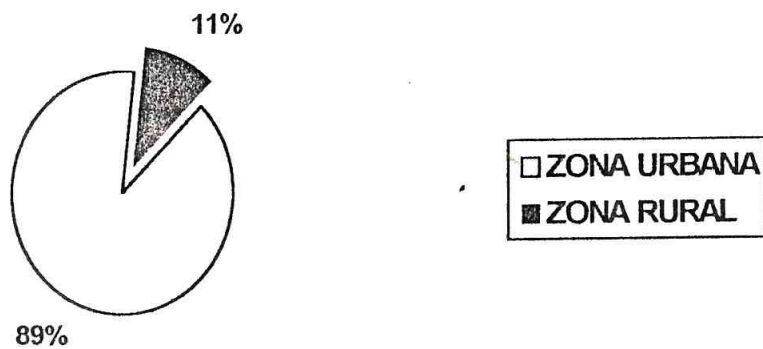
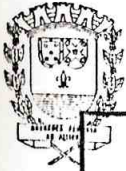


GRÁFICO 2



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

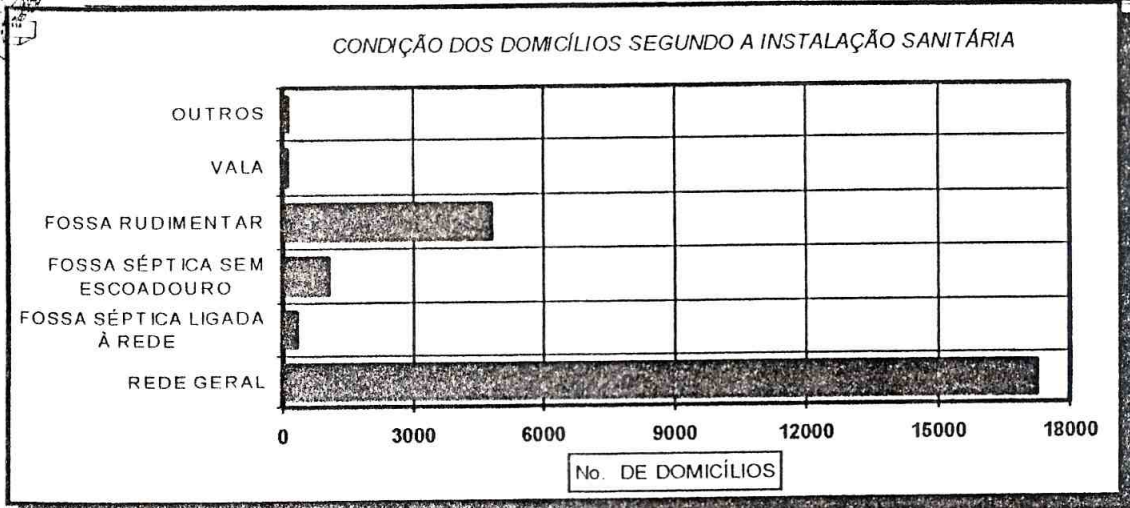


GRÁFICO 3

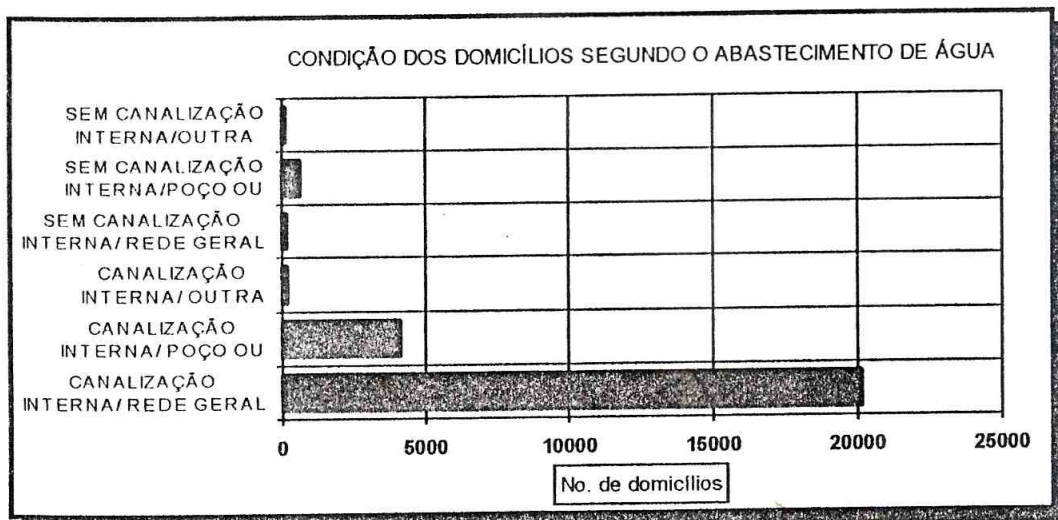


GRÁFICO 4

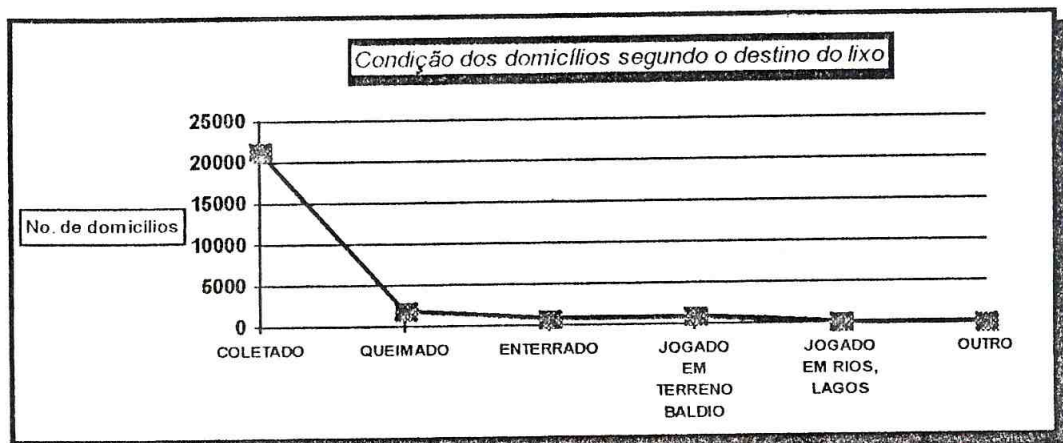


GRÁFICO 5



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Em relação ao gráfico 3 - instalações sanitárias - 68% do total de domicílios estavam, no ano de 1991, ligados à rede geral de esgotos; do sub-total de domicílios usuários de fossas, a grande maioria (77,95%) estava enquadrada na categoria de fossa rudimentar. Dados mais recentes (1993) apurados pela SEADE para unidades residenciais independentes, com uma única ligação, indicaram que 22.781 domicílios bragantinos eram providos de sistema de água encanada.

Quanto ao saneamento básico (gráfico 4), o cruzamento dos números do IBGE de 1991 (canalização interna ligada à rede geral) com os da SEADE de 1993 indicam entre esses anos, aumento de 6% dos domicílios atendidos com ligação de esgoto e de 12% com ligação de água.

Não foram obtidas estatísticas atualizadas sobre o destino do lixo. Quanto à situação do ano de 1991 (gráfico 5), em proporções a situação era a seguinte:

| DESTINO | % DO TOTAL DOMICÍLIOS |
|--------------------------|-----------------------|
| COLETADO | 85% |
| QUEIMADO | 7% |
| ENTERRADO | 3% |
| JOGADO EM TERRENO BALDIO | 4% |
| OUTROS DESTINOS (*) | 1% |

TABELA I

Em 1991 existiam no município 23.945 consumidores de energia elétrica residencial - quantidade equivalente a 95% do total de domicílios apontado pelo censo demográfico do IBGE (25.212). Informações atualizadas da Empresa Elétrica bragantina (referentes a julho de 1995) indicam 26.193 consumidores de energia elétrica residencial.

A divisão da área urbana do município estabelecida pelo Plano Diretor (Lei Complementar 22, de 25 de outubro de 1991, artigo 86) considera os seguintes abairramentos: Cidade Nova, Jardins, América, Santa Luzia, Taboão, Pinheirais, Penha, Bianchi, Jaguari, Brasil, Santa Cruz, Lavapés, Centro, Aparecida, Matadouro e São Lourenço.

Do nível de renda da população, o último dado oficial refere-se ao ano de 1991, apurado no recenseamento do IBGE, tendo como indicador a condição dos chefes de domicílios permanentes; no resultado verifica-se que 40% dos chefes de domicílios permanentes de Bragança Paulista tinham renda de até 2 salários mínimos (equivalente nos dias de hoje de R\$ 112,00 a R\$ 224,00), 18% deles ganhavam de 2 a 3 salários mínimos (R\$ 224,00 a R\$ 336,00) e 15% recebiam de 3 a 5 salários mínimos, ou seja, a maior parcela deles se enquadrava nas faixas salariais mais baixas. Havia na época, ainda, 3% de responsáveis por famílias que estavam sem rendimento ou sem declaração da renda. Tal situação é a que se visualiza no gráfico 6, a seguir.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

NÍVEL DE RENDA DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS PERMANENTES - 1991 - EM SALÁRIOS MÍNIMOS

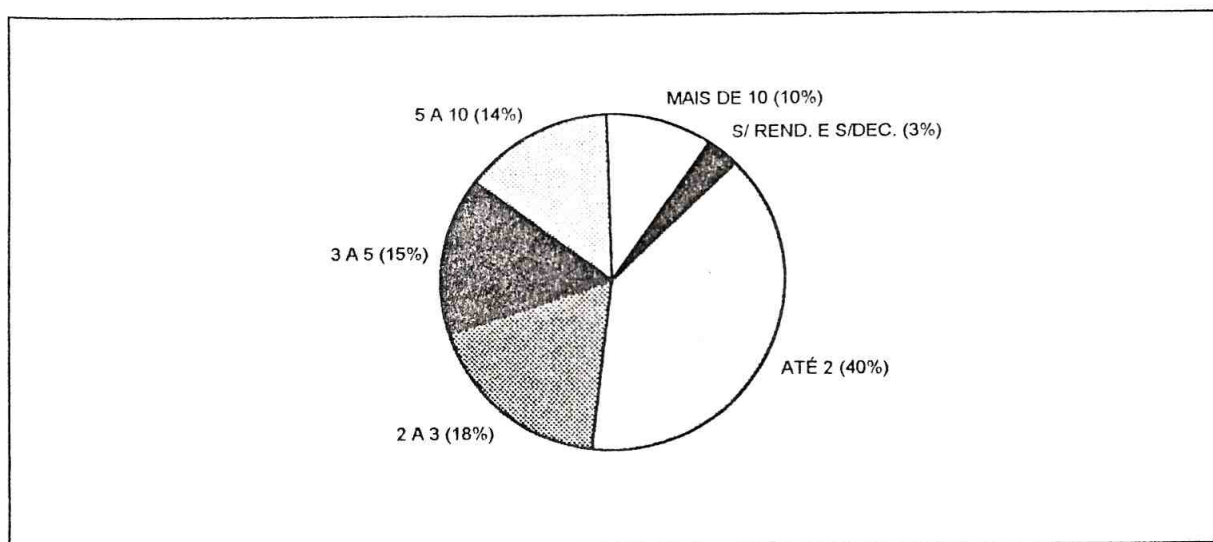


GRÁFICO 6

Quando se confronta o - baixo - nível de renda dos chefes de família no início da década com o volume considerável de captação da poupança em Bragança Paulista um biênio depois (1993-1994) , fica evidente que a concentração de renda é uma realidade no município, presente na atualidade porque nível de rendimento não é, convenhamos, um indicador que traz alterações profundas em curto espaço de tempo (*apêndice de tabelas, itens 1.5 e 2.1*).

Chegou a 32 milhões de dólares a média mensal de captação de poupança no ano de 1995; nos dois anos anteriores, 1993 e 1994, as médias foram, respectivamente, de US\$ 16 e US\$ 25 milhões. O gráfico 7 demonstra o volume de captação de poupança mês a mês, do ano de 1995, em dólar:

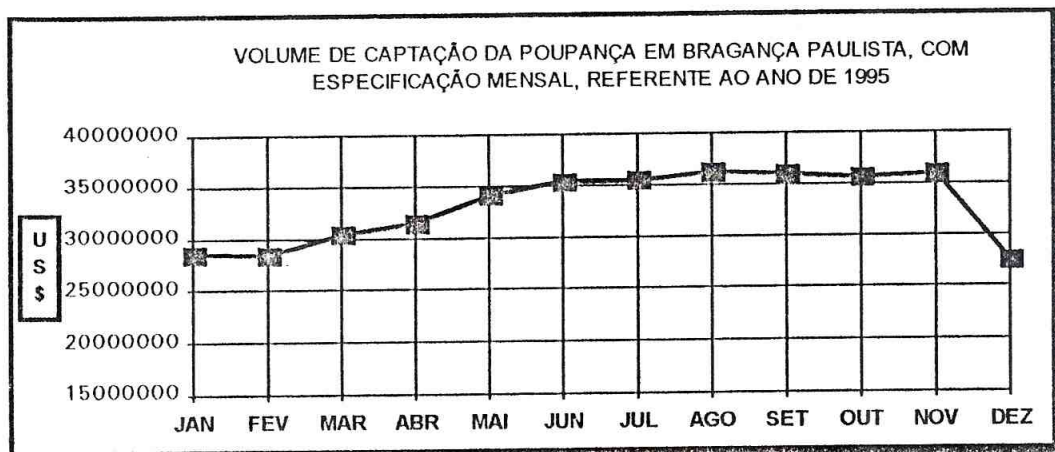


GRÁFICO 7



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Em contrapartida, pesquisa realizada pelo Comitê local de Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, em 1995, apresentada à Câmara Municipal, na Tribuna Livre, pela Sra. Alba Márcia L. Montanari Ramos e documentada no requerimento 467/95, do vereador José Sérgio Conti Júnior, trouxe - para o total de 52 famílias residentes no Jardim Santa Lúcia - as conclusões abaixo:

NÍVEL DE RENDA

Das 52 famílias consultadas no bairro, 14 sobreviviam com meio salário mínimo e 22, com um salário mínimo.

MORADIA

Somente 6 famílias tinham casas próprias. A maioria habitava em dois cômodos e um único banheiro era utilizado por até cinco famílias.

Outros bairros existem, além do Jardim Santa Lúcia, em que as condições de vida da comunidade são visivelmente de baixo padrão, contrastando com o indicador que se apurou sobre a captação da poupança. Também o nível de renda dos chefes de domicílios permanentes reproduzido pelo IBGE em 1991 reforça tal entendimento.

A respeito do desemprego, apesar de não conseguidas informações da situação geral no município, os dados fornecidos por instituições ligadas ao registro de trabalhadores proporcionam condições para que se presuma, em âmbito municipal, a ocorrência do problema em dimensões consideráveis.

Pelo Posto de Atendimento do Ministério do Trabalho em Bragança Paulista (fl. 1715 dos autos da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos), de janeiro a setembro de 1995 foi emitida uma média mensal de 401 Carteiras de Trabalho. No mesmo período, um volume médio mensal de 558 pessoas estavam participando do seguro-desemprego e foram homologadas cerca de 131 demissões por mês através do referido P.A., cabendo ressaltar que essas homologações referem-se a pequena parcela do total, já que grande parte delas se registra via sindicatos.

Processamentos do Sindicato dos Empregados no Comércio de Bragança Paulista (fl. 1371 dos autos da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos), do período de janeiro a outubro do ano passado, indicaram para o comércio um volume médio mensal de 85 demissões; os meses de maior incidência delas foram os de janeiro (com 103) e de março (125). A mesma fonte apontou, no setor de farmácias, a média mensal de 3 demissões, com maior número de ocorrência em janeiro (6) e setembro (5).

Entre os bancários, o índice de demissão nos primeiros meses de 1995, na região bragantina, chegou a 24,56%, conforme revelou o levantamento do Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e região (fl. 1375 dos autos da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos).

As fontes de trabalho e de produção são tratadas à parte, nos itens que seguem.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

1.1 - SETOR PRIMÁRIO (AGRICULTURA E PECUÁRIA)

Até os anos 60, Bragança Paulista teve na agricultura o seu sustentáculo econômico, com produções que marcaram ciclos básicos na história municipal, tais como o café e batata. A partir dos anos 70 - quando ocorreu a implantação do primeiro distrito industrial bragantino - desencadeou-se um processo de diversificação da economia que, refletindo-se nas estatísticas, determinou nos últimos quinze anos a maior representatividade do setor secundário (industrial) e a confirmação, no município, da tendência à terceirização característica dos anos 90.

Dos fatores de influência sobre o setor primário bragantino de 1980 para os anos já transcorridos da década de 90, os principais foram ou têm sido:

- **por reflexo de tendências gerais do país:**

- crise econômica dos anos 80 e início dos anos 90, com altas de inflação e de juros;
- falta de política governamental mais efetiva em termos de apoio, notadamente quanto aos sistemas creditício e tributário;
- aumento da taxa de urbanização;
- evolução das atividades secundárias e terciárias, como fonte de atração do homem do campo;

- **em âmbito local:**

- topografia acidentada, que exige alta tecnologia para êxito da produtividade e da produção;
- falta de mão-de-obra especializada;
- inexistência de política local que contemple as peculiaridades do município e promova o crescimento integrado com os demais setores da economia;
- fracionamento das grandes propriedades rurais, já que, por estimativas de pessoas envolvidas com o trabalho agrícola, a grande maioria delas em solo bragantino na atualidade estão entre 1 a 50 hectares;
- perda de cerca de 30% de áreas produtivas em consequência da emancipação político-administrativa de Tuiuti e Vargem, efetivada a partir de 1993.

Segundo dados colhidos junto à Delegacia Regional Agrícola de Bragança Paulista, a área total deste município antes do desmembramento de Tuiuti e Vargem era de 72.650 hectares. Atualmente, a área rural total, prevista, é de 46.269 hectares, estimando-se em 1.145 o número de propriedades produtivas.

Característica marcante das localidades de Vargem e Tuiuti é que maior parte da população se concentra na zona rural (gráfico 8), indicador válido no sentido de complementar a menção relacionada à perda que o setor primário bragantino teve com a emancipação dos distritos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

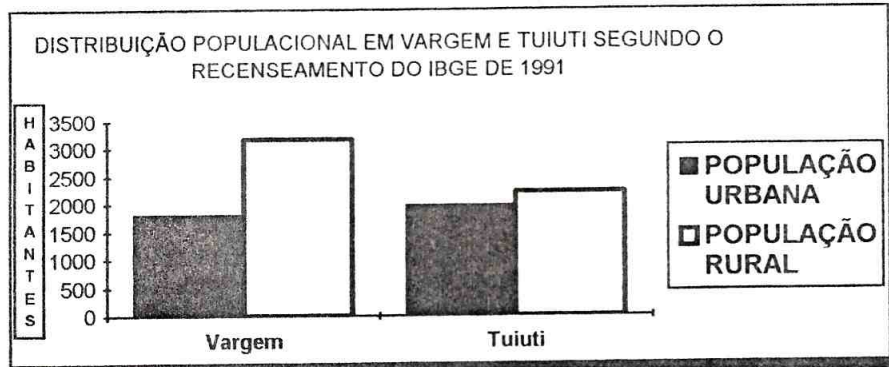


GRÁFICO 8

Além disso, mesmo algumas medidas de repercussão positiva adotadas no município nos anos 90 para a agricultura e a pecuária não tiveram prosseguimento. Exemplos disso: o Conselho Agrícola Municipal e o processo de implantação das micro-bacias, que se manteve somente com a do Anhumas.

Num contexto em que as perdas preponderaram sobre os ganhos, restou ao setor primário a transformação, repercutindo:

- **na agricultura:** substituição das grandes lavouras pelas matas florestais (com predominância do eucalipto) e pelas chamadas culturas de subsistência (milho e feijão), estas porém com áreas e estimativas de produção insignificantes até mesmo para o abastecimento interno;
- **na pecuária:** redução do gado de leite e de corte, queda acentuada da produção leiteira; o predomínio continua a ser da suinocultura que, apesar disso, também passou por prejuízos;
- **no extrativismo:** sem perspectivas de avanços substanciais em decorrência das restrições estabelecidas pela legislação ambiental.

Indicadores relacionados às atividades agrícolas e pecuárias no município propiciam visão mais objetiva da situação, evidenciando, no caso da produção, a queda havida na grande maioria dos itens, em comparativo entre o ano de 1983 e o de 1994.

Antes, no entanto, da apresentação dos gráficos da estimativa de produção, outros indicadores relevantes dessa área foram obtidos pela comissão legislativa e vêm contribuir para uma visão mais ampla a respeito dela:

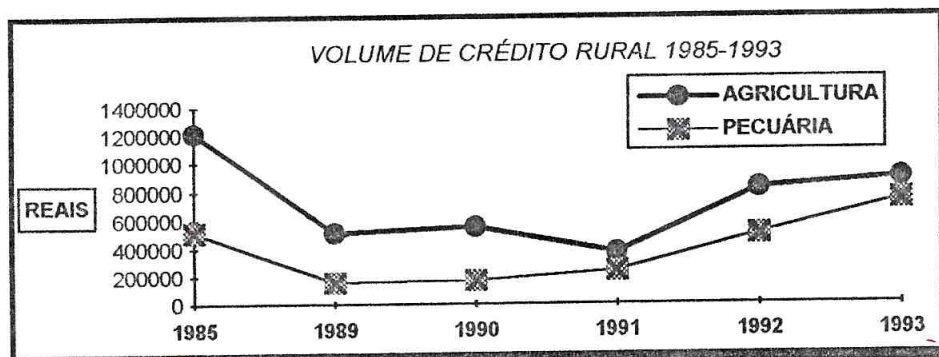


GRÁFICO 9



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Constata-se que após um declínio acentuado (de 1985 para 1989), o volume de crédito rural no município vem aumentando tanto para a agricultura quanto para a pecuária nos anos 90. Ao se observar, entretanto, os demais indicadores do setor primário (que serão tratados a seguir) a dedução mais lógica é a de que esse aumento não configura retomada de investimentos, mas, sim, possível refinanciamento destinado à cobertura de débitos.

O indicador *consumidores de energia elétrica na classe rural* registrou queda de 1990 para julho de 1995: 129 consumidores a menos neste último. No mesmo período, a quantidade de MWh utilizada nessa classe não teve crescimento expressivo: processados os cálculos com base nas tabelas 5.3 e 5.5, manteve-se a média-ano de 12.000 MWh e média mensal de 1.024 MWh :

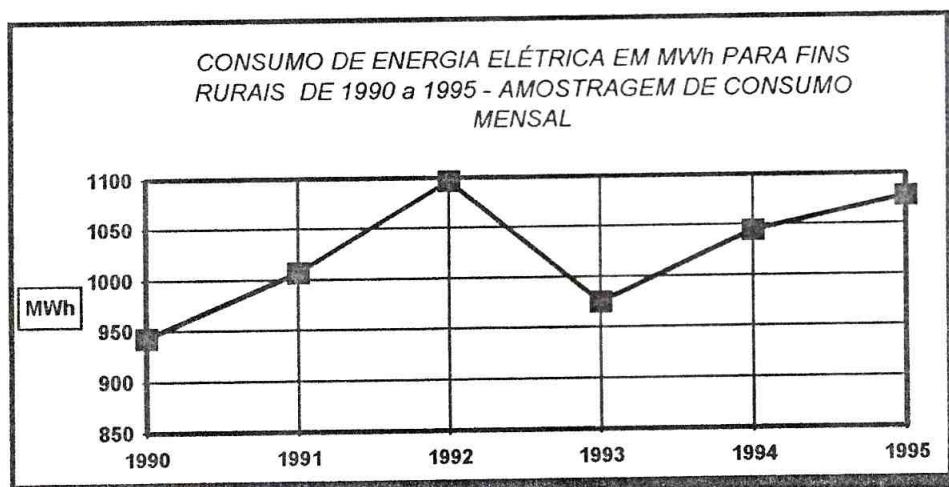


GRÁFICO 10

Pelas amostras mensais, a taxa de crescimento médio anual de energia elétrica adquirida para finalidades rurais foi de 2,86% no primeiro quinquênio da década de 90, com variação de 135 MWh a mais de 1990 para 1995. No desenho do gráfico 10 acentua-se redução significativa de 1992 para 1993, que pode ter sido causada, em parte, pela emancipação dos distritos.

Em cinco anos somente 1 empresa foi aberta em Bragança Paulista no ramo da agricultura e 6 foram inscritas no setor da pecuária. É o que mostra o cadastro de abertura de empresas do Posto Fiscal sintetizado nas tabelas 5.7 e 5.8.

1.1.1 - DEMONSTRATIVOS DE PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO

- **Agricultura: lavouras predominantes**

Estimativas da Delegacia Regional Agrícola de Bragança Paulista (*tabela 3.2. do apêndice*) referentes ao ano de 1994, indicam predomínio das seguintes lavouras:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

das culturas anuais:

| PRODUTO | HECTARES . EM PRODUÇÃO | EXPECTATIVA PRODUÇÃO/ANO |
|------------------|------------------------|--------------------------|
| Milho em grão | 3 600 | 15 120 toneladas |
| Feijão das águas | 300 | 540 toneladas |
| Feijão da seca | 300 | 540 toneladas |
| Batata das águas | 150 | 2 625 toneladas |
| Batata da seca | 150 | 2 625 toneladas |

TABELA II

das culturas perenes:

| PRODUTO | PÉS EM PRODUÇÃO | EXPECTATIVA PRODUÇÃO/ANO |
|------------------|-----------------|--------------------------|
| Café beneficiado | 1 400 000 | 1 092 toneladas |
| Laranja | 45 000 | 90 000 caixas/colheita |
| Limão | 30 000 | 45 000 caixas/colheita |
| Poncã | 20 000 | 40 000 caixas/colheita |

TABELA III

florestais:

| ESPECIE | HECTARES EM PRODUÇÃO |
|--------------|----------------------|
| Eucalipto | 3 900 |
| Mata natural | 580 |
| Pinus | 200 |

TABELA IV

Considerando inicialmente as *culturas anuais* (tabela II) com maior expressividade - em que predomina a chamada lavoura de subsistência - a comparação entre os anos de 1983 e 1994 (pelas previsões da mesma fonte) aponta para um saldo geral negativo. Adotando-se a ocupação proporcional da área do município para as culturas de milho, feijão e batata dos anos de referência, somente no caso da batata houve aumento de produção:

| PRODUTO (*) | ANO: 1983 | | ANO: 1994 | |
|-------------|---|-----------------------------|---|-----------------------------|
| | Ha. em produção | % de ocupação da área total | Ha. em produção | % de ocupação da área total |
| | ÁREA PREVISTA DO MUNICÍPIO: 72.650 hectares | | ÁREA PREVISTA DO MUNICÍPIO: 46.269 hectares | |
| MILHO | 8.240 ha. | 11,34% | 3.600 ha. | 7,78% |
| FEIJÃO | 2.600 ha. | 3,57% | 600 ha. | 1,29% |
| BATATA | 330 ha. | 0,45% | 300 ha. | 0,65% |

TABELA V

(*) Milho em grão, feijão e batata das águas e das secas. Foi considerada a ocupação proporcional para eliminar a variável decorrente das terras suprimidas do município com a emancipação dos distritos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Cálculos aproximados apontam que a ocupação de solo com tais lavouras nos territórios de Tuiuti e de Vargem corresponde a 1/3 para o milho e o feijão e a 1/5 para a batata em relação à área em produção prevista para Bragança Paulista. No caso, a redução acentuada das áreas de cultivo do milho pode ser atribuída, em grande parte, à desvinculação de Tuiuti, onde a cultura desse produto ocupa parte considerável do solo agrícola.

A diminuição da área utilizada em tais lavouras repercutiu, é evidente, na expectativa de produção; o milho em grão vem sofrendo decréscimos sucessivos, o mesmo ocorrendo com o feijão. Não se pode creditar essa queda unicamente à eliminação de terras produtivas do território bragantino porque, ainda que descontados 30% da safra de milho e de feijão do ano de 1983 a título de se deduzir o produzido em Tuiuti e Vargem, no confronto com 1994 a produção continua sendo menor:

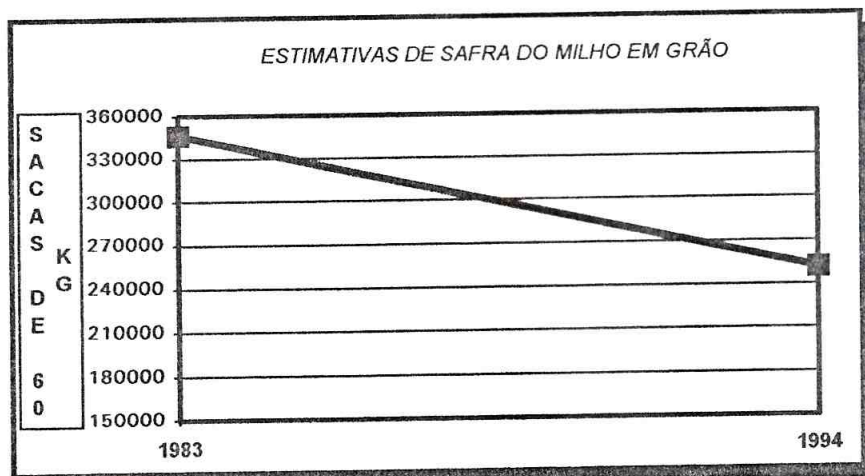


GRÁFICO 11

Associa-se o plantio de milho no município à suinocultura e à avicultura; no entanto, segundo testemunhos dados à comissão legislativa, a produção local de milho não vem bastando sequer para o suprimento da demanda interna, apesar de, pelas estimativas de 1994, ser a de maiores área e expectativa de produção entre as culturas anuais e a segunda maior entre todos os itens da agricultura local quanto à área em produção (perdendo apenas para os 3.900 hectares de eucaliptos previstos para 1994).

Com efeito, a ocupação de área bragantina na produção de milho em 1983 - com a supressão de 1/3 para decréscimo de terras hoje pertencentes ao município de Tuiuti - era superior em mais de 1.000 hectares à ocupada então com o eucalipto. Nas previsões de 1994, a da mata florestal apresenta-se com 300 hectares a mais do que a área utilizada para lavoura de milho.

Único item das culturas anuais em que, pelos cálculos aplicados neste relatório, apurou-se índices de 1994 não inferiores aos de 1983, a lavoura de batata, no entanto, encontra-se distante, em ocupação de área e em estimativa de produção, daquilo que já representou para o município bragantino até a década de 60. Mesmo no confronto com as demais a sua posição corresponde a 1/3 da expectativa de produção de milho e isso é visível na representação em gráfico da expectativa de safra das culturas de subsistência para o ano de 1994:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

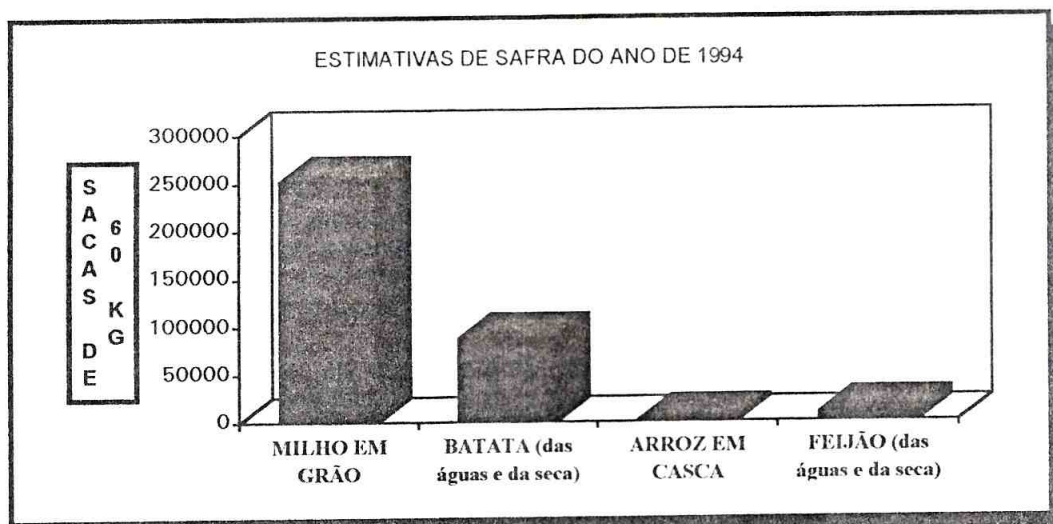


GRÁFICO 12

Sobre o feijão, foi o item que sofreu a maior queda de expectativa de produção entre os anos de 1983 e 1994. A previsão de 34.090 sacas de 60 quilos do ano inicial tomado como parâmetro - já descontados 30% de prováveis lavouras dos antigos distritos bragantinos - se restringiu a 9.000 sacas em 1994.

Com referência às *culturas perenes*, a cafeeira vem sofrendo prejuízos sucessivos nas últimas décadas, enquanto a produção de frutos cítricos mantém índices regulares.

CAFÉ BENEFICIADO

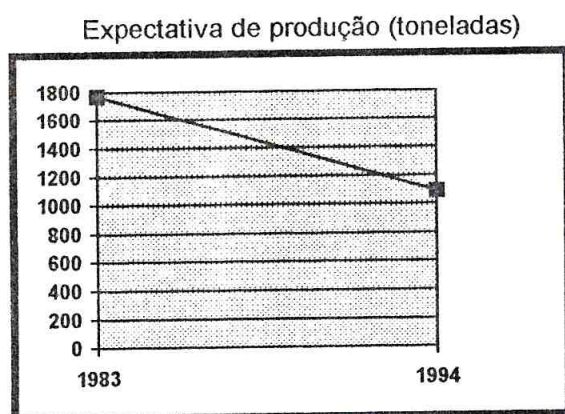


GRÁFICO 13

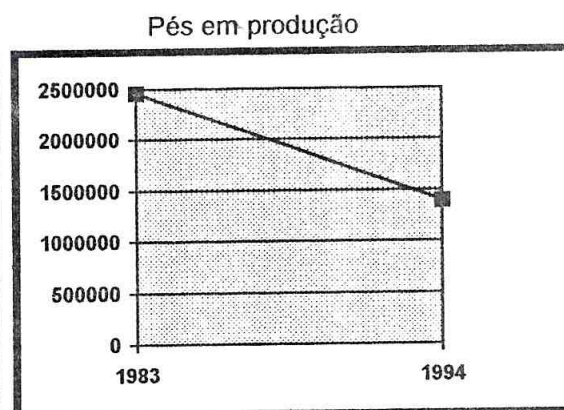


GRÁFICO 14



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

No caso do café, a queda também se confirma em números apurados pela Cooperativa dos Cafeicultores da Zona Bragantina: de 9.480 sacas beneficiadas em 1991 para 6.194 delas em 1992.

Deve-se a queda da produção cafeeira, além de um quadro geral do Estado de São Paulo e do Brasil, também a alguns fatores locais: topografia acidentada, *que exige grandes investimentos em tecnologia para a produtividade*, fracionamento de propriedades rurais de grande porte e falta de mão-de-obra especializada, os quais encarecem bastante a atividade produtiva e não viabilizam a colocação do produto no mercado consumidor a preços competitivos. Esta a impressão colocada em testemunhos prestados por cidadãos que atuam nessa área.

No gráfico 15, as previsões relativas à laranja, ao limão e à poncã (que, com o café, são os itens mais expressivos das culturas perenes) demonstram regularidade:

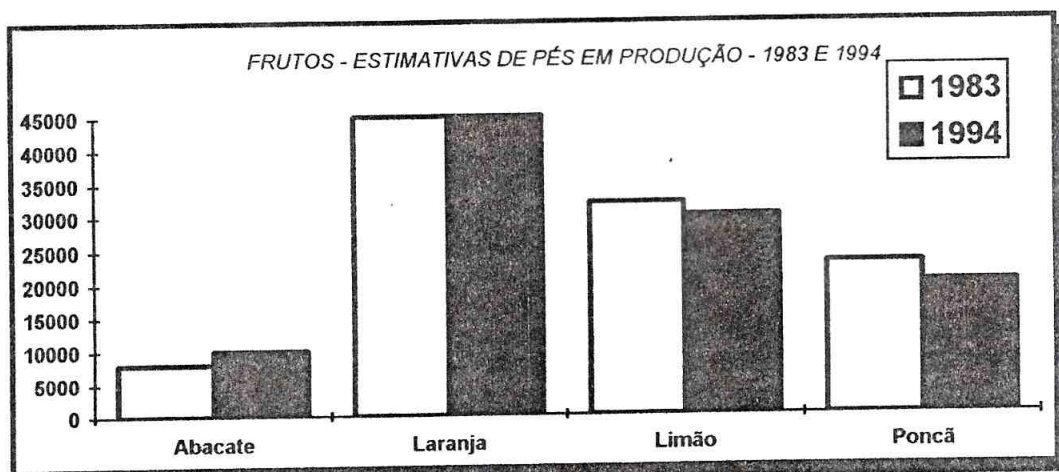


GRÁFICO 15

Juntamente com a floricultura, a fruticultura foi mencionada por inúmeros cidadãos à comissão legislativa como opção viável à agricultura bragantina nos próximos anos, dependente, entretanto, de infra-estrutura e de outros estímulos, conforme acontece com os demais gêneros de atividades do setor primário com potencial de desenvolvimento.

Predominando no solo bragantino eucaliptos, pinus e mata natural, a cultura de *matas florestais* vem se tornando representativa para a agricultura local nos últimos anos, havendo consenso de que o plantio de eucaliptos tem crescido razoavelmente no município e tal entendimento, além da credibilidade e da experiência daqueles que o emitiram, encontra respaldos lógicos:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

| PRODUTO (*) | ANO: 1983 | | ANO: 1994 | |
|--------------|---|-----------------------------|---|-----------------------------|
| | Ha. em produção | % de ocupação da área total | % de ocupação da área total | % de ocupação da área total |
| | ÁREA APROXIMADA DO MUNICÍPIO: 72.650 hectares | | ÁREA APROXIMADA DO MUNICÍPIO: 46.269 hectares | |
| EUCALIPTOS | 4.300 ha. | 5,92% | 3.900 ha. | 8,43% |
| PINUS | 178 ha. | 0,24% | 200 ha. | 0,43% |
| MATA NATURAL | 1.000 ha. | 1,38% | 560 ha. | 1,21% |

TABELA VI

Lamenta-se no caso das florestais, principalmente como alerta, a redução da mata natural que, dos três itens, foi o único a sofrer queda. A tabela acima torna nítido que, além da diminuição proporcional à área do município, a perda maior de reserva natural decorreu da emancipação de Vargem e Tuiuti, já que, em números absolutos, a área ocupada com mata natural ficou praticamente reduzida à metade em onze anos.

• Pecuária e criações

No ramo de pecuária e criações prepondera a suinocultura. Segundo estimativas da Delegacia Regional Agrícola de Bragança Paulista, em 1983 o total de animais era de 70.000 cabeças, enquanto o resultado de pesquisa realizada pela mesma fonte, tendo como referência o mês de fevereiro de 1995, apontou 52.910 animais terminados/ano, com 40.000 encaminhados para abate, e 33 propriedades em funcionamento nesse ramo de atividade.

Esses números indicam que nem mesmo a predominância garantiu crescimento à produção suinícola e também ela assimilou os resultados adversos verificados nos principais itens da atividade pecuária local. De 1983 para 1994, na bovinocultura, as estimativas processadas indicaram a redução de 15.000 para 10.000 cabeças encaminhadas para abate, enquanto que na avicultura, o número de aves encaminhadas para abate teve redução de 50%.

Pelo quão representativa já foi para o município a produção de leite, cabe menção a respeito da diminuição drástica que ela vem sofrendo nos últimos anos, tanto para o leite tipo B, como para o tipo C; a imagem projetada no gráficos 16 é comprobatória desse declínio.

QUEDA DA PRODUÇÃO DE LEITE - COMPARATIVO ENTRE 1983 E 1994

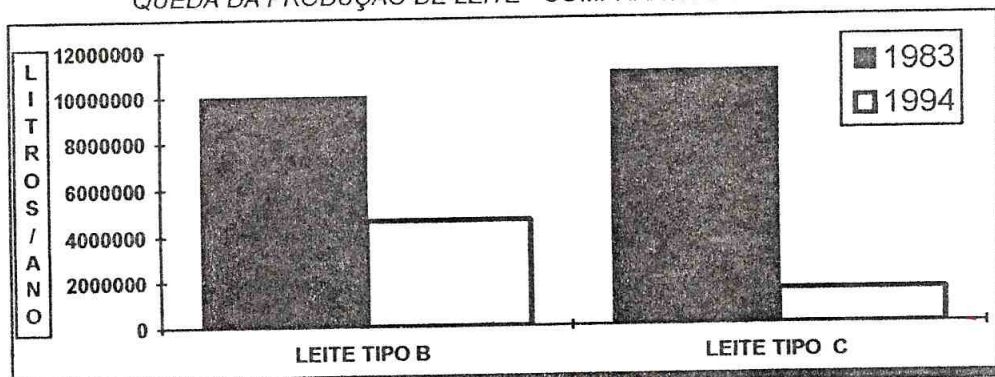


GRÁFICO 16



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Utiliza-se no presente relatório o indicador da queda da produção leiteira para simbolizar inclusive o declínio que, de modo geral, ocorreu com os principais itens do setor primário bragantino, pois este município, em outras épocas, foi uma das mais representativas bacias leiteiras do Estado de São Paulo.

Atualmente, os agricultores bragantinos vêm se empenhando no sentido de conquistar, junto ao governo federal, uma política agrícola com maiores incentivos, constando propostas como a equivalência em produto para pagamento do crédito rural e a redução de encargos sociais; em âmbito local, sugerem a reativação do Conselho Agrícola Municipal e a retomada de simpósios de alternativas agrícolas. Os pecuaristas, por sua vez, além de melhorias da política nacional para o setor primário, reivindicam, no plano municipal, a construção de abatedouro.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

1.2 - SETOR SECUNDÁRIO (INDÚSTRIA)

Favorecido pela política nacional (milagre econômico) - cujo contexto estimulava, entre outras medidas, a implantação de empresas industriais em municípios do interior - o governo local voltou-se a partir dos anos 70 para a industrialização; no entanto, suas ações na época se restringiram a doações de terrenos às empresas, implantando-se dessa forma o primeiro distrito industrial do município - distrito industrial da Penha.

Para um município que até então tinha no setor primário a sua base econômica, a transição para o secundário exigia prévia definição de uma política voltada para a estruturação adequada do parque industrial, preparo e aperfeiçoamento de mão-de-obra local, plano de desenvolvimento industrial compatível com peculiaridades e necessidades de outras áreas.

A falta de cuidados no início do processo de industrialização custou a Bragança Paulista sérios ônus, tais como a dificuldade para atração de empresas de grande porte e de tecnologia de ponta que buscavam a interiorização, impossibilidade de emprego da mão-de-obra local sobretudo nos empregos industriais de melhor remuneração e, ainda, os danos ambientais registrados nos anos 80.

Em que pesem esses revezes - alguns deles que até os dias de hoje representam um desafio para que se consolide adequadamente a industrialização no município bragantino - o setor secundário tornou-se o mais representativo da economia local nos últimos vinte anos, a exemplo de fenômeno que tem ocorrido em âmbito mundial nas cidades de médio e grande portes.

Informações prestadas pela Prefeitura Municipal indicavam, no início do corrente ano, que estavam implantados 6 distritos industriais em Bragança Paulista, com uma área total, aproximada, de 1.200.000 metros quadrados, com 70% ocupados por 26 empresas. A administração municipal vinha estudando novas áreas para expansão do parque industrial.

De 1980 a 1990 o poder público local registrou grande número de doação de terrenos para indústrias. Desse período - sobretudo a partir de 1985 - também se verificam os pontos mais altos da indústria nos indicadores *ocupação de mão-de-obra* e *consumo de energia elétrica para fins industriais*.

Pelo cadastro do Posto Fiscal, no período de 1990 a 1992, a média de empresas industriais abertas no município foi de praticamente 100 por ano, decaindo no triênio seguinte, 1993-1995, para 72 empresas por ano.

Relacionando-se o número de empresas abertas e o de empresas mantidas em atividade (*apêndice de tabelas, itens 5.7 e 5.8.*), constata-se que nos anos de 1990 e 1991 o número de novos estabelecimentos industriais - comparado com os dos anos seguintes - foi enorme; porém em tais anos registraram-se também as maiores quantidades de empresas fechadas. Nos anos seguintes - notadamente no triênio 1993-1995 - embora o cadastro de novas empresas não atingisse números superiores a 100 no ano, o número delas que permaneceram em atividade foram bem próximos daqueles correspondentes ao de novos estabelecimentos, indicando maior estabilidade nos empreendimentos iniciados (gráfico 17):



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

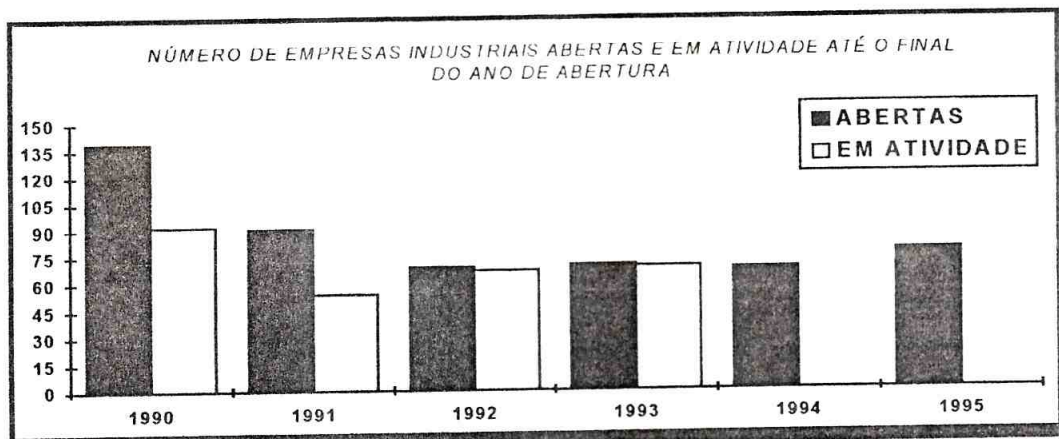


GRÁFICO 17

De 1994 e 1995 não foram processadas as quantidades de empresas em atividade. Nesses anos foram abertas, respectivamente, 68 e 78 empresas. O total de 1994 comparado com o de 1993 foi menor (- 2 empresas), enquanto o de 1995, comparado com o de 1994, foi maior (+ 10 empresas); da média de 92 novas empresas industriais inscritas por ano no Posto Fiscal entre 1990 e 1993, 77% mantiveram-se em atividade até o final do exercício da respectiva abertura.

Quanto ao total de estabelecimentos industriais existentes no município, confrontando-se o dado do Censo Econômico do IBGE do ano de 1985 com o número do ano de 1990 apurado pelo DEPEA, constata-se que houve um crescimento médio anual de 22,77% (303 em 1985 para 648 em 1990).

Não foram conseguidos dados mais recentes do número total de estabelecimentos industriais, mas, se for simplesmente acrescida ao total do ano de 1990 (648) a soma do número de empresas abertas no período 1991-1995 (tabela 5.7), o resultado alcança uma quantidade total de 946 estabelecimentos em 1995. Neste caso, entretanto, não estariam isoladas variáveis representativas, como é o caso, entre outras, do número de empresas fechadas no período em questão.

Das informações relacionadas ao consumo de energia elétrica para fins industriais (itens 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5 do apêndice de tabelas) verifica-se:

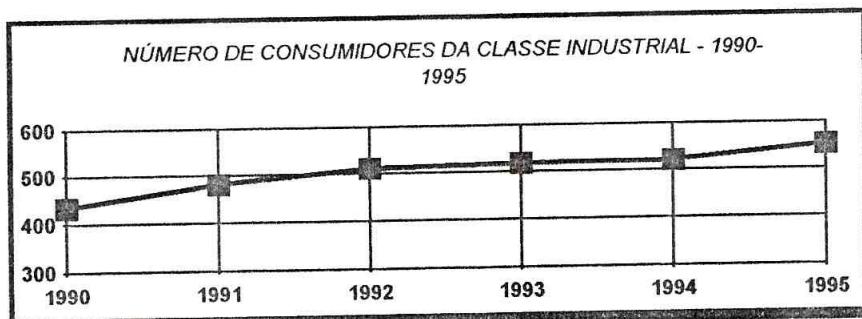


GRÁFICO 18



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

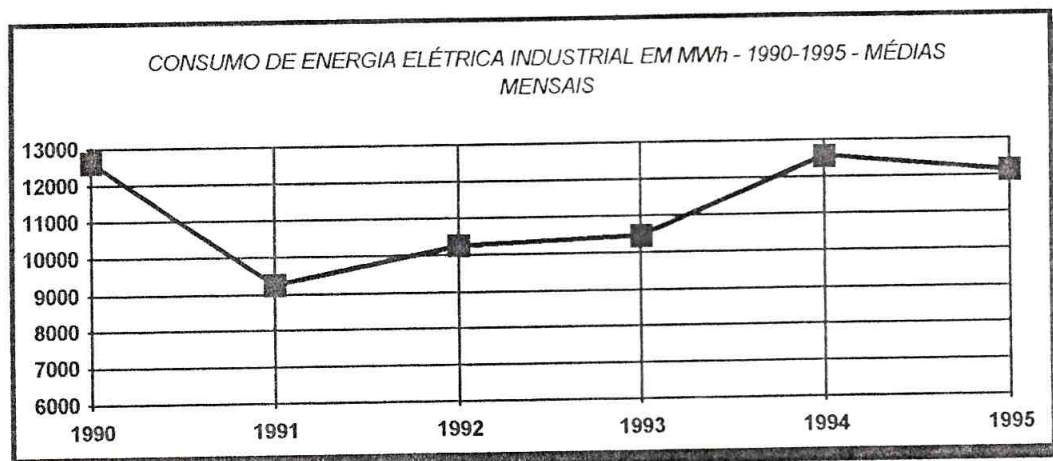


GRÁFICO 19

Coeficientes que podem ser extraídos dos indicadores industriais tratados até aqui apresentam saldos positivos para a indústria no período de 1990-1995: a média anual de estabelecimentos abertos no Posto Fiscal foi de 85. Especificamente no período de agosto de 1993 para julho de 1995, a taxa média de crescimento anual de consumidores de energia elétrica na classe industrial foi de 5,41% e a de consumo em MWh foi de 7,98%.

A aquisição de energia elétrica em MWh para fins industriais sofreu queda de 1990 para 1991, mas retomou a estabilidade a partir de 1992. O biênio 1990-1991 foi também o de maiores proporções de empresas fechadas em relação ao total de novos cadastros no setor industrial e a instabilidade financeira do país (recorde-se o Plano Collor) foi, sem dúvida, um dos principais motivos dessa situação, ocasionando não apenas o encerramento de atividades de muitas empresas, como, também, a busca de alternativas que propiciassem, para as empresas em funcionamento, a garantia de produção com baixos custos.

Foram cadastrados 118 novos estabelecimentos, de 1990 a 1995, para recebimento de energia elétrica industrial, com uma média de 19 consumidores a mais por ano. A classe industrial é a maior consumidora de energia elétrica do município, atingindo quantidades em MWh equivalentes ao dobro do consumo residencial - o segundo maior em quantidade consumida e o primeiro maior em número de consumidores (gráficos 20 e 21 - fl. 19).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

PROPORÇÕES DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MWh. POR CLASSE - AMOSTRA DA EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S.A. DO MÊS DE JULHO DE 1995

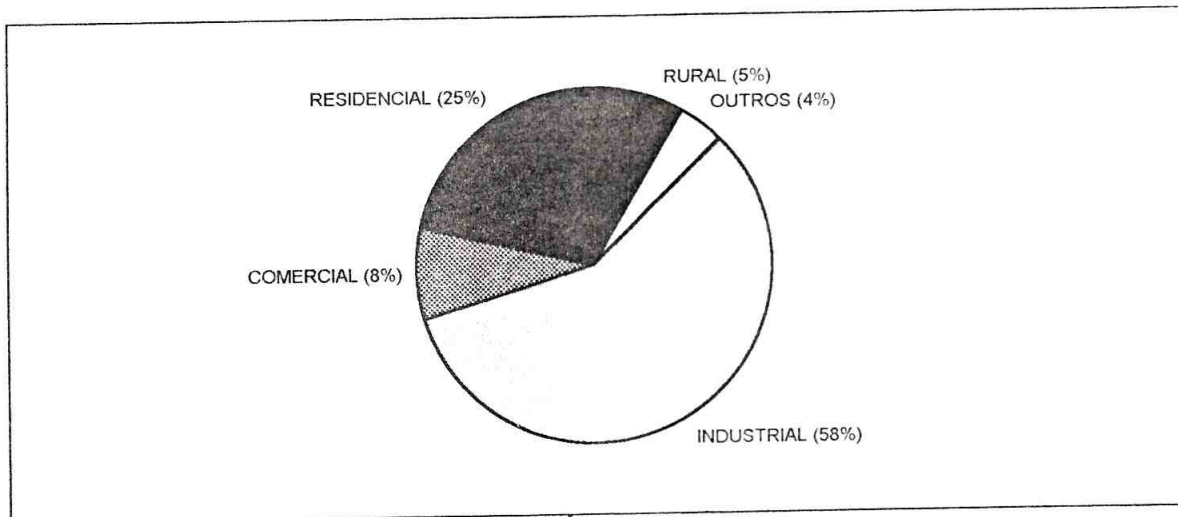


GRÁFICO 20

PROPORÇÕES DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE - CADASTRO DA EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S.A. REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 1995

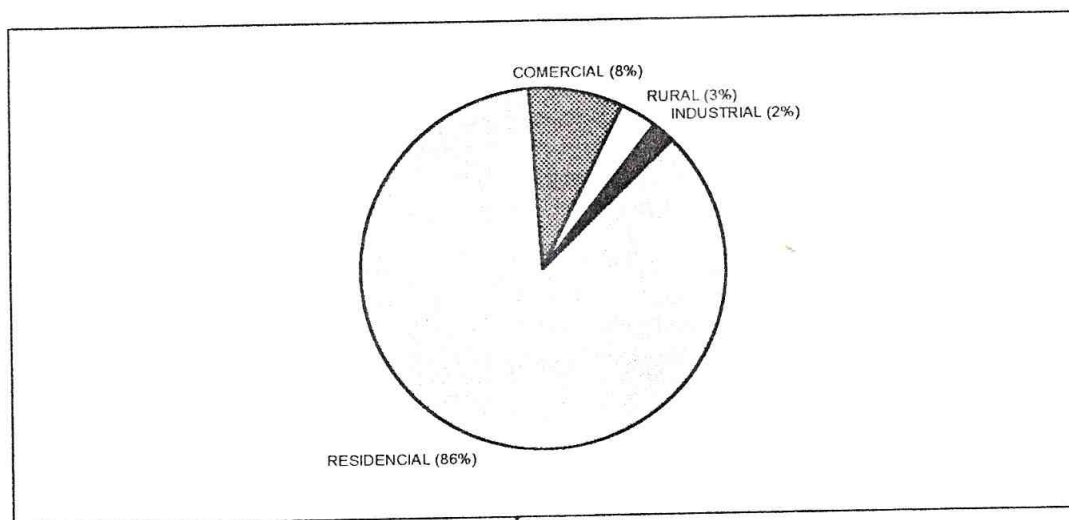


GRÁFICO 21

O parâmetro *energia elétrica para fins industriais* demonstra que Bragança Paulista tem superado o município de Campinas nas respectivas proporções de consumo em MWh (*item 5.6 do apêndice de tabelas*):



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

| ANO | BRAGANÇA PAULISTA | CAMPINAS |
|------|-------------------|----------|
| 1990 | 68,02% | 34,94% |
| 1991 | 59,11% | 34,13% |
| 1992 | 60,12% | 32,37% |
| 1993 | 59,80% | 31,78% |
| 1994 | 60,94% | 31,73% |

TABELA VII

Em se tratando de setor de atividade com predomínio na indústria bragantina, as estatísticas processadas pelo Sistema de Informações Municipais do Departamento de Pesquisas, Estatísticas e Análises - DEPEA - da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - relativos ao ano de 1990 revelam:

| SETORES DE ATIVIDADES | Nº DE ESTABELECIMENTOS |
|--------------------------------|------------------------|
| INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | 590 |
| INDÚSTRIA EXTRATIVA | 39 |
| INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO | 16 |
| INDÚSTRIA DE UTILIDADE PÚBLICA | 03 |
| TOTAL | 648 |

TABELA VIII

Dados do DEPEA de 1990 e do censo econômico do IBGE de 1985 propiciam - em número de estabelecimentos - uma noção a respeito dos gêneros de atividade, dentro do item indústria de transformação, predominantes na indústria bragantina e de sua evolução entre os anos de referência:

| GÊNERO DE ATIVIDADE | 1985 | 1990 |
|--|------|------|
| TRANSFORMAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS | 113 | 217 |
| METALURGIA | 18 | 49 |
| MECÂNICA | 09 | 26 |
| MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES | 06 | 18 |
| MATERIAL DE TRANSPORTE | 05 | 07 |
| MADEIRA | 13 | 22 |
| MOBILIÁRIO | 06 | 20 |
| PAPEL E PAPELÃO | 01 | 01 |
| BORRACHA | 05 | 06 |
| COUROS, PELES E ASSEMBLADOS | 02 | 02 |
| QUÍMICA | 01 | 04 |
| PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS | 02 | 03 |
| PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS | 03 | 03 |
| TÊXTIL | 08 | 09 |
| VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS | 47 | 129 |
| PRODUTOS ALIMENTARES | 34 | 34 |
| BEBIDAS | 03 | 03 |
| EDITORIAL E GRÁFICA | 10 | 13 |

TABELA IX



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Segue a posição dos cinco gêneros com maior número de estabelecimentos em 1985 e em 1990 no item *indústria de transformação*:

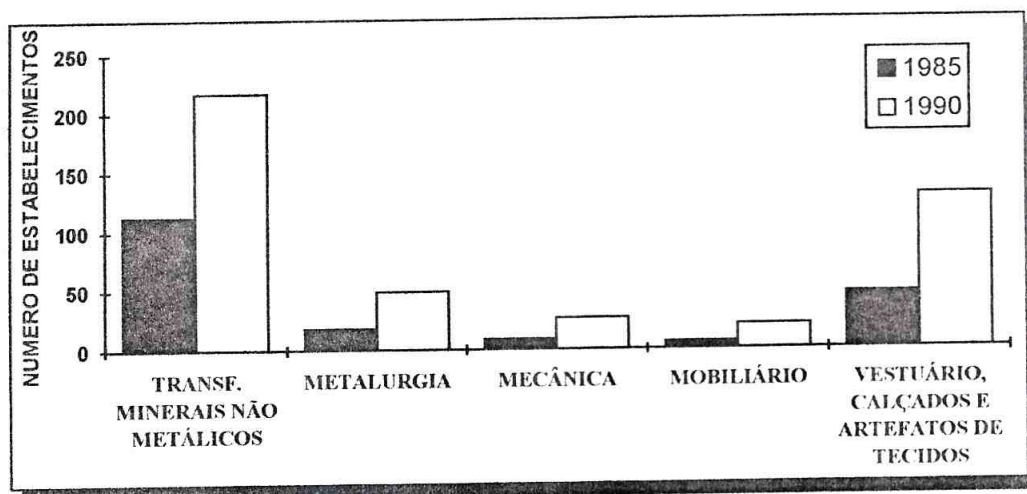


GRÁFICO 22

Pelo indicador da tabela IX e do gráfico 22, os gêneros de atividades com maior crescimento no período de 1985 para 1990 foram: mobiliário (233% de aumento do número de empresas), mecânica (211%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (174%), metalúrgica (172%) e transformação de minerais não-metálicos (92%).

De 1985 para 1990, a indústria de transformação de minerais não metálicos e a de vestuário, calçados e artefatos de tecidos permaneceram, respectivamente, como a primeira e a segunda com maior número de estabelecimentos no município; já a indústria mecânica passou da sétima para a quinta posição, enquanto a indústria de produtos alimentares - sem novos estabelecimentos - perdeu a quarta colocação para a metalurgia.

Apesar de não obtidos dados numéricos a respeito dos gêneros predominantes em 1995, conclui-se, pelos testemunhos concedidos à comissão legislativa, que a situação de 1990 reflete-se no momento atual.

No que tange ao porte das empresas, a grande maioria delas é de microempresas (*apêndice de tabelas, item 4.2.3*): o sistema de informações municipais/ indicadores industriais do DEPEA em relação ao ano de 1990, pelo número de estabelecimentos, demonstra com nitidez a preponderância absoluta das empresas que oferecem até 9 empregos. A mesma fonte aponta a inexistência em Bragança Paulista, até aquele ano, de empresas de grande porte, ou seja, com oferta igual ou superior a 500 empregos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Em número de unidades industriais segundo o porte, as proporções em 1990 eram:

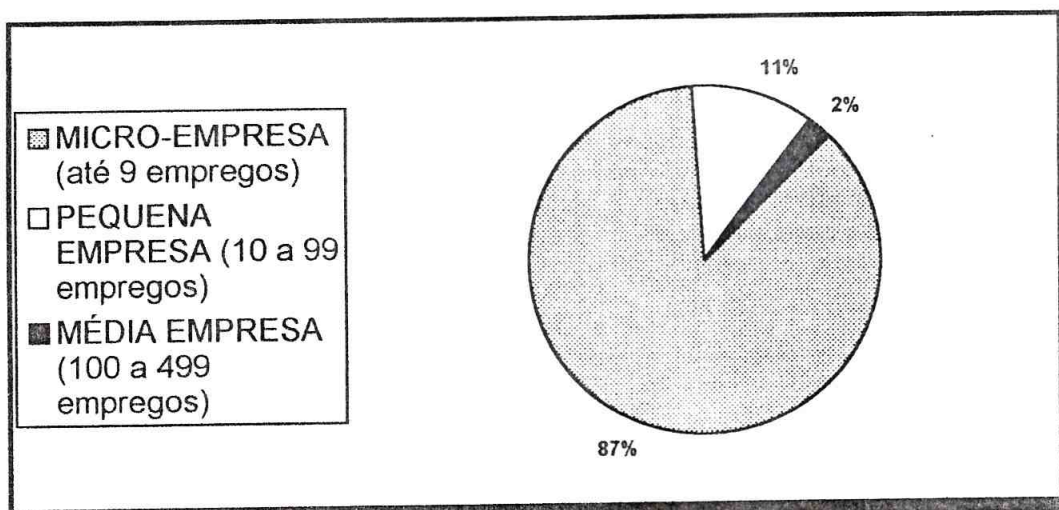


GRÁFICO 23

Informações extraídas do cadastro de abertura de empresas (*tabelas 5.7 e 5.8 do apêndice*) demonstram que o predomínio da microempresa ocorre no município em todos os setores de atividades. Basta ressaltar que no ano de 1995, dos 404 estabelecimentos abertos, 76% estavam na categoria de microempresas.

Quanto ao número de empregos gerado pela indústria bragantina, o DEPEA apurou no ano de 1990 (*itens 4.2.2 e 4.2.4 do apêndice*), de um total de 6.660, as seguintes distribuições:

- segundo o setor de atividade:

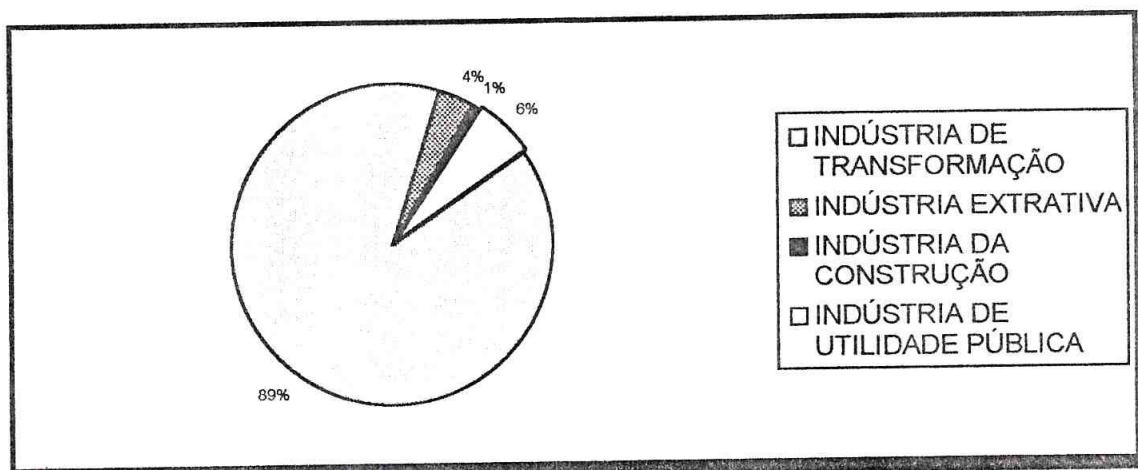


GRÁFICO 24



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- segundo o porte das empresas

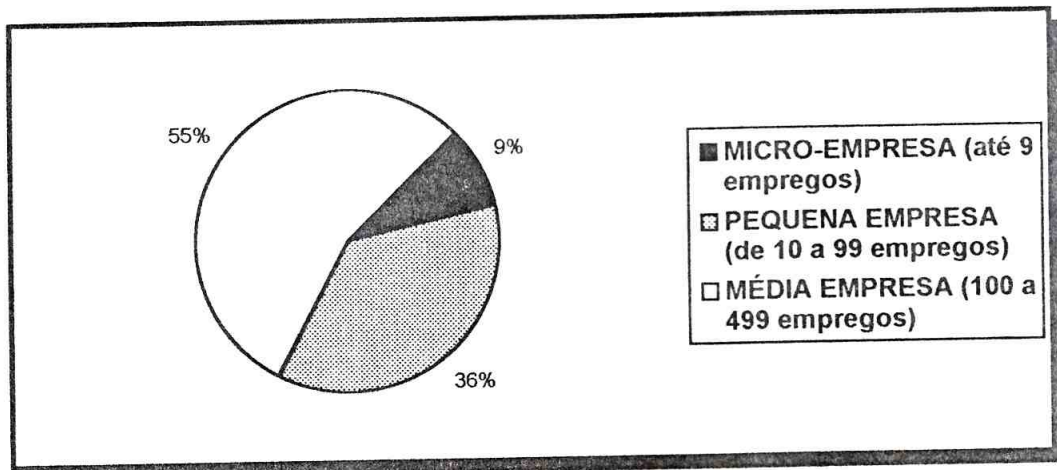


GRÁFICO 25

- os gêneros predominantes, em número de empregos, na indústria de transformação:

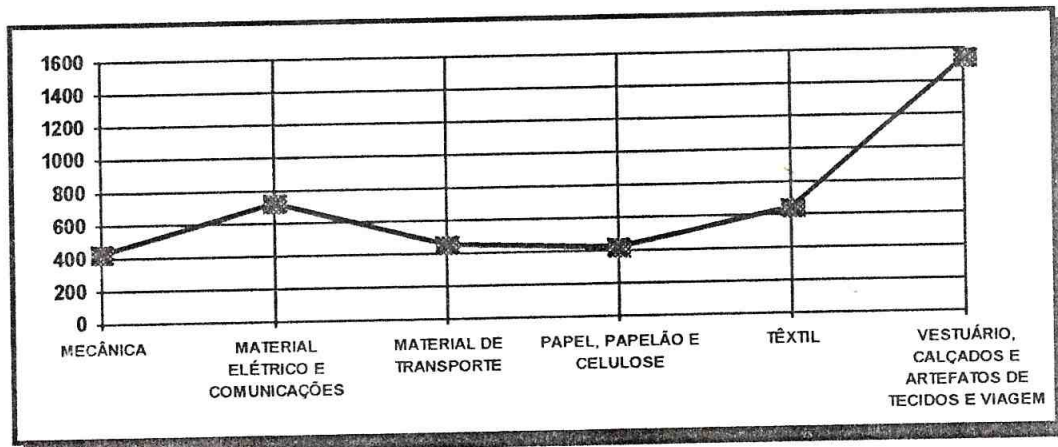


GRÁFICO 26

Por sua vez, os dados da fundação SEADE sobre a ocupação de pessoal (tabela 5.1) - considerando o volume médio anual de empregados - apontam para o predomínio total do setor secundário na década de 80, sobretudo em 1988 e 1989, com reflexos no ano seguinte, 1990, quando alcançou-se o número de 10.000 pessoas ocupadas na indústria.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

No ano de 1992 equilibra-se o número de pessoas ocupadas na indústria com o de pessoas ocupadas em serviços para, em seguida (1993), este (serviços) superar a indústria. Apesar da posição do setor de serviços quanto à ocupação de pessoal em 1993, o índice de consumo de energia elétrica - MWh - de Bragança Paulista é típico de cidades industriais, conforme já se destacou no comparativo com a cidade de Campinas, esta considerada um grande centro industrial (tabela VII).

Colocados os indicadores, resta mencionar que, por conclusões da comissão legislativa, as expectativas dos cidadãos ligados ao setor secundário no município bragantino giram em torno do suprimento da necessidade de expansão cada vez maior de serviços locais próprios ao preparo e ao aperfeiçoamento de mão-de-obra para a indústria, assim como da definição de uma política voltada para o desenvolvimento do parque industrial em harmonia com os demais setores de atividade.

No plano nacional acenam à indústria - para o segundo quinquênio da década de 90 - perspectivas otimistas. Matéria da revista *Veja* (edição de 25 de outubro de 1995, p. 108) informa, entre outras, a previsão do governo federal de que a indústria brasileira poderá crescer muito até 1999 (em torno de 7% ao ano) - o que, certamente, repercutirá nos investimentos direcionados para essa área.

Entretanto, fica a ressalva de que o crescimento da indústria pode não implicar em grande aumento da oferta de empregos nessa área, pois, no mundo atual, a expansão de negócios industriais tende a ser obtida também com aplicação de recursos em tecnologias avançadas e não necessariamente mediante contratação de pessoal.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

1.3 - SETOR TERCIÁRIO (Comércio e Serviços)

1.3.1 - COMÉRCIO

Nos últimos quinze anos, o fenômeno mais significativo para o comércio bragantino foi a implantação de inúmeras filiais de grandes redes de lojas, as quais expandiam-se para além da capital e das cidades de grande porte do Estado. Nas décadas anteriores à mencionada, contava-se em unidades - e poucas - os estabelecimentos de tal gênero em Bragança Paulista; atualmente isso ocorre em relação a empresas que comercializam eletrodomésticos, pneus, artigos de cama, mesa e banho, assim como em relação a supermercados, entre outros.

Ganhando espaço em âmbito nacional, os empreendimentos pelo sistema de franquia, ao que tudo indica, serão responsáveis pelo traço marcante da área comercial na década de 90.

Bragança Paulista não foge à regra das cidades médias brasileiras, nas quais as grandes empresas comerciais procuram - e encontram - mercado favorável à expansão de seus negócios, contribuindo para a diversificação e melhoria de qualidade da oferta.

Fatos como os mencionados, no entanto, não promoveram alterações profundas no comércio bragantino nos últimos vinte anos. Em que pese a escassez de estatísticas recentes, os indicadores apontam para um crescimento regular, mantidas as características já tradicionais do comércio bragantino como a concentração de maior número de estabelecimentos notadamente os de grande porte, na parte central da cidade e o predomínio evidente do comércio varejista. Em 1985, segundo o censo econômico do IBGE, essa preponderância era absoluta:

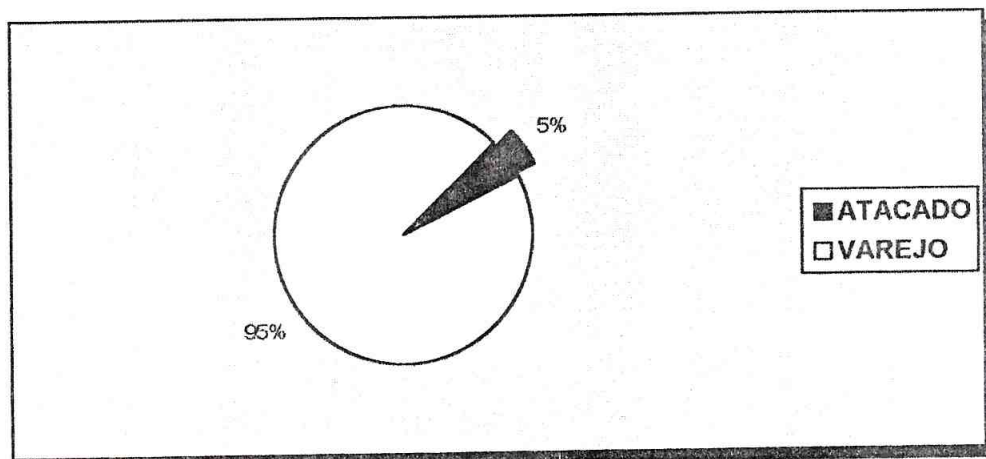


GRÁFICO 27



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Aplicando-se os números registrados no Posto Fiscal de Bragança Paulista no triênio 1990-1991-1992, a média de empresas comerciais abertas no município foi de 340 por ano para 273 no triênio seguinte (1993-1994-1995). Calculando-se pela totalização de 1990 a 1994, a média anual de empresas abertas no comércio foi de 305 e a de empresas que se mantiveram em atividade no final do ano de abertura foi de 263.

O gráfico 28 ilustra a relação empresas abertas/empresas em funcionamento ano a ano no primeiro quinquênio da década de 90:

EMPRESAS COMERCIAIS ABERTAS E EM ATIVIDADE NO ANO DE REFERÊNCIA

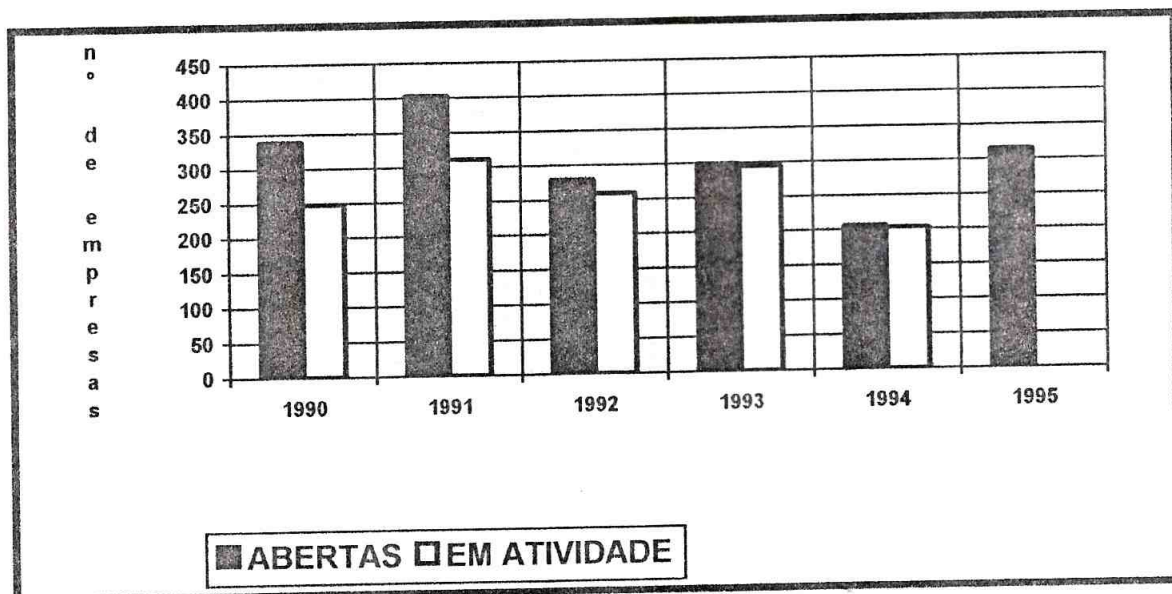


GRÁFICO 28

Pela exposto no gráfico 28 fica evidente que a mesma situação ocorrida com a indústria aconteceu com o comércio - refletindo, novamente, os efeitos do plano econômico do Governo Collor: nos anos de 1990 e 1991 muitas empresas surgiram, porém, em contrapartida, muitas não resistiram à instabilidade econômica e fecharam; a partir de 1992, o número de novos empreendimentos não chega a atingir o índice de 1990, mas a relação entre empresas abertas/empresas mantidas em atividade é equilibrada.

Em 1995 foram abertas 315 empresas comerciais em Bragança Paulista, não tendo sido apurado até o momento de elaboração deste relatório o número delas que permaneceram em atividade.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Especificamente na classe comercial, o consumo de energia elétrica (tabelas 5.4 e 5.5 do apêndice) no último triênio foi o seguinte:

- quanto ao número de consumidores

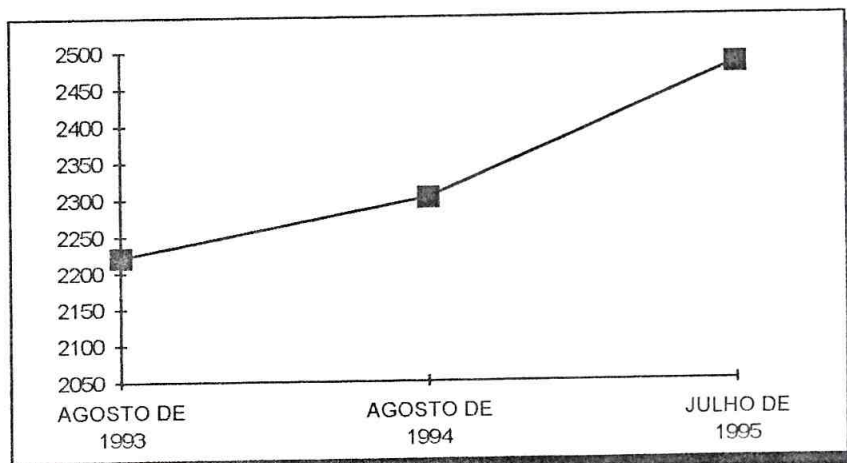


GRÁFICO 29

- quanto ao consumo mensal em MWh

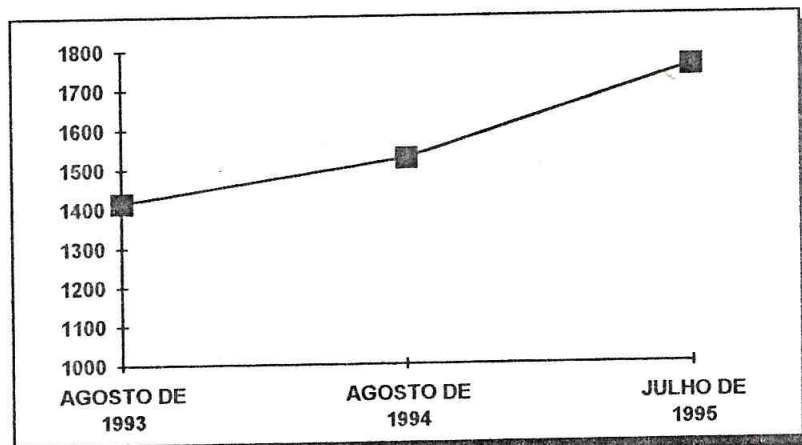


GRÁFICO 30



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Os gráficos 29 e 30 e as tabelas de origem (5.4 e 5.5 do apêndice) apontam para aumento do número de consumidores e de consumo em MWh de energia elétrica para fins comerciais. De agosto de 1993 para julho de 1995 a taxa de crescimento médio anual do número de consumidores foi de 5,83%, enquanto a de consumo em MWh foi de 12,01%.

Mesmo assim, presume-se que parte significativa dos comerciantes bragantinos não esteja cadastrada na concessionária dos serviços de energia elétrica na condição de pessoa jurídica, mas, sim, de pessoa física. Exemplo disso é que entre 1994 e 1995 a média anual de novas empresas comerciais inscritas no Posto Fiscal foi de 300, tendo sido computados, para efeito de aquisição de energia elétrica comercial, de agosto de 1994 para julho de 1995, o total de 179 consumidores a mais.

Verificando-se, agora, o volume médio anual de empregados no comércio (tabela 5.1 do apêndice):

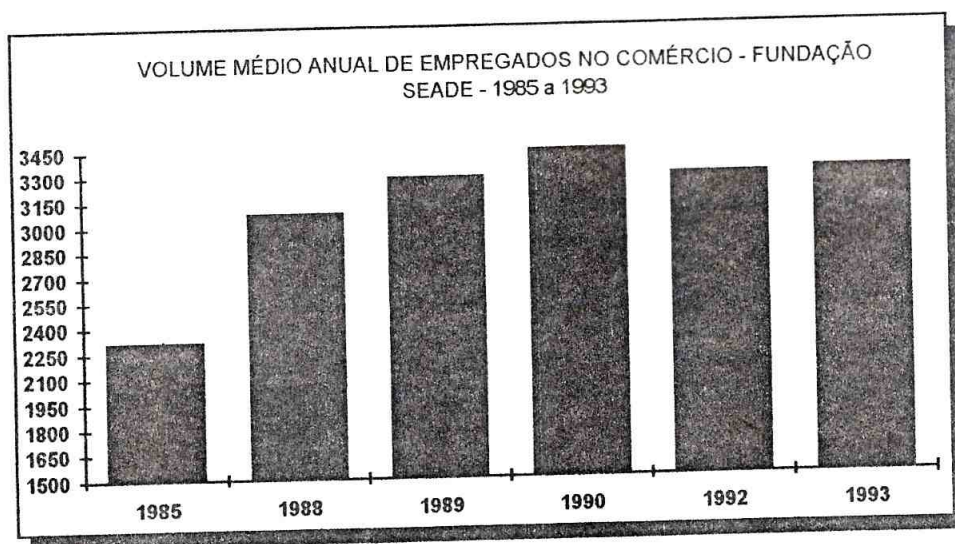


GRÁFICO 31

Pelo indicador do gráfico 31 tomam-se possíveis, entre outras, as seguintes comparações:

- 1980-1989: aumento de 2.669 para 3.286, com uma média anual, a maior, de 61 pessoas;
- 1988-1990: 366 empregados a mais, com média anual de 122;
- 1990-1992: 154 empregados a menos (a média anual negativa foi de 51);
- 1992-1993: 24 empregados a mais.

Fundamental registrar uma vez mais os efeitos do Plano Collor sobre as fontes de produção e de trabalho: o gráfico 31 (tanto quanto outros apresentados anteriormente) projeta a imagem da crise que se abateu na absorção de mão-de-obra pelo comércio no período de 1990 a 1992. Nos anos seguintes (de 1992 para 1993) prevaleceu o equilíbrio tanto no volume médio de empregados quanto no confronto de empresas abertas com empresas mantidas em atividade.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

De acordo com testemunhos de cidadãos envolvidos no trabalho comercial em Bragança Paulista, o sistema de crediário prepondera nas relações com o consumidor local e o domínio presumido é o do ramo de móveis.

Necessidade de fiscalização para coibir o comércio ilegal e criação de pólo comercial foram algumas das providências indicadas por representantes da classe comercial bragantino como prioritárias para incentivo e apoio ao setor.

Segundo o entendimento da comissão legislativa de estudos sócio-econômicos, a duplicação da Rodovia Fernão Dias gera de imediato para o comércio bragantino a necessidade de ampla diversificação da oferta, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para melhoria da qualidade do atendimento, entre outras formas de valorização, já que a rapidez na ligação com outros centros comerciais, principalmente São Paulo, poderá estimular a relação do consumidor local em outras cidades.

1.3.2 - SERVIÇOS

Em se tratando de ocupação de pessoal (*tabela 5.1*), a prestação de serviços tem apresentado maior crescimento no município nos anos 90.

No período de 1985-1990 a quantidade de pessoas que atuavam nessa atividade já aumentara de 4.939 para 6.526, correspondendo, em 1990, a cerca de 60% do pessoal ocupado na indústria. Porém, em 1990-1993 esse crescimento vai ultrapassar a indústria, fazendo com que a ocupação em serviços despontasse como a maior frente de colocação de pessoas no município:

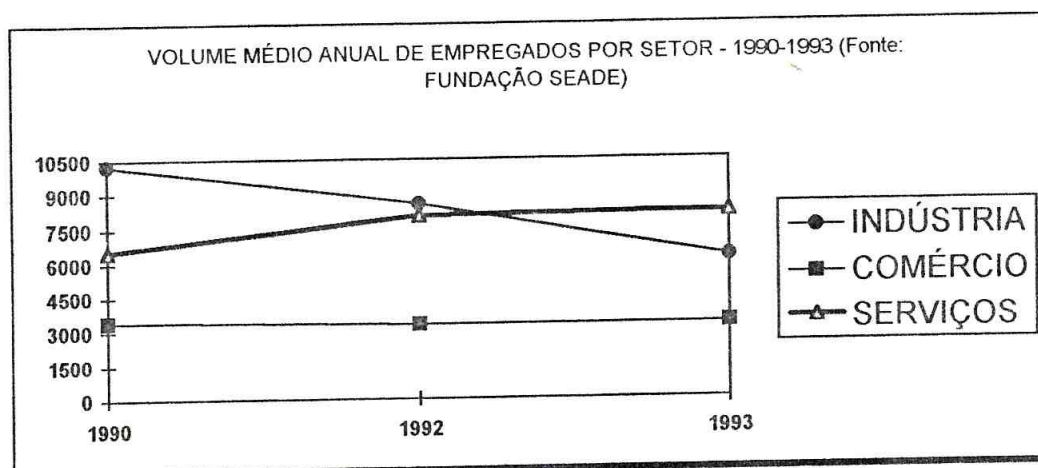


GRÁFICO 32

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Esse avanço da prestação de serviços nos dias de hoje está associado, antes de tudo, àquilo que ocorre com os demais setores. Instabilidade econômica ou mesmo, por outro lado, desenvolvimento tecnológico das empresas, sobretudo das indústrias, ao provocarem dispensa em massa de pessoal, fazem com que muitos profissionais, não encontrando vagas no mercado de trabalho, passem à condição de prestadores de serviços, atendendo como autônomos inclusive de empresas das quais haviam sido dispensados.

Com efeito, no caso de Bragança Paulista coincide o período de maior aumento de pessoal em serviços com o de expressiva redução do volume de empregados na indústria - é o que está ilustrado no gráfico 32. Projeta-se no município bragantino a tendência mundial à terciarização.

Portanto, embora venha liderando a situação relacionada à ocupação de pessoas, o setor de serviços não pode ser apontado isoladamente como o mais representativo do município nos últimos anos. Mais sensato - pela verificação de todos os indicadores - é relacionar tal condição à procura de serviços de terceiros por empresas de outros setores, principalmente o secundário (industrial), já que este vem mantendo em alguns parâmetros, sobretudo no de consumo de energia elétrica em MWh, uma supremacia expressiva sobre os demais nos últimos anos (gráfico 33).

COMPARATIVO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (EM MWh) - FUNDAÇÃO SEADE - ANO DE 1993

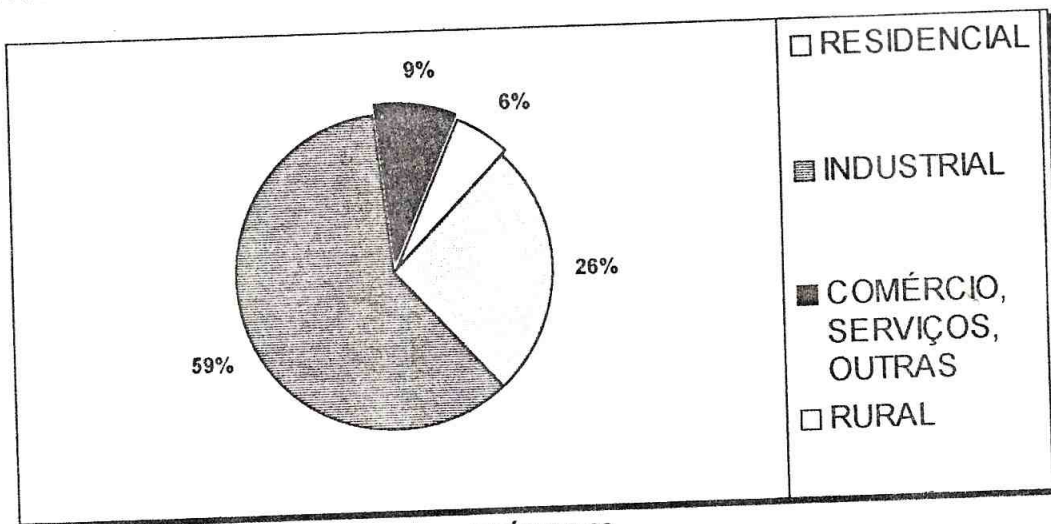


GRÁFICO 33

Não somente o indicador já utilizado, mas outros bastante significativos apontam - de modo geral - para uma maior participação da indústria na economia local, como é o caso dos tributos recolhidos pelo Município. A atividade industrial tem sido para Bragança Paulista a de maior peso na composição do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e também na quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), enquanto a área de serviços tem uma representatividade ligada diretamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. No gráfico 34, a seguir, o confronto de valores de impostos arrecadados pelo Município em 1995, repetindo tendência dos anos anteriores, deixa claro o predomínio dos dois primeiros - ICMS e FPM (apêndice de tabelas, itens 6.1 e 6.2):



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

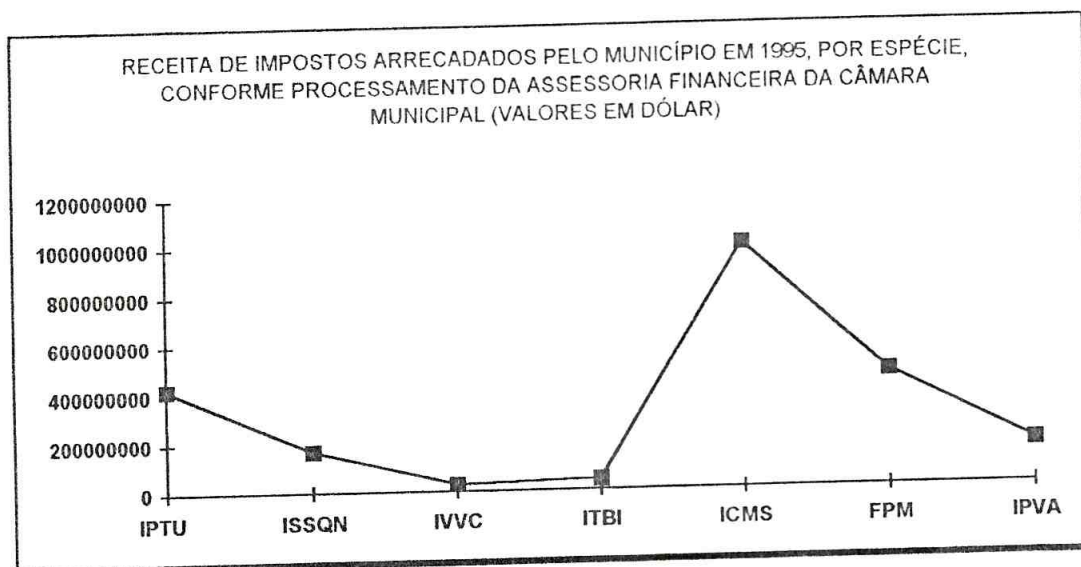


GRÁFICO 34

Se forem consideradas outras fontes de arrecadação municipal que não especificamente os impostos, permanece a superioridade do ICMS e do FPM (gráfico 35):

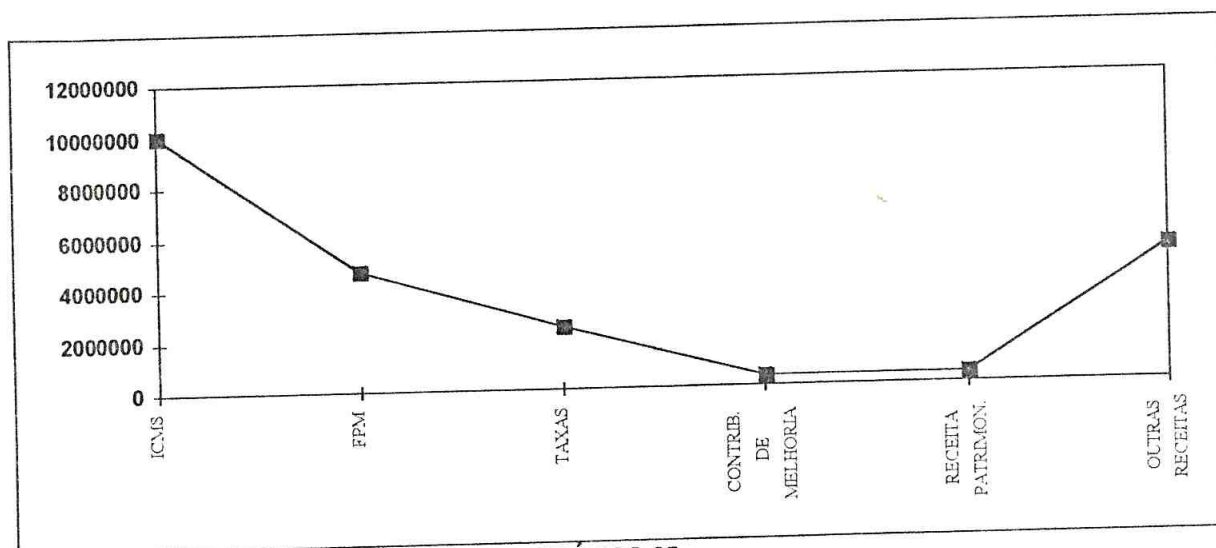


GRÁFICO 35

Em se tratando de efeitos no recolhimento do Município, a evolução do número de pessoas ocupadas em serviços havida no período de 1990 para 1993 repercutiu nos anos seguintes na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (*apêndice de tabelas, item 6.1*); no período de 1990-1993 esse tributo manteve uma participação média em torno de 3,70% no total da receita arrecadada, crescendo para 6,85% em 1994 e 5,45% em 1995 (gráfico 36).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



GRÁFICO 36

Concessionárias de veículos, bancos, escolas, agências de emprego e construtoras - estes os grupos econômicos que mais recolhem ISSQN em Bragança Paulista. Análise setorial realizada a pedido da comissão legislativa pelo Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, comparativa dos meses de junho e agosto de 1995, demonstraram queda da arrecadação do referido tributo nesses grupos, o que pode não significar uma constante no exercício financeiro, mas não deixa de ilustrar o quão instável é tal receita, cabendo, aqui, o exemplo das construtoras de outras origens que, quando em obras na cidade, recolhem quantias bastante elevadas, porém em caráter eventual. Os resultados dessa análise setorial estão representados no gráfico 37:

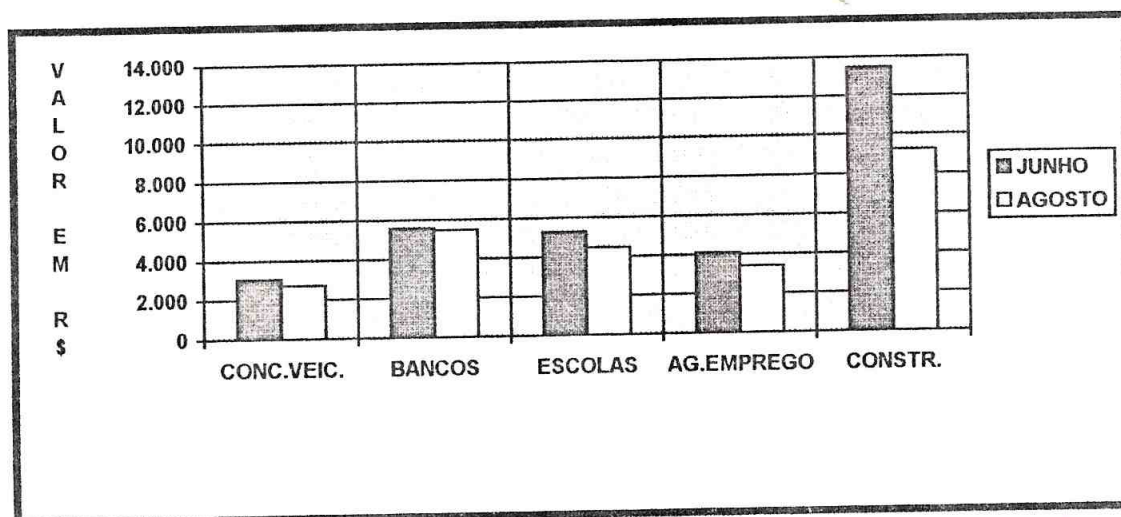


GRÁFICO 37



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Os mesmos estudos revelaram, dentro do período considerado, que as maiores quedas de recolhimento de ISSQN aconteceram nos casos dos estabelecimentos de ensino (30%), concessionárias de veículos (13%) e agências de trabalho temporário (16%). Ligeiras altas ocorreram em relação à assessoria em informática (8%) e corretoras de seguro (4%).

Importante indicador de movimento na economia anotado na análise do Departamento de Finanças da Prefeitura local foi o índice elevado de baixas de inscrição no cadastro mobiliário, que chegou a 82% na época.

De qualquer forma, a prestação de serviços vem se firmando nos anos 90 como a maior fonte geradora de empregos, constituindo-se não apenas em oportunidade de trabalho, como, ainda, em estrutura indispensável para a atração de empreendimentos vantajosos ao município em outros setores. Trata-se, vale repetir, de uma tendência mundial, justificando-se ações de incentivo para maior crescimento dessa atividade e, do Poder Público local, a reorganização de seu sistema tributário com ênfase com informações *on line* sobre as altas e baixas verificadas por período, com cuidados especiais de fiscalização e de controle para impedir a evasão de rendas.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO

No momento em que se prepara este relatório, retorna à discussão a municipalização do ensino fundamental (1o. grau). Norma integrante da Constituição Federal em 1988, não deixa dúvidas da intenção de que o Município - já responsável pela educação infantil - assumira também o nível seguinte; a questão se retoma a partir da Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996, a qual dispõe sobre princípios básicos para que a municipalização aconteça, dependendo, ainda, de lei de regulamentação - que, por sua vez, encontra-se em trâmite no Congresso Nacional.

Tal assunto deve ser amplamente discutido pela sociedade, pois aspectos de complexidade se colocam no processo da municipalização, envolvendo preocupação com a qualidade do ensino, com o pessoal que atua nessa área e com a capacidade - sobretudo financeira - do Município para manter na educação infantil e (mais) no ensino fundamental o padrão de qualidade e a oferta em quantidade compatíveis com a importância da educação e as necessidades do povo bragantino.

A municipalização se coloca, portanto, como tema para tratamento próprio. Pretende-se que os dados constantes do presente capítulo sejam somados às fontes de análise dessa discussão e que nela se dê prioridade à implantação do Conselho Municipal de Educação de Bragança Paulista.

Conclusões do recenseamento encerrado pelo IBGE em 1991 indicam para Bragança Paulista o coeficiente de 85,25% de alfabetização, considerada a faixa populacional com idade igual ou superior a 5 anos (tabela 7.2). Já a condição dos chefes de domicílios permanentes (gráfico 38), da mesma fonte e do mesmo ano (IBGE - 1991), retrata que poucos concluíram os estudos.

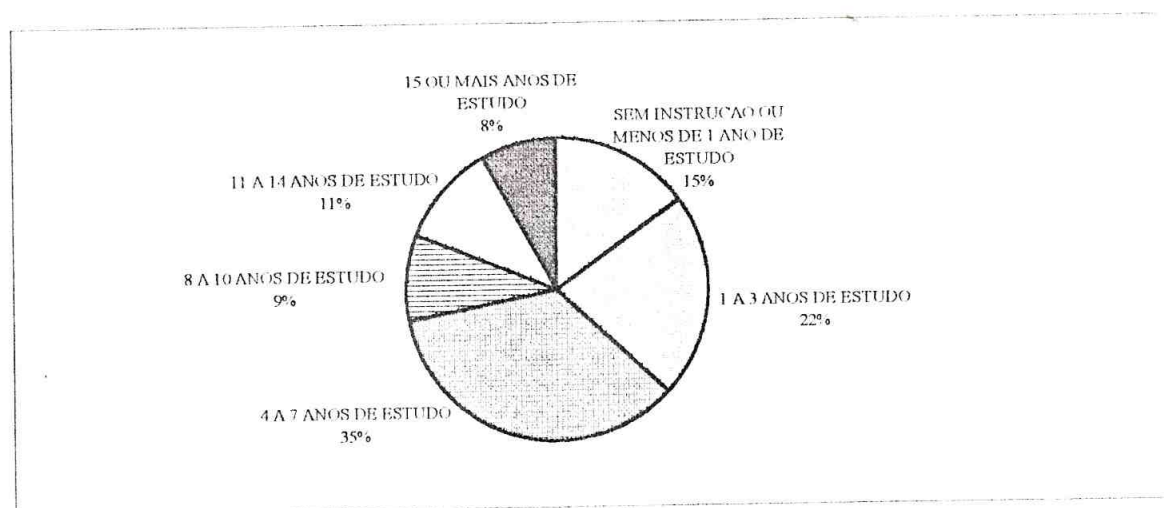


GRÁFICO 38



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Considerando que o ensino fundamental (unificação dos antigos níveis primário e ginásial) tem oito anos de duração, observa-se que há cerca de (apenas) cinco anos atrás 72% dos chefes de domicílios permanentes de Bragança Paulista não tinham tempo de estudo equivalente à conclusão daquilo que hoje se considera como ensino fundamental e que 15% deles não tinham instrução ou tinham menos de 1 ano de estudo.

No decorrer deste capítulo constatar-se-á que a garantia de seqüência e de término de estudos ainda está por merecer política especial do poder público, a fim de que se reverta a situação dos futuros responsáveis pelas famílias bragantinas.

Demanda reprimida na educação infantil, assim como as altas taxas de evasão e de retenção no ensino fundamental e no ensino médio da rede pública se revelam como obstáculos presentes no município bragantino. Não deixam, é óbvio, de repercutir o perfil nacional; não podem, no entanto, ser cuidados tão-somente em função e na espera de soluções gerais.

Cabe a reflexão da sociedade bragantina a esse respeito. Do lado do poder público, além de obras e instalações para a oferta regular, há que se pensar em procedimento de pesquisa constante para busca de causas desses problemas como instrumento orientador de política permanente para atenuá-los; da parte de pais e de responsáveis sobretudo pela criança e pelo adolescente, é emergente a necessidade de conscientização quanto ao papel fundamental que detêm no processo de escolarização e, em sentido mais amplo, no processo educacional.

Bragança Paulista, no tocante ao ensino superior, consta entre as poucas cidades do mundo a sediar uma universidade e, além disso, dispõe de uma fundação atuando nessa área. As duas instituições atendem a uma proporção razoável de alunado de outras origens. Trata-se aqui de um patrimônio inestimável que precisa e merece ser valorizado e utilizado sobretudo pela comunidade local não só no aspecto de prestação de serviços sociais, mas em sua essência de instituições voltadas para a educação e para a pesquisa.

Vê-se, pois, os fortes contrastes do município bragantino: na economia, o nível geral de renda da população é baixo e o volume de captação da poupança, elevado; no sistema de educação, os níveis infantil, fundamental e médio apresentam situações demonstrativas de que ainda há muito por fazer para que o aproveitamento e as condições de vida do educando local conduzam-no ao aproveitamento pleno da capacidade da rede de ensino superior disponível.

2.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Na distribuição de competências entre as diversas esferas de governo, esse nível é colocado, juntamente com o ensino fundamental, como área de atuação prioritária do Município. Em Bragança Paulista, a Prefeitura dispõe de um órgão próprio para o gerenciamento da área educacional, o Departamento de Educação, o qual se desmembra em Divisões - Diretoria/Técnico-Pedagógica, Merenda Escolar e Apoio Escolar - e em Seções: de Creches e de Pré-Escolas.

A estrutura básica da educação infantil envolve os serviços de:

- creche: faixa etária de 0 a 2 anos, em alguns casos com berçários para atendimento específico a crianças de até 6 meses
- maternal: 3 anos
- jardim I: 4 anos



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- jardim II: 5 anos
- pré-escola: 6 anos

No ano anterior (1995) a matrícula total na educação infantil (escolas públicas e particulares) chegou a 4.733 alunos e apresentou, no quinquênio abrangido pelo gráfico 39, uma taxa média de crescimento anual de 10,27%:

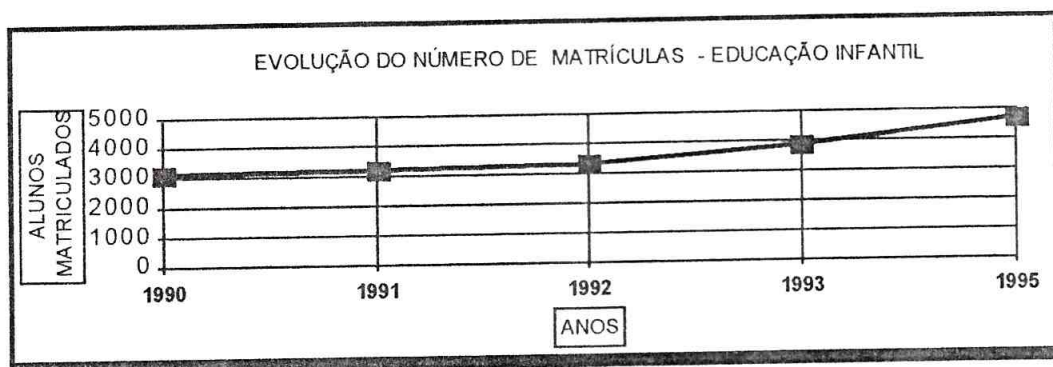


GRÁFICO 39

Ocorre porém que, apesar de expressiva, essa taxa de crescimento - se mantida e projetada para os próximos anos - não proporcionará captação total da demanda no quinquênio iniciado em 1996 (até 1999). Conforme está detalhado no capítulo 5 - da Comissão Especial de Estudos da Criança e do Adolescente - o volume de matrículas de 1995 está acentuadamente defasado até mesmo em função da população total do município de 0 a 6 anos publicada pelo IBGE em 1991 (13.694 crianças).

À primeira vista o fato pode parecer relacionado à escassez de vagas; todavia, os indicadores até aqui expostos e os que ainda o serão evidenciam uma prioridade maior do que o avanço desordenado da capacidade de atendimento. Na realidade, despontam como absolutamente necessárias para organização e planejamento adequados do sistema de educação infantil, além da preocupação com os efeitos de processo acelerado de crescimento populacional decorrente da duplicação da Rodovia Fernão Dias (não previsto na tabela acima):

- levantamento objetivo com atualização constante, de âmbito local, para apuração do número real da demanda e do atendimento;
- emprego desse recenseamento geral como instrumento básico para definição de locais destinados às unidades de educação da criança de 0 a 6 anos e para sua capacitação.
- política de conscientização das famílias para que a criança seja encaminhada ao sistema de educação infantil.

Segundo informações do governo municipal, a capacidade total do sistema público em 1995 girava em torno de 4.500 vagas; o município atendia em período integral, então, 753 crianças. Em planilha de dados existente na Delegacia de Ensino local, o número de alunos matriculados em Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI - no ano passado foi de 3.109, gerando - com a ocupação dobrada para o atendimento integral, um aproveitamento de, aproximadamente, 3.900 vagas e restando, em conseqüência, uma disponibilidade próxima de 500 vagas.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Respondendo a pedido de informações da Câmara Municipal, o Chefe do Poder Executivo apontava, em abril do corrente ano, a existência de 449 vagas nas Escolas Municipais de Educação Infantil, o que confirma a estimativa das comissões legislativas e demonstra a reincidência de ociosidade de vagas no ano em curso.

Pela tabela X, abaixo, (*extrato do item 8.3 do apêndice de tabelas*) é possível verificar que a ação do governo municipal nos últimos três anos caracterizou-se fundamentalmente no provimento de caráter urgente, expandindo sobretudo a rede física e especialmente em função de:

- *atendimento de demanda segundo listas de espera, conforme os exemplos constantes da tabela em referência:*

| ESCOLA | SITUAÇÃO EM 1993 | SITUAÇÃO EM ABRIL DE 1996 |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| EMEI PROFa. ALBINA FANTINI | LISTA DE ESPERA (30) | VAGAS: 05 |
| EMEI PROFa. MARISA FILOMENA DO AMARAL | LISTA DE ESPERA (223) | VAGAS: 17 |
| EMEI SANTA LUZIA | LISTA DE ESPERA (35) | VAGAS: 07 |
| EMEI PROF. DR. NELSON CARROZZO | LISTA DE ESPERA (104) | VAGAS: 01 |
| EMEI JARDIM IGUATEMI | LISTA DE ESPERA (14) | VAGAS: 02 |
| EMEI HENEDINA RODRIGUES CORTEZ II | LISTA DE ESPERA (88) | VAGAS: 02 |

TABELA X

- *implantação de escolas de educação infantil na zona rural:*

ARARAS DOS MORI
ARARAS DOS PEREIRA
CURITIBANOS
MORRO GRANDE DA BOA VISTA (PISTA)
MORRO GRANDE DA BOA VISTA (VENDA)
GUARIPOCABA DOS SOUZA
MÃE DOS HOMENS
BOA VISTA DOS BUOSO (inaugurada em setembro de 1996)

- *atendimento a novos conjuntos habitacionais:*

EMEI DO CONJUNTO HABITACIONAL SAADA NÁDER ABI CHEDID (C.D.H.U.)
EMEI MARIA LÚCIA CARVALHO DE CAMARGO SERRALVO (C.A.I.C.)

Irrepreensível a preocupação do administrador público no provimento de caráter urgente; inadmissível, por outro lado, o não direcionamento de recursos também para programas de estímulo ao preenchimento de vagas disponíveis, para o avanço das atividades desenvolvidas pelas Escolas Municipais de Educação Infantil, tornando-as capacitadas não apenas para a oferta do serviço de boa qualidade, mas, da mesma maneira, para o funcionamento como unidades de diagnóstico do perfil da demanda a ser colocada posteriormente no ensino fundamental.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Especificamente em relação à oferta, confirma-se em Bragança Paulista nos anos 90 a tendência de maior crescimento do volume de matrícula na rede pública, de competência do Município, com média de captação de 65,45% das matrículas no quinquênio já decorrido e taxa de evolução média-ano de 11,69% para 7,88% do sistema particular. O gráfico 40 expõe a proporção de matrículas da educação infantil na rede pública e na rede privada pela totalização dos volumes de 1990 a 1995:

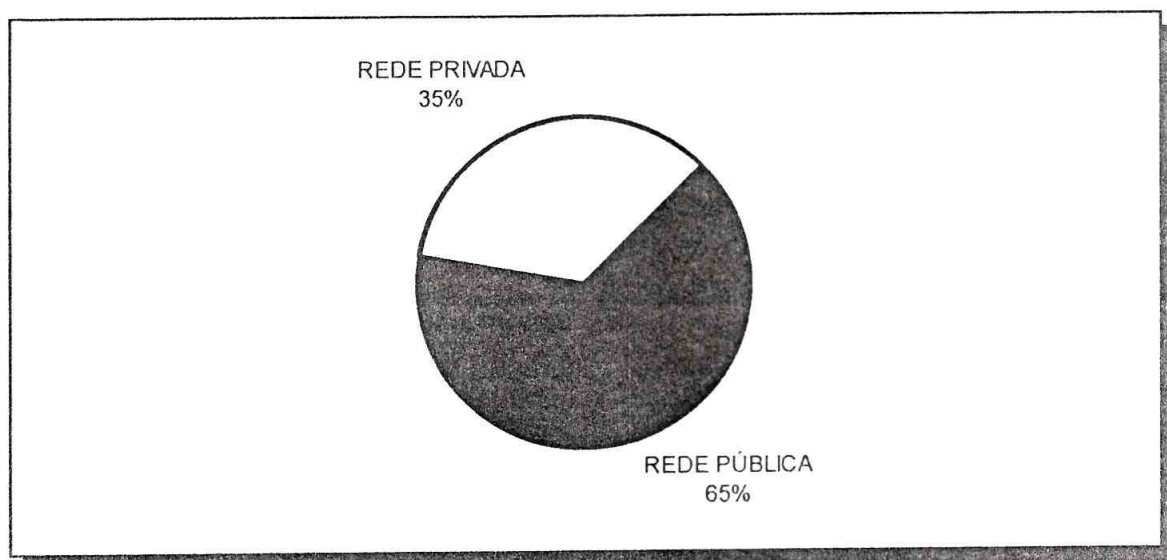


GRÁFICO 40

Importante ressaltar que a falta de procura pelo sistema de educação infantil por pais e responsáveis infelizmente acaba contribuindo para que a oferta se compatibilize com demanda conhecida (listas de espera) e não com a demanda total real. Como se justificaria, no caso do poder público, o propiciar 10.000 vagas no sistema de educação infantil se somente um terço ou menos que isso de educandos viessem a ocupá-las?

Sobre o poder público recai, isto sim, a total responsabilidade de efetivar, com periodicidade e técnicas adequadas, os recenseamentos que permitam planejar a curto, médio e longo prazos as suas ações na área educacional, envolvendo programas contínuos que despertem o interesse das famílias pela educação escolar da criança de 0 a 6 anos, para que deixe de ser vista apenas e tão-somente como meio de abrigo de crianças que não têm onde e com que ficar enquanto os pais trabalham, mas passe a ser tida, na consciência popular, como instrumento fundamental de integração da criança na comunidade e de seu preparo para a vida, para a cidadania e para a sociedade futura.

Ressalte-se, ainda, que a falta de participação no sistema infantil, notadamente na pré-escolarização, é apontada como uma das principais causas do alto índice de reprovação no ensino fundamental, que será tratado a seguir.

Informações complementares sobre a educação infantil estão apresentadas no Capítulo 5, da comissão legislativa criada para estudos da condição da criança e do adolescente em Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2.2 - ENSINO FUNDAMENTAL (1o. GRAU)

Constitucionalmente estabelecido como de natureza obrigatória e gratuita, o ensino fundamental corresponde ao ciclo de 1o. grau (antigos níveis primário e ginásial) e é considerado como nível prioritário de atuação educacional do Município, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, este representado no município pela Delegacia de Ensino.

Desde logo, ressalte-se, a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista é - senão a maior - uma das maiores do Estado de São Paulo, mantendo sob sua jurisdição 11 municípios: Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Socorro, Tuiuti e Vargem. A esse respeito, existem propostas para desmembramento mediante implantação de delegacias próprias em algumas das cidades referidas ou a implantação de uma segunda unidade da Delegacia de Ensino no município bragantino.

A estrutura do ciclo regular de ensino fundamental é composta de 8 séries, contando-se a idade regular a partir dos 7 anos:

| SÉRIE | IDADE PRÓPRIA |
|--|---------------|
| Ciclo Básico Inicial (antiga 1a. série) | 7 ANOS |
| Ciclo Básico Continuidade (antiga 2a. série) | 8 ANOS |
| 3a. SÉRIE | 9 ANOS |
| 4a. SÉRIE | 10 ANOS |
| 5a. SÉRIE | 11 ANOS |
| 6a. SÉRIE | 12 ANOS |
| 7a. SÉRIE | 13 ANOS |
| 8a. SÉRIE | 14 ANOS |

TABELA XI

Sobre a tabela XI, vale citar que a classificação etária não elimina a obrigação do poder público de oferta do ensino fundamental àqueles que não tiveram acesso a ele na idade regular, provimento este característico da modalidade supletivo.

Duas preocupações se sobressaem na análise dos dados recebidos pelas comissões legislativas e apresentados no apêndice de tabelas com referência à situação do ensino fundamental neste município na década de 90: os números elevados de evasão (abandono de estudos) e de retenção; a redução significativa do volume de matrícula total de 1995 para 1996 na rede pública.

No período de 1990 a 1995, em Bragança Paulista, o volume de matrícula total no nível de ensino em referência aumentou de 18.617 para 23.653, com 5,41% de taxa média de crescimento por ano. O gráfico 41 está reproduzindo a evolução da matrícula total do ensino de 1o. grau no município bragantino de 1990 a 1995 e o gráfico 42, o movimento de matrícula total em cada rede de ensino; nos dois casos, o indicador é o número de alunos matriculados:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

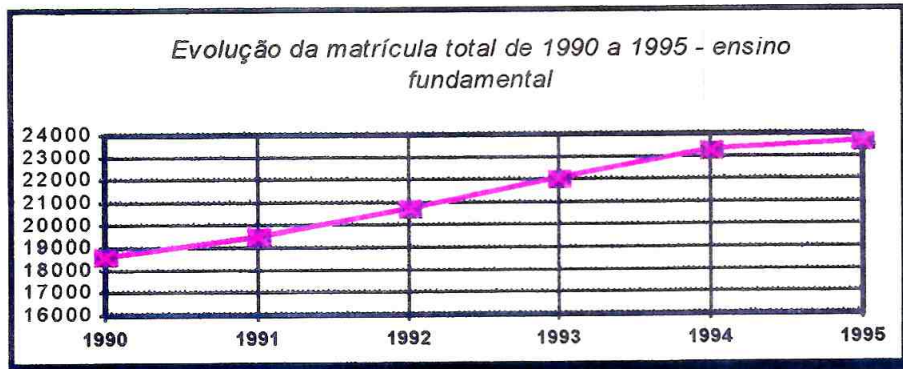


GRÁFICO 41

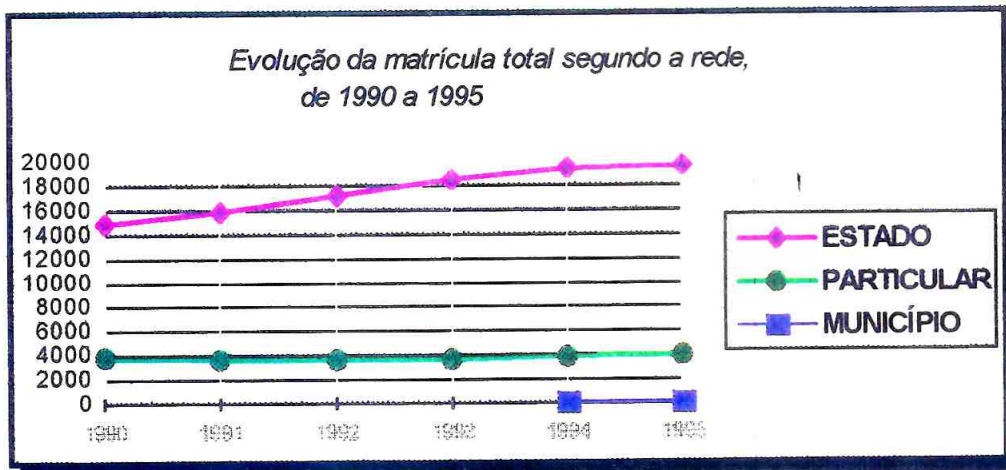


GRÁFICO 42

Comparada por períodos, a taxa média de crescimento da matrícula total de 1990-1992 foi de 5,51% para 3,63% de 1993-1995; prevê-se, todavia, uma queda considerável em período mais recente, pois a rede estadual - detentora da grande maioria de matrículas nesse nível de ensino (*tabela 10.3*) - registrou em 1996 um número inferior ao de 1995 - 1730 matrículas a menos! Transportados os índices para números absolutos, de 1990 para 1993 aumentou em 3.838 o número de alunos matriculados; de 1993 para 1996 o número de alunos matriculados diminuiu em 596.

A redução expressiva da matrícula total de primeiro grau no sistema de ensino do Estado ocorrida de 1995 para 1996 é fato merecedor de estudos mais minuciosos dos órgãos competentes porque, embora o número de alunos que ingressam na rede estadual, nesse nível, não venha alcançando nos últimos três anos o coeficiente de aumento da ordem de 5% obtido de 1990 para 1992, no último quinquênio também não havia sido constatada diminuição em outros momentos.

Não dispondo de dados relativos ao ensino particular em 1996 para análise global, resta à comissão legislativa destacar que, no caso específico do Estado, devem merecer atenção especial, entre as prováveis causas do fenômeno citado:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alto.' and 'A. J.'.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- a reorganização do ensino implantada pelo governo no corrente ano, a qual determinou, essencialmente, a eliminação de algumas séries em determinadas escolas - e, conseqüentemente, em alguns bairros (tabela 15.2) - adotando o atendimento setorizado ao invés do localizado, o que pode ter acarretado a paralisação de estudos de crianças por temor das famílias quanto ao deslocamento para unidades escolares distantes da residência;
- tendência de queda que já se registrava na taxa de evolução da matrícula total e que teria culminado com a diminuição efetiva em 1996 no caso do Estado;

O confronto do volume de matrícula do ano de 1995 com o de 1996 da rede estadual (gráfico 43) revela que, com exceção da 3a. série, em todas as demais a queda foi significativa:

COMPARATIVO DO VOLUME DE MATRÍCULA POR SÉRIE DE 1995 E 1996 NA REDE ESTADUAL

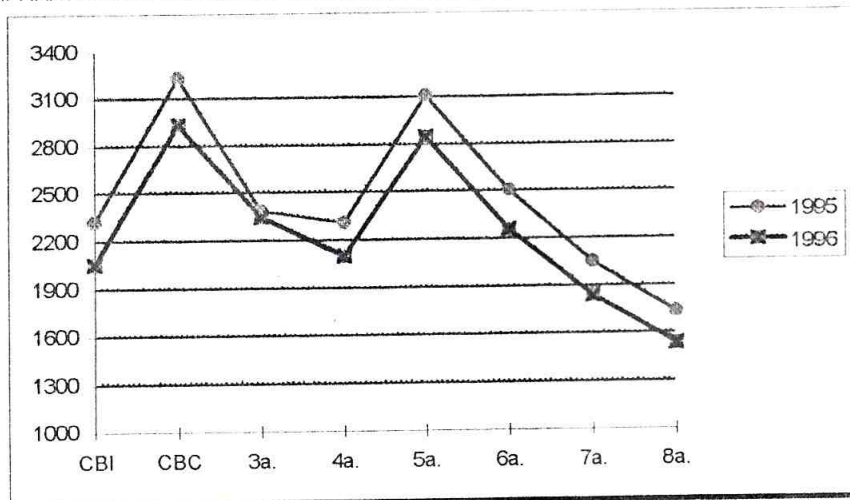


GRÁFICO 43

O Município iniciou a implantação da primeira escola própria de 1o. grau em 1994 e vem aumentando progressivamente o número de séries oferecidas, sendo sua participação na rede física para esse nível de ensino ainda pequena no sentido de gerar interferência considerável em cálculos relacionados à matrícula total (veja gráfico de evolução da matrícula total segundo a rede, de 1990 a 1995).

Das escolas particulares não foi obtida a quantidade de matrícula total de 1996, o que permitiria visão mais completa e a observação de fenômeno semelhante ao registrado no sistema estadual; nos primeiros cinco anos desta década, a rede privada manteve regularidade na captação de matrículas, com taxa média anual de crescimento de 1,07% (1990-1995), numa tendência que torna difícil imaginar aumento, em 1996, suficiente para haver captado a demanda não rematriculada no Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

As proporções de distribuição do alunado demonstram (gráfico 44) preponderância absoluta do sistema estadual, com média de 83% de captação no quinquênio encerrado:

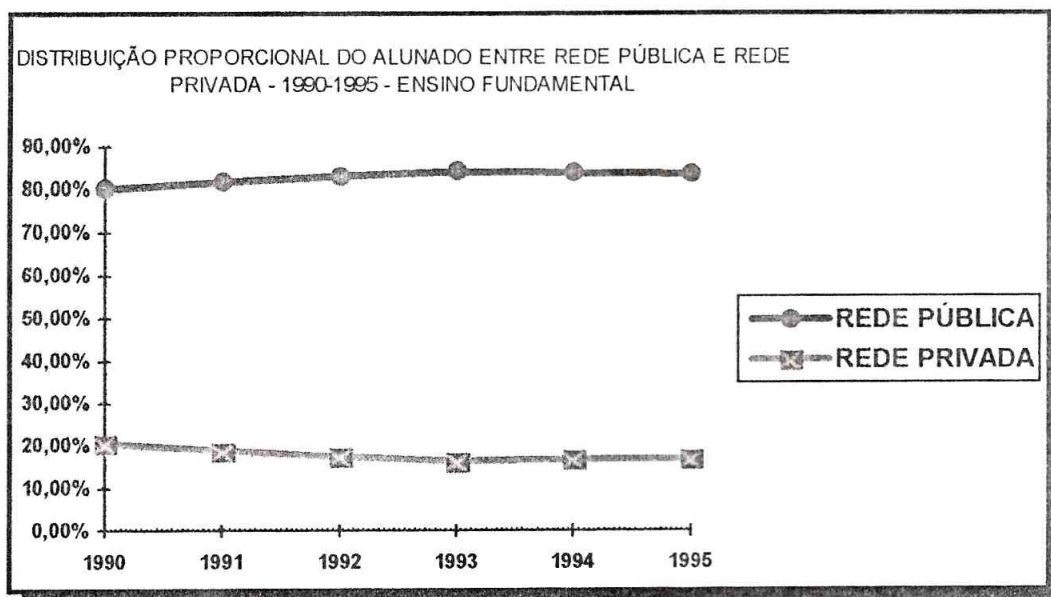


GRÁFICO 44

Se o fato relacionado à queda da matrícula no sistema público ocorreu apenas do último ano para este, os problemas de evasão escolar e de repetência no ensino fundamental são de tal forma acentuados e constantes que torna difícil para leigos em estatísticas educacionais estimar a demanda total e os coeficientes de escolarização de 1o. grau no município.

O que fica evidente é que tais fenômenos constituem-se nos grandes causadores de acúmulo de demanda e em quantidades bastante elevadas de alunos que, por abandono ou reprovação, não acompanham o ciclo normal de ensino na idade regular. Conseqüentemente, a oferta vai se tornando congestionada, com dificuldades, inclusive, ao acesso da clientela em idade própria.

De 1990 para 1995 uma média anual de 1.784 alunos bragantinos abandonaram os estudos e de 2.383 deles foram reprovados no ensino público, o que significa dizer que a capacitação da rede, a cada ano, deve ser bem maior do que uma estrutura montada para atendimento à demanda em idade regular.

No gráfico seguinte (45) - de evasão e de repetência nas escolas públicas de ensino fundamental de Bragança Paulista, em números absolutos - aparecem oscilações que, por sua vez, evidenciam a inexistência de política especial para tratamento de tais problemas:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

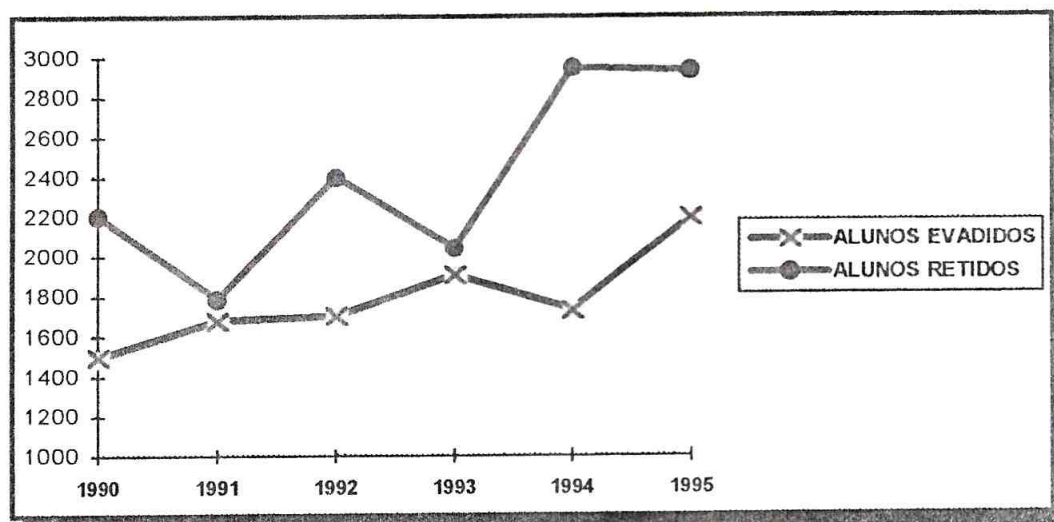


GRÁFICO 45

Não é sem motivo que associa-se o problema da evasão às condições financeiras das famílias. Basta ressaltar que em 1994 houve apenas um e em 1995 catorze casos de evasão de alunos em escolas particulares locais para um volume médio anual de 3.889 matrículas totais. Transportado para proporções, o número de alunos evadidos no ensino fundamental segundo a rede de oferta (tabela XII) resulta em taxas que ratificam o entendimento:

TAXAS DE EVASÃO ESCOLAR

| ANO | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA |
|------|--------------|--------------|
| 1995 | 11,15% | 0,35% |

TABELA XII

Força, pois, admitir que uma das razões principais do abandono dos estudos é, realmente, o direcionamento da criança e do adolescente bragantino - e brasileiro, em geral - para o trabalho antes da conclusão do estudo no ciclo fundamental, visando ao aumento da renda familiar, criando-se, aí, um círculo que futuramente vai incidir na renda dos chefes de família, já que a falta de instrução acarreta a ocupação de empregos de baixa remuneração e o rendimento familiar repercute no grande número de alunos matriculados em educandários públicos.

Além disso, na introdução deste capítulo demonstrou-se que, apesar de um índice de alfabetização razoável da população em geral, 72% dos chefes de domicílios permanentes não concluíram o 1o. grau, indício claro dos efeitos da evasão e de sua ocorrência igualmente intensa em épocas anteriores à abordada nas tabelas e nos gráficos da presente exposição.

Da mesma maneira, e até com maior intensidade, não é sem motivo que o fator econômico - condições de vida familiar - tem sido comumente destacado como um dos causadores de reprovação do educando; no município bragantino, em 1994 e 1995, os índices de retenção do alunado segundo a rede (tabela XIII) foram:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TAXAS DE REPROVAÇÃO

| ANO | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA |
|------|--------------|--------------|
| 1994 | 15,12% | 1,46% |
| 1995 | 14,86% | 0,99% |

TABELA XIII

Cabe repetir que a falta da escolarização infantil também é colocada entre as causas de retenção nos níveis seguintes e já constou deste relatório que em Bragança Paulista o problema básico da educação infantil está exatamente numa parcela que se estima elevada de crianças sequer matriculadas para a pré-escolarização.

Subsídios para instruir análise detalhada de instituições e cidadãos envolvidos com a questão educacional e para comprovar pareceres até aqui emitidos pela comissão legislativa podem ser extraídos, além das próprias taxas, de outros aspectos peculiares de cada rede no tocante a evasão e retenção do alunado:

- na rede pública a evasão a partir da 5a. série (e sobretudo nela) é bem superior à das demais séries e o fato se repete de 1990 até 1995, em proporções que se mostram na situação do último ano (gráfico 46):

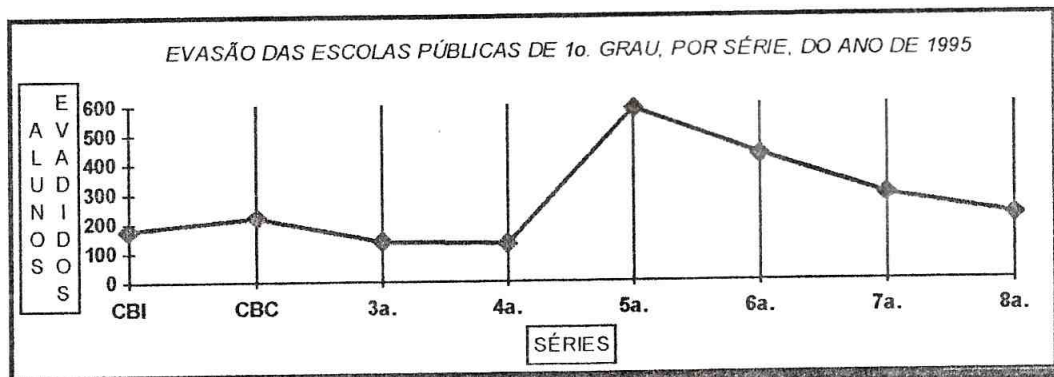


GRÁFICO 46

- na rede particular o maior número de abandono aconteceu, em 1995, nas duas últimas séries (gráfico 47):

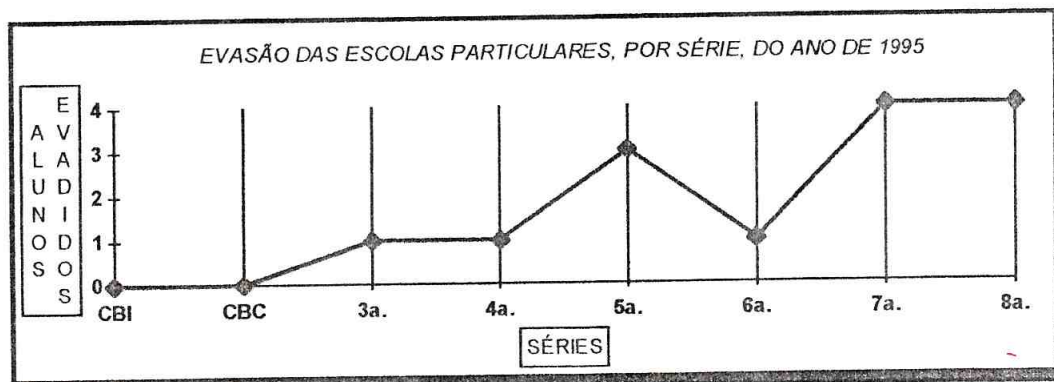


GRÁFICO 47



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- nas instituições de ensino públicas a retenção é maior no Ciclo Básico Continuidade e, em seguida, na 5a. série (gráfico 48):

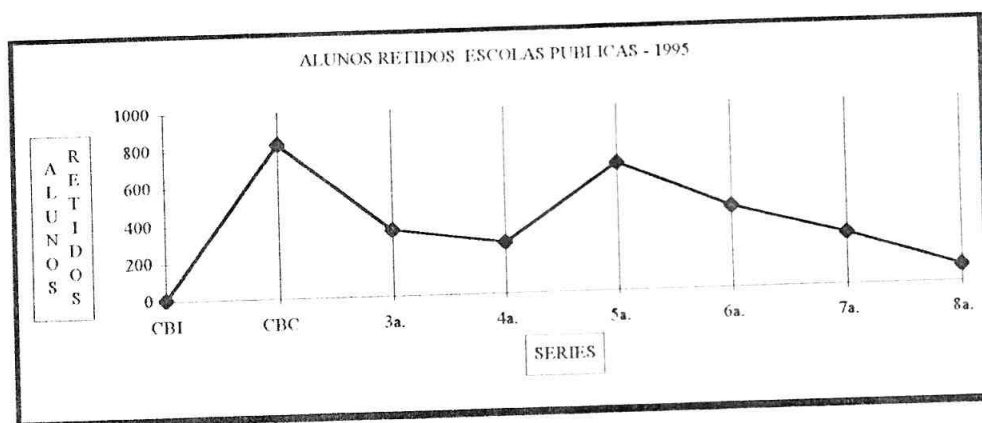


GRÁFICO 48

- nos educandários particulares, a reprovação se dá em maior quantidade com alunos de 5a. e 6a. séries (gráfico 49):

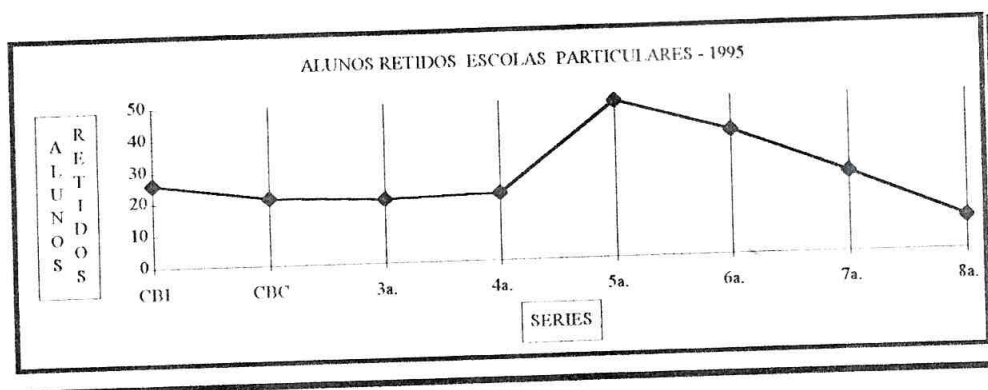


GRÁFICO 49

Finalmente, no número de matrículas por série na rede estadual em 1996, que reflete fato comum nos anos demais anos da década de 90, visualiza-se efeitos da demanda acumulada nas séries com maior evasão - 5a.- e retenção - 2a.- (gráfico 50):



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

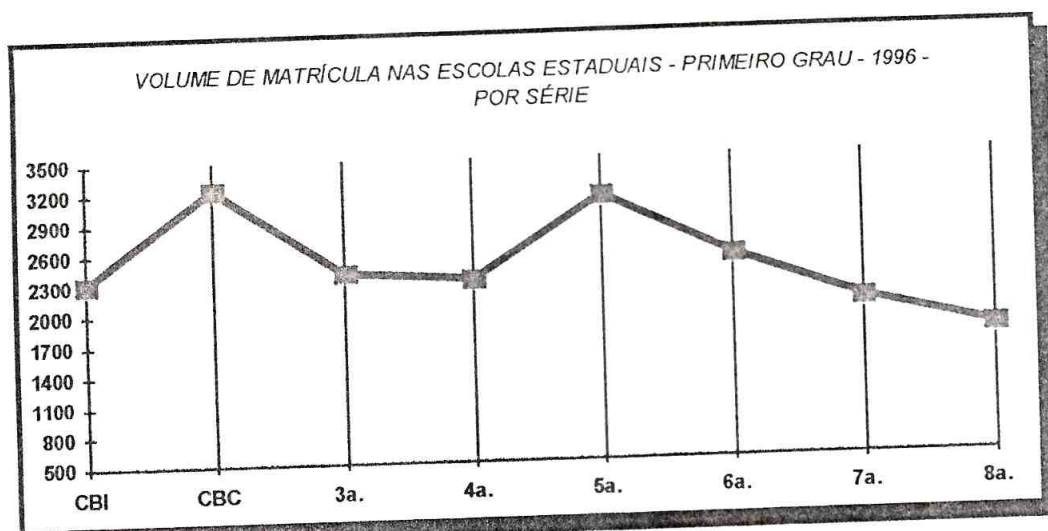


GRÁFICO 50

Participam da oferta do ensino fundamental no município bragantino a rede pública e a rede privada; esta captou 16,70% da matrícula total em 1995, para 83,30% (com tendência de crescimento) da primeira (*tabela 15.5*).

Até o ano passado, funcionavam em Bragança Paulista 10 escolas particulares de 1o. grau, 9 delas com o ciclo completo (CBI a 8a. série) e 1 uma somente com o CBI; a instituição privada com maior número de alunos deteve 30,96% da matrícula na rede privada e 5,17% da matrícula total nesse nível de ensino.

Na rede pública vigora o regime de cooperação entre as esferas de governo, sendo a rede física quase que totalmente do Estado. Até 1995 o Município dispunha de uma Escola Municipal de Primeiro Grau (EMPG), com ciclo incompleto, iniciando a implantação de segunda unidade em 1996.

O sistema estadual de ensino vem mantendo em funcionamento no ano corrente (*tabela 15.1*) o total de 51 unidades escolares, 23 na área urbana e 28 na zona rural, das quais:

- 43 têm a 1a. etapa do ensino fundamental (CBI a 4a. série), incluídas 2 da zona urbana com a etapa incompleta;
- 19 têm a 2a. etapa do ensino fundamental (5a. a 8a. série), incluídas 2 na zona rural com a etapa incompleta.

Estruturada a partir deste ano segundo o processo de reorganização determinado pelo governo, a rede escolar do Estado setorizou-se por bairros do município. Com base em dados fornecidos pela Delegacia de Ensino - levando em conta todos os níveis e modalidades oferecidos pelo Estado - a distribuição do alunado por setor, que certamente reflete a tendência do ensino fundamental, é a retratada no gráfico 51:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

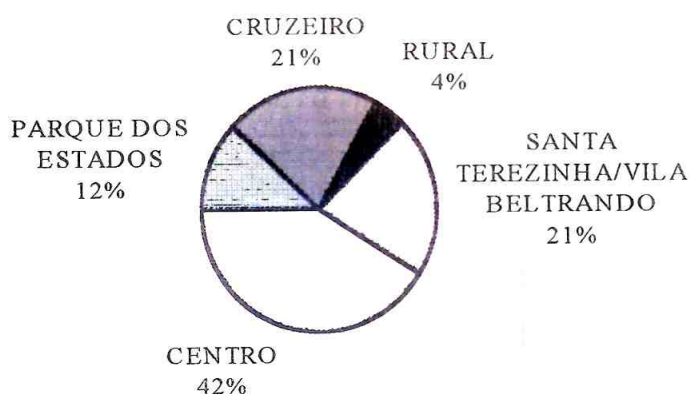


GRÁFICO 51 (Planilha de dados: tabela fornecida pela Delegacia de Ensino correspondentes às folhas 1659 e 1660 dos autos da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos).

Dos indicadores verificados, prevalecem como aspectos que necessitam de atenção urgente em relação ao ensino fundamental:

- a exemplo da educação infantil, o levantamento objetivo para quantificação da demanda total independentemente da idade;
- análise do movimento de matrículas para confirmar a reincidência de queda do volume e os motivos disso;
- estudos detalhados sobre evasão e retenção para direcionamento e implantação de política especial a esse respeito.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2.3 - ENSINO MÉDIO

Correspondente ao nível de 2o. grau, o seu provimento é atribuído ao governo estadual. Além das três séries do ciclo regular, no ensino médio existe também a modalidade supletivo e, ainda, o ensino profissionalizante, este com alguns cursos de quatro séries obrigatórias, como é o caso, por exemplo, da habilitação específica de 2o. grau para o magistério; são consideradas próprias as idades de 15 a 17 ou de 15 a 18 anos, conforme a duração do curso, e a oferta obrigatória e gratuita pelo poder público independe do fator idade.

Totalizado o volume das redes pública e privada, de 1990 a 1995, a matrícula no ensino médio em Bragança Paulista cresceu à proporção de 15,42% por ano, com evolução em números absolutos reproduzida no gráfico 52, tendo como indicador o número de alunos matriculados:

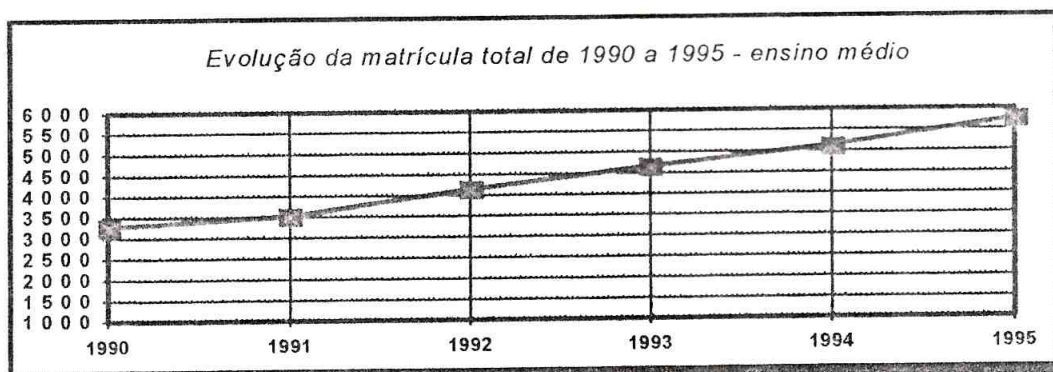


GRÁFICO 52

Prepondera em número de matrículas o sistema estadual, que manteve em torno de 73,57%-ano a captação do alunado no quinquênio 1990-1995 (gráfico 53):

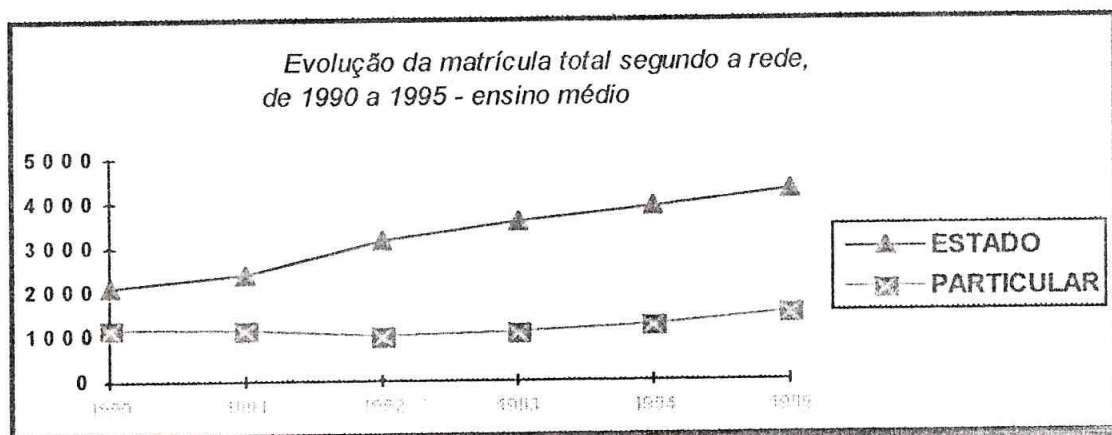


GRÁFICO 53



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Em cinco anos foi praticamente dobrado o volume de matrículas nesse nível de ensino, com um crescimento médio anual bastante superior (20,81% na rede estadual e 5,70% na particular) ao ocorrido no mesmo período para o ensino fundamental; ainda assim, o sistema estadual registra também no ensino médio a diminuição do volume de matrícula total de 1995 para 1996 (gráfico 54), valendo, portanto, os comentários já tecidos em relação ao primeiro grau:

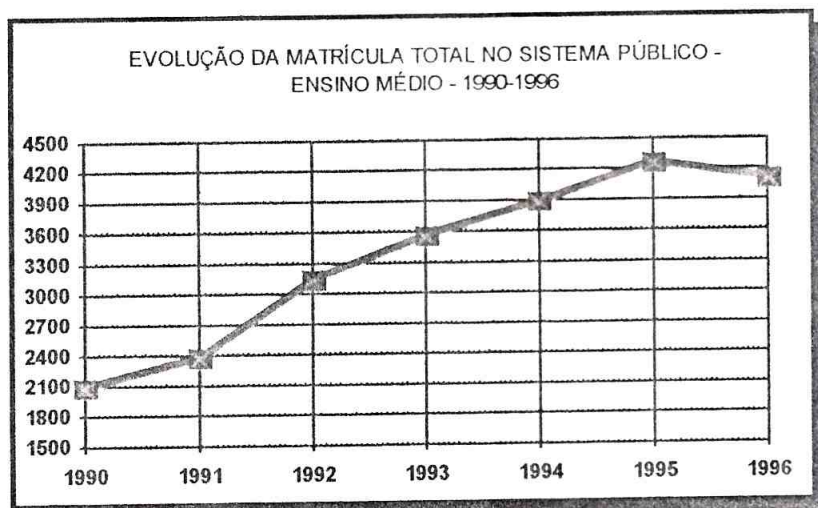


GRÁFICO 54

Se na junção dos números do ciclo regular com os do profissionalizante o predomínio da rede estadual é bastante expressivo, o mesmo não ocorre quando se trata apenas desta última modalidade.

Respeitadas as informações do último ano (1995), do total de matrículas de segundo grau, 23% eram de cursos profissionalizantes (*apêndice de tabelas, itens 13.1 e 13.2*), com um total de 1345 alunos, cuja distribuição entre as redes foi de 54% para a pública e 46% para a particular (gráfico 55):

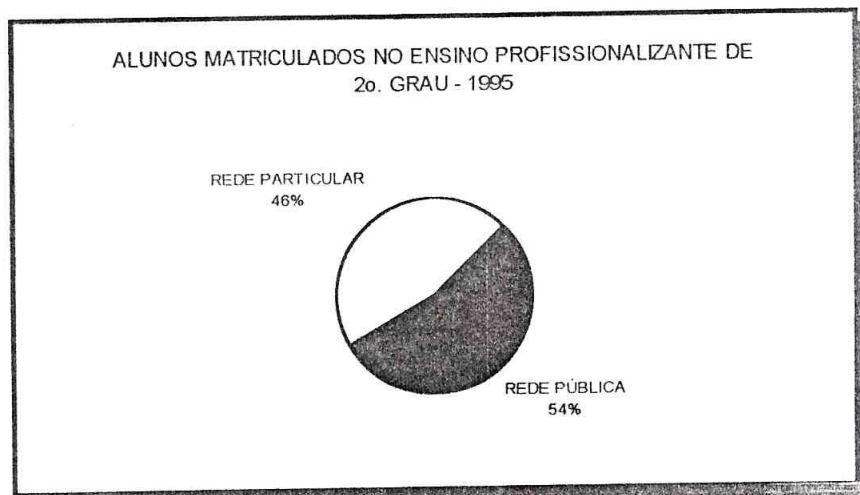


GRÁFICO 55



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Fica evidente que na modalidade profissionalizante as redes praticamente se equiparam na captação das matrículas e, embora paga, a rede particular apresenta, além das três oferecidas pelo sistema público, outras variedades de cursos. Oportuna, pois, a iniciativa da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista que a partir de 1997 manterá no turno da manhã, além do 2o. grau colegial, cursos profissionalizantes de habilitação em nível médio nas áreas de Comércio Exterior, Eletrônica, Eletrotécnica, Enfermagem, Patologia Clínica, Processamento de Dados, Publicidade e Turismo.

Se a repetência no segundo grau não chega aos níveis apurados no ciclo fundamental, o indicador de abandono de estudos o supera. As taxas de evasão de 1995 calculadas pela comissão legislativa para o ciclo de segundo grau independentemente de o curso ser regular ou profissionalizante foram de 18% para a rede pública e de 6% no sistema privado.

Para o Estado repete-se no ensino de segundo grau aquilo que ocorre com o nível fundamental: os altos e baixos do índice de abandono dos estudos (gráfico 56) revela a falta de política especial para controle dessa situação:

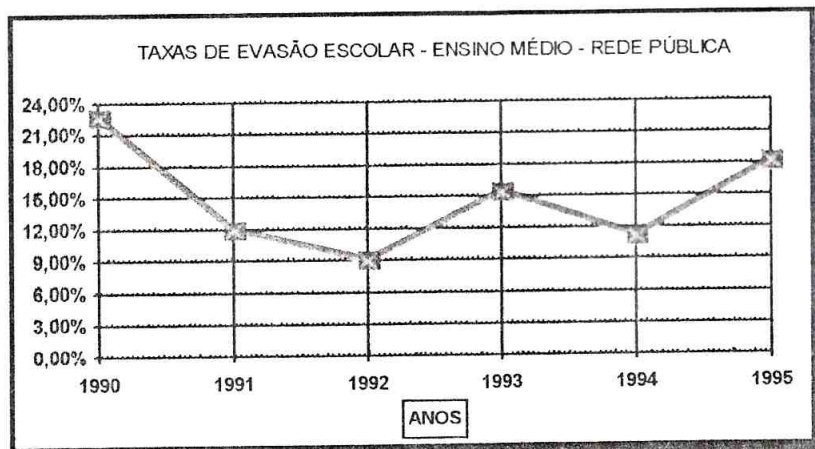


GRÁFICO 56

Comparação de números absolutos quanto à evasão por série, no segundo grau, do sistema estadual e no particular revelam coincidência: o abandono se dá principalmente na primeira série (gráfico 57):

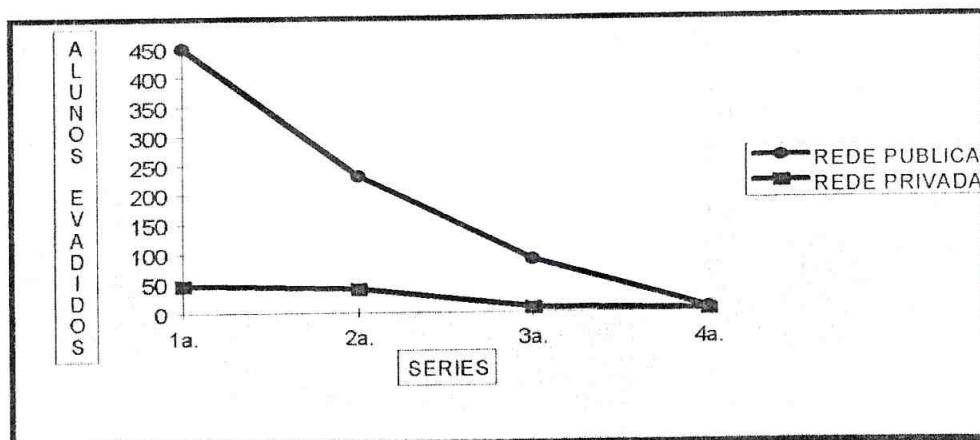


GRÁFICO 57



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Somatória dos dados de 1994 e 1995 resultam numa média de 274 alunos evadidos por ano, 241 deles somente na rede pública! É demanda que se acumula, da qual a comissão legislativa não tem parâmetro para apurar a ocorrência ou não de retomada dos estudos, para término do ciclo.

Particularidade digna de ser destacada neste relatório é que no ensino profissionalizante - *no qual a proporção de matrículas entre as redes praticamente se equivale* - a taxa de evasão das escolas particulares em 1995 (de 15,14%) superou a do sistema público (de 10,53%). Já se observou no gráfico das taxas de evasão do ensino médio que, em âmbito geral (ciclo regular mais profissionalizante), o problema é bem mais acentuado na rede pública.

O abandono de estudos que se registra no ensino profissionalizante está, certamente, ligado à condição financeira do alunado; óbvio reconhecer que o jovem a buscar o ensino profissionalizante no nível de segundo grau é aquele que necessita - a curto prazo ou mesmo de imediato - de colocação no mercado de trabalho, isso quando já não está trabalhando para prover os estudos, em situação que, por sinal, não deixa de ocorrer também com a demanda do ciclo regular.

Tanto assim que é possível observar a tendência de funcionamento noturno dos cursos de instituições privadas com atuação no ensino profissionalizante, como forma de direcionamento e atendimento a clientela que trabalha durante o dia. Mesmo a rede estadual deve ter levado em conta essa tendência, além da faixa etária do educando, para determinar maior número de classes de segundo grau no período noturno do que no diurno, resultando - em 1996 - na seguinte distribuição dos alunos matriculados no nível médio:

ALUNOS MATRICULADOS EM ABRIL DE 1996 NO SEGUNDO GRAU
DA REDE DO ESTADO - DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O PERÍODO.

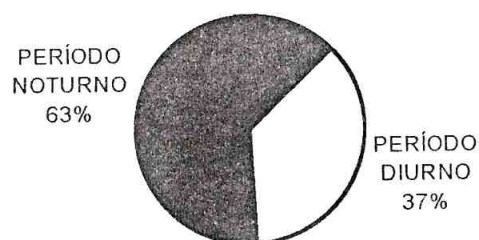
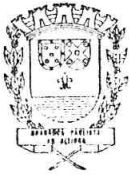


GRÁFICO 58



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Em termos de oferta de vagas no ensino médio bragantino, considerados os ciclos regular e profissionalizante, o sistema público (constituído pelas escolas estaduais) vem participando em 1996 com 5 unidades escolares (uma delas com ciclo regular incompleto) e 96 classes (tabela 15.2), das quais 59 funcionam à noite; a rede privada compõe-se de 9 escolas com atuação no nível em referência. Conforme já se enfatizou, o maior volume de matrículas é do Estado, no qual se observa, pelo movimento do quinquênio 1990-1995, perspectivas de maior crescimento (gráfico 59):

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%) DOS ALUNOS MATRICULADOS NO SEGUNDO GRAU, CONFORME A REDE, DE 1990 A 1995

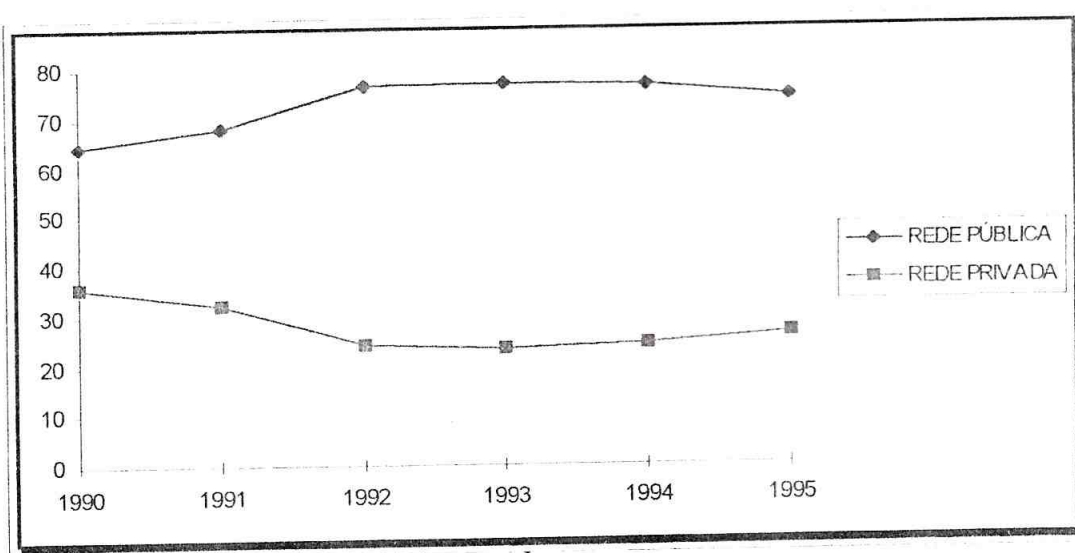


GRÁFICO 59

Com a reorganização implantada no corrente ano, a estrutura do sistema estadual para o ensino médio em Bragança Paulista ficou assim setorizada (tabela XIV):

- número de unidades escolares e de classes por setor (ciclo regular mais ensino profissionalizante):

| SETOR | NÚMERO DE ESCOLAS COM 2o. GRAU | NÚMERO DE CLASSES DE 2o. GRAU | |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|---------|
| | | DIURNO | NOTURNO |
| SANTA TEREZINHA/VILA BELTRANDO | 01 | 3 | 14 |
| CENTRO | 03 | 34 | 47 |
| PARQUE DOS ESTADOS | 01 | 00 | 01 |
| CRUZEIRO | 00 | 00 | 00 |
| RURAL | 00 | 00 | 00 |
| TOTAL | 05 | 37 | 62 |

TABELA XIV



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- é nítida a concentração do ensino médio em escolas públicas do centro da cidade, onde vêm funcionando 76% das classes nesse nível.

Especificamente para o ensino profissionalizante, a oferta da rede particular é mais satisfatória. Enquanto o Estado mantém cursos em 2 escolas, ambas do setor central da cidade, com o total de três modalidades (Magistério, Mecânica e Contabilidade), a rede particular conta com 3 instituições, nas quais, além das alternativas mantidas pelo Estado, existem opções para Técnica de Eletrônica, Segurança no Trabalho, Enfermagem, Laboratório e Prótese Dentária, Química e Processamento de Dados.

Pelo parâmetro matrícula total das duas redes, os cursos profissionalizantes com maior procura são: Magistério, Contabilidade, Processamento de Dados e Laboratório e Prótese Dentária, que alcançaram em 1995 os seguintes índices:

| CURSO | % EM FUNÇÃO DA MATRÍCULA TOTAL DE 2o. GRAU | % EM FUNÇÃO APENAS DA MATRÍCULA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE |
|--------------------------------|--|--|
| Magistério | 9,48% | 40,52% |
| Contabilidade | 3,70% | 15,84% |
| Processamento de Dados | 2,58% | 11,00% |
| Laboratório e Prótese Dentária | 1,94% | 8,32% |

TABELA XV

Dos cursos de maior procura mencionados na tabela XV, os dois últimos são oferecidos somente pela rede particular.

2.4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Instituída para atendimento específico aos educandos portadores de deficiência, somente nos últimos anos o poder público vem intensificando seus trabalhos em tal modalidade.

No ano passado três escolas estaduais dispuseram de classes para portadores de deficiência mental, enquanto a rede particular contava com duas escolas, uma delas de atuação exclusiva nessa modalidade de ensino; no sistema municipal existem 3 classes.

Pelo número de alunos atendidos em 1995, projeta-se no gráfico 60 a participação relativa de cada rede:

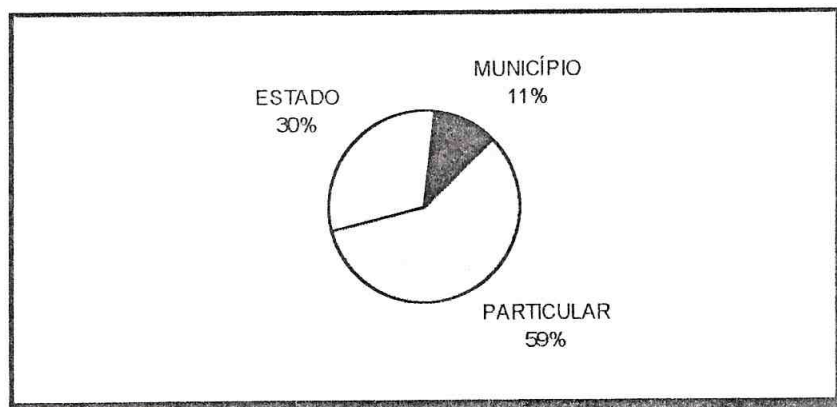


GRÁFICO 60



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Predominam as classes destinadas a alunos portadores de deficiência mental. A situação em 1995, de acordo com o total da clientela da educação especial independentemente da rede era a seguinte:

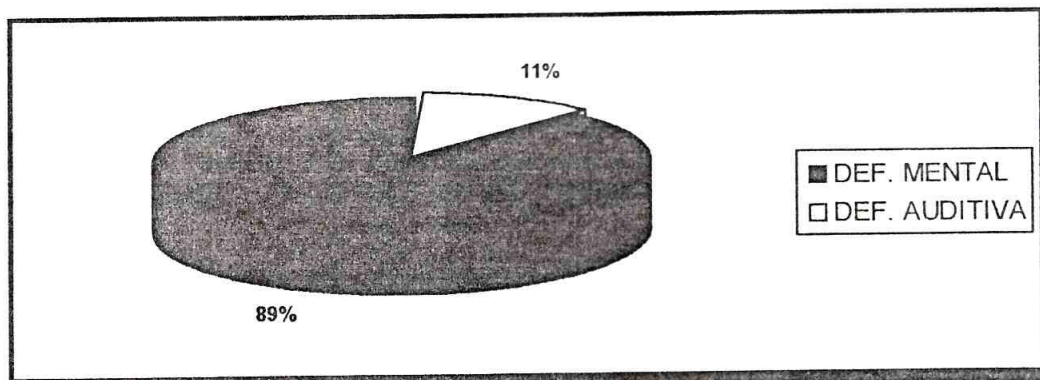


GRÁFICO 61

As classes mantidas pelo Município, duas em nível de pré-escola e uma de primeiro grau, são específicas para crianças portadoras de deficiência auditiva; a rede particular atendia praticamente apenas a portadores de deficiência mental (somente um aluno portador de deficiência auditiva); o Estado, por sua vez, mantém classes somente para educandos portadores de deficiência mental.

Na realidade o caminho a ser percorrido no município nessa modalidade de ensino é longo e requer atenção urgente, inclusive, em termos mais amplos, na própria definição de política específica para perfeita adaptação dos portadores de deficiência não apenas no meio educacional, mas em todas as demais áreas.

Até o momento, salvo fontes desconhecidas pela comissão legislativa, não se dispõe nem mesmo de estatísticas sobre a quantidade de pessoas portadoras de deficiência existente em Bragança Paulista, de sua demanda por faixa etária e tipo de deficiência, a fim de que se apure as necessidades reais e se estruture o sistema de educação de modo compatível com elas.

O que se conhece com absoluta segurança é que, tratada de maneira condizente, essa parcela da população estará apta a desenvolver com plenitude suas potencialidades.

2.5 - ENSINO SUPLETIVO

Modalidade destinada a propiciar o acesso ao ensino daqueles que não o tiveram em idade regular, o supletivo dá provimento aos ciclos de primeiro e de segundo graus, que correspondem, respectivamente, ao ensino fundamental e ao ensino médio.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

No ciclo de primeiro grau subdivide-se em:

- **suplência I** : Ciclo Básico Inicial (CBI) até 4a. série;
- **suplência II** : 5a. até 8a. série.

Sua característica básica, além da idade mínima para o ingresso da clientela, é a compactação das séries por semestres, de maneira a proporcionar o término do curso em tempo menor do que o do ciclo regular.

Levados em conta os tipos I e II, a matrícula total do ensino supletivo de primeiro grau em Bragança Paulista, com base nos números de 1995, foi de 1.743, com oferta dos sistemas público (Estado e Município) e privado, com maiores proporções para o Estado (gráfico 62):

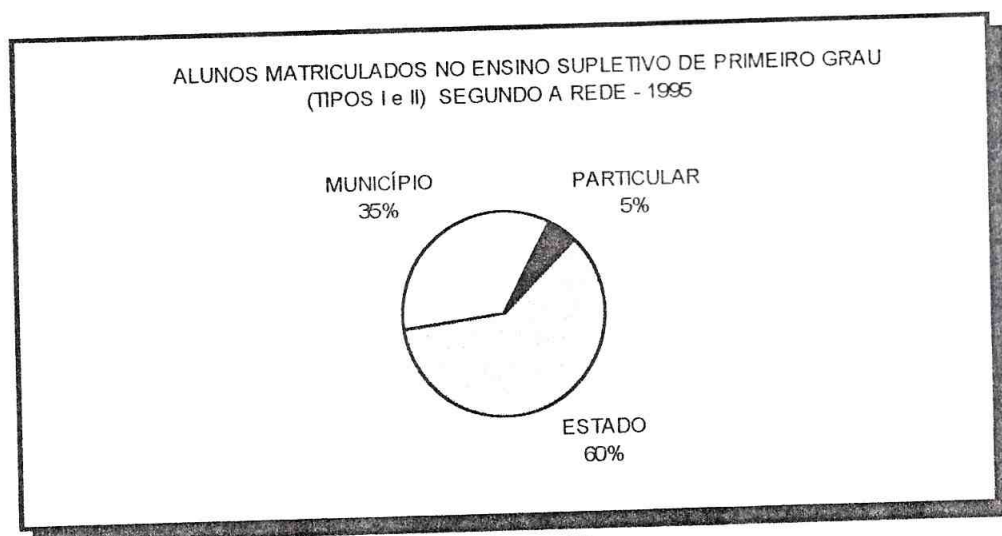


GRÁFICO 62

Trata-se o supletivo de primeiro grau, pois, da modalidade na qual o sistema público atinge o maior volume proporcional de captação de matrículas - 95% - fenômeno que pode estar associado direta e basicamente aos aspectos de:

- baixa condição sócio-econômica do alunado;
- oferta de vagas mais ampla da rede pública.

Justifica-se o primeiro aspecto pela tendência de que, entre membros de famílias com baixa renda, a prioridade seja o trabalho para sustento e não a escola na fase da idade própria. Quanto à oferta, no ano passado a rede pública manteve 6 unidades com atuação nessa área (5 do Estado e 1 do Município), enquanto a iniciativa privada manteve 1 unidade, e a única a oferecer os tipos I e II foi a estadual, pois o governo local atuou no provimento do tipo I e a instituição particular no provimento do tipo II.

Em quantidade de alunos matriculados nos tipos I e II, separadamente, há equilíbrio, com 42,97% para a primeiro (CBI até 4a. série) e 57,03% para o segundo (5a. até 8a. série).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

As taxas de evasão e retenção do supletivo de primeiro grau em 1995 foram:

- segundo a rede:

| TIPO | REDE ESTADUAL | | REDE MUNICIPAL | | REDE PRIVADA | |
|---------------|---------------|----------|----------------|------------|--------------|------------|
| | EVASÃO | RETENÇÃO | EVASÃO | RETENÇÃO | EVASÃO | RETENÇÃO |
| I | 44,52% | 9,49% | 47,55% | 13,24% | sem oferta | sem oferta |
| II | 9,84% | 24,81% | sem oferta | sem oferta | 21,52% | 6,33% |
| TOTAL NA REDE | 14,35% | 22,81% | 47,55% | 13,24% | 21,52% | 6,33% |

TABELA XVI

- segundo o tipo:

| TIPO | TAXAS | |
|------|--------|----------|
| | EVASÃO | RETENÇÃO |
| I | 47,00% | 12,55% |
| II | 10,76% | 23,34% |

TABELA XVII

Comparada com o nível anterior, no supletivo de segundo grau a participação relativa do sistema público em captação de matrículas decai. Para o total de 321 matrículas registradas no ano passado, na distribuição do alunado entre as redes, o predomínio foi do Estado:

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPLETIVO DE SEGUNDO GRAU, CONFORME A REDE, EM 1995

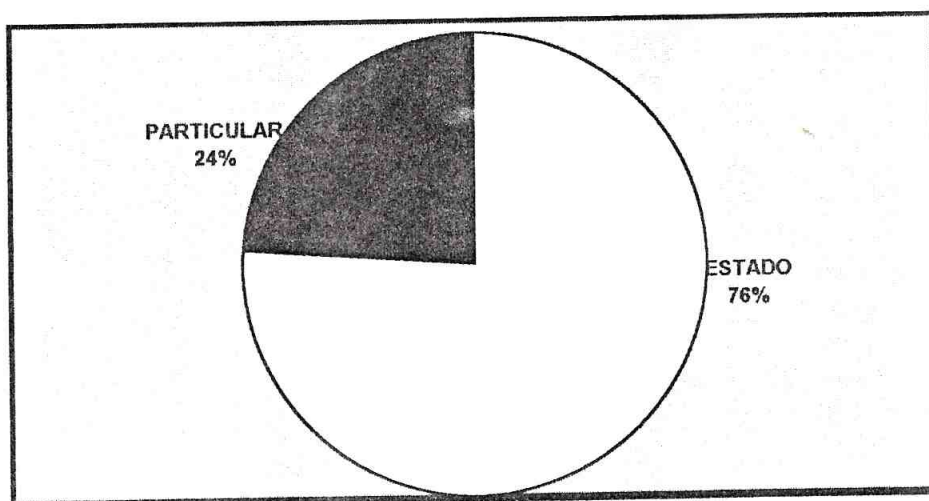


GRÁFICO 63

O fato pode ser associado a efeitos da evasão e da retenção que acontecem no sistema público e que inviabilizam o acesso a níveis superiores, como, ainda, à própria oferta. Para o supletivo de primeiro grau o Estado manteve 5 escolas em 1995 e foi o único sistema a oferecer os dois tipos; para o supletivo de segundo grau, na mesma época, a oferta de vagas esteve aberta em somente uma escola estadual.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Pelos dados obtidos, a comissão legislativa chegou aos seguintes resultados específicos para o ensino supletivo médio:

| ABANDONO | | RETENÇÃO | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA |
| 9,80% | 17,96% | 23,68% | 1,32% |

TABELA XVIII

Disso resultou, em 1995, um total absoluto de 233 alunos promovidos, correspondente a 72,58% da matrícula total.

Somente para o tipo I (CBI a 4a. série) do ensino supletivo a taxa de abandono do curso na rede pública é bastante próxima da metade do número de alunos matriculados, com maior incidência no sistema municipal; no tipo II (5a. a 8a. série), analisadas em conjunto as redes pública (Estado) e particular, a evasão chega a 10,76% no primeiro grau. Com o ensino médio da modalidade supletivo, a evasão mais intensa se dá na rede privada e a retenção, na pública.

2.6 - ENSINO SUPERIOR

A implantação do ensino de 3o. grau em Bragança Paulista aconteceu em 1967. Por iniciativa particular, passou a existir na cidade, então, o curso de Direito, que daria origem - nove anos depois - às Faculdades Franciscanas, marcando o início da gestão dos freis franciscanos e de seu grandioso e bem-sucedido trabalho para transformação das faculdades em Universidade São Francisco (USF), assim reconhecida oficialmente em 08 de outubro de 1985. O fato é digno de registro porque, além de sua importância histórica, representa um fenômeno com intenso e permanente repercussão na existência do município bragantino.

No mesmo ano (1967), pela Lei 855, era criada no município a Fundação Municipal de Ensino Superior (FESB), instituição que atua em licenciatura para o magistério.

Dois aspectos se sobressaem dos dados relativos ao movimento de alunado e ao serviço educacional desenvolvido nessas duas instituições: o perfil do estudante bragantino que as frequenta e a condição que conferem a Bragança Paulista de centro de ensino superior.

A Universidade São Francisco está composta de três campus universitários - e Bragança Paulista, São Paulo e Itatiba, mantendo 33 cursos; o maior campus é o local, com 13 cursos, para 11 dos dois outros.

Em número de vagas oferecidas no campus local predomina o curso de Direito - com total de 600 vagas, sendo 400 no período noturno e 200 no matutino - seguido pelos cursos de Odontologia e Farmácia - com o total, respectivamente, de 200 e 180 vagas, funcionando também em período diurno e noturno.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

A capacidade de vagas por curso no município bragantino é a representada no gráfico 64:

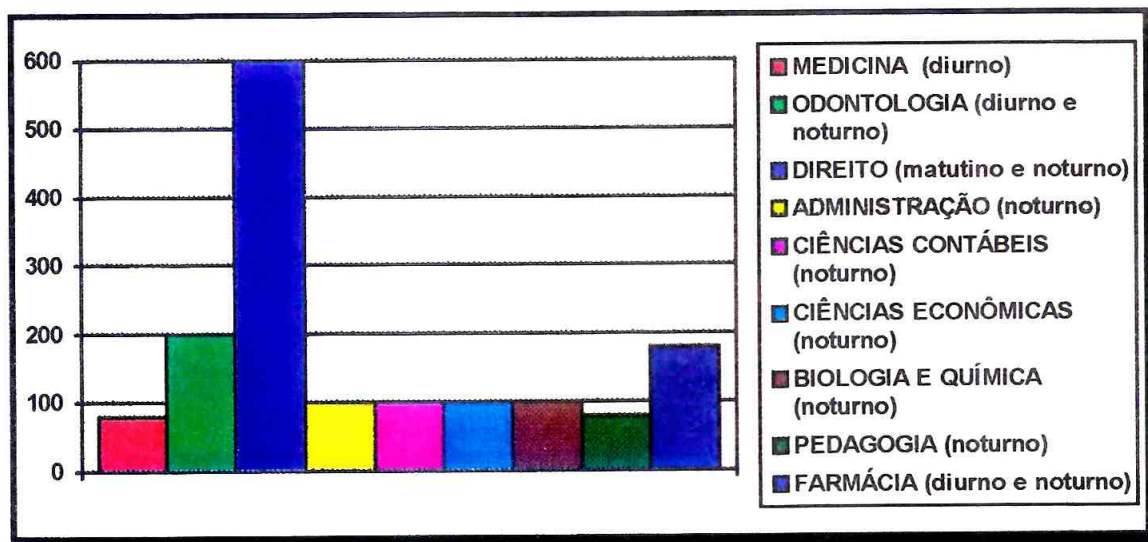


GRÁFICO 64

Já em Itatiba a quantidade maior de vagas é gerada pelos cursos de Administração, Engenharia Civil, Psicologia e Análise de Sistemas, enquanto em São Paulo isso acontece com os cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Administração/Comércio Exterior e Análise de Sistemas.

Nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 do apêndice de tabelas estão relacionados os cursos e os números de vagas da Universidade São Francisco, em cada campus. Esse indicador é fundamental para revelar a amplitude e a diversificação do ensino oferecido pela instituição, cujo nome e conceito são associados diretamente a Bragança Paulista e a projetam como centro de ensino superior à medida em que a procura pelos serviços é intensa por parte de estudantes de todo o Brasil.

Da mesma forma, outros dados justificam a posição de realce da USF: com metas fundamentadas no trinômio *ensino, pesquisa e extensão*, a USF efetiva trabalho acadêmico de aperfeiçoamento de professores e contratação de profissionais com mestrado e doutorado, além da realização de cursos de pós-graduação em todas as áreas e pesquisas.

Quanto ao número de alunos dessa instituição, também o campus de Bragança Paulista se apresenta como o de maior densidade: proporções estimadas por sua reitoria apontam para o índice de concentração próximo de 50% neste município. Do total de 10.958 alunos em 1994, 5.038 estavam matriculados no campus local, com maior densidade de alunos nos cursos de Direito, Odontologia, Medicina e Farmácia (gráfico 65).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alb.', 'A', and 'X'.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

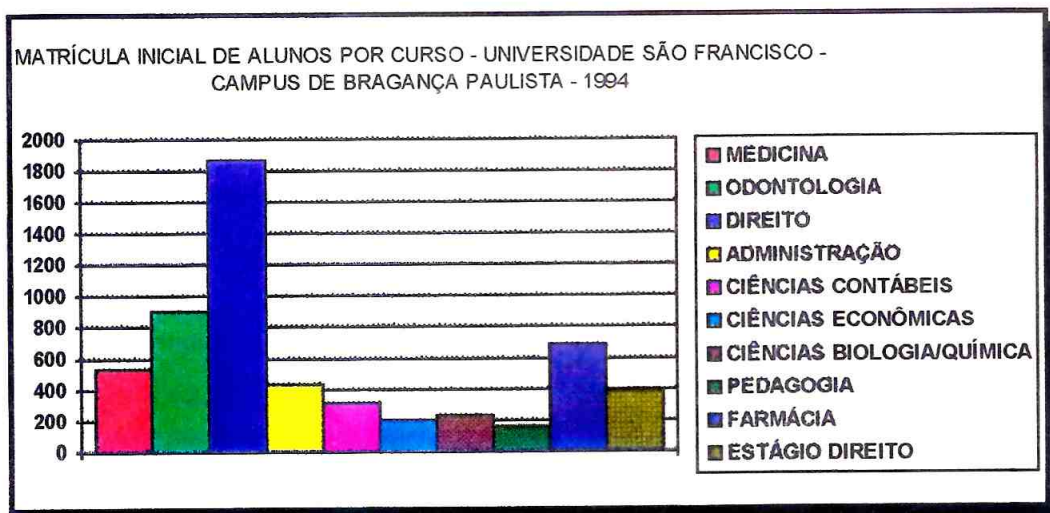


GRÁFICO 65

A predominância de alunos bragantinos acontece nos cursos de Economia, Ciências Contábeis, Biologia, Pedagogia e Química; em Administração há equilíbrio entre alunado local e de outras origens, enquanto os cursos de Medicina, Odontologia e Direito têm maior número de alunos de outras procedências.

Cruzando-se o indicador de procura do alunado bragantino no nível superior com os dados já referidos do ensino médio, constata-se analogia digna de menção: a oferta do ensino profissionalizante de segundo grau nas áreas de contabilidade e de magistério (com participação das redes pública e privada) conduzem para a busca do aperfeiçoamento em nível superior sobretudo nas áreas de contábeis, economia e pedagogia.

Acerca dos cursos com alunado preponderantemente local, o coeficiente mais denso de matrícula final foi o de Pedagogia (81,39%); o de menor coeficiente foi o de Ciências Econômicas (55,79%).

Processada a relação entre matrícula inicial e matrícula final do ano de referência (1993), no comparativo entre cursos com predominância de alunos de outras origens e cursos com predominância de alunos locais, verifica-se que os primeiros têm resultados mais positivos. Consideradas as áreas de Medicina, Odontologia e Direito, a matrícula total foi de 84,88% em relação à inicial; para os cursos de Economia, Ciências Contábeis, Biologia, Química e Pedagogia, a proporção foi de 75,79%, o que pode indicar maior evasão por parte do alunado bragantino.

Tratando-se agora da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB), cabe recordar, a princípio, que em meados dos anos 80 essa instituição atravessava período de sérias dificuldades, hoje felizmente superado; a partir de 1987 teve início um processo de mudança e, desde então, se fazem sentir resultados favoráveis à instituição, com destaque, em épocas mais recentes, para a conquista do almejado curso de Educação Física e da pós-graduação (implantados no corrente ano), assim como dos investimentos comprováveis pelos editais licitatórios publicados na imprensa local.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Atuando na formação para o magistério, a FESB vem mantendo os cursos de História, Letras, Ciências, Educação Artística e Educação Física, já estando definido para funcionamento a partir de 1997 o curso de Geografia, com número de vagas estipulado por órgãos superiores (estaduais e federais), variando entre 60 e 80 conforme o curso. No corrente ano foi implantada pós-graduação nas áreas de Letras, Biologia e História.

Testemunho emitido por profissionais ligados à instituição asseguram que a demanda vem crescendo anualmente, com registro, há dois anos, da média de 2 vestibulandos para cada vaga. Fenômeno registrado a partir de 1993 foi a predominância de alunos de outras origens, que culminou com as seguintes proporções no exercício letivo seguinte (1994):

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BRAGANÇA PAULISTA (FESB) - ALUNOS EM JUNHO DE 1994
SEGUNDO A ORIGEM

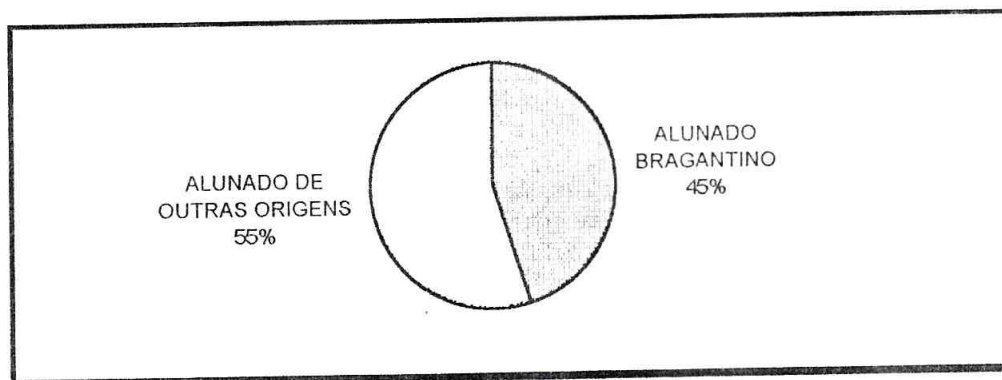


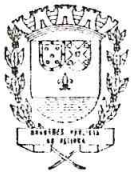
GRÁFICO 66

Municípios da própria região bragantina, do sul do Estado de Minas Gerais, assim como da região de Jundiá integram a lista de procedência do alunado de outras origens. Dos motivos para a grande procura, nos últimos anos, por parte desses estudantes, pessoas ligadas à instituição destacaram a qualidade dos cursos, já que, em alguns casos, apesar da existência de oferta semelhante na localidade de origem, há preferência pelo serviço local.

Ainda de acordo com o parecer de cidadãos que atuam na FESB, a evasão vem diminuindo ano a ano; em agosto de 1994 a taxa foi de 8,15% : de 675 alunos matriculados, 620 continuavam os estudos. O fator econômico não foi, entretanto, o apontado como principal razão de abandono dos estudos ou do trancar-se a matrícula; estima-se que, no caso da FESB, a evasão decorra, em maior índice, por motivos de ordem profissional, tais como a oportunidade de trabalho noturno e, daí, a impossibilidade de prosseguimento dos estudos.

Prevalece o alunado de classe econômica média-baixa, mas não deixa de ocorrer a procura por estudantes de classes média-alta e alta para complementação de estudos para aperfeiçoamento profissional.

Considerado o total de alunos da FESB, as proporções em 1994 foram de 79% de trabalhadores para 21% de alunos que não trabalhavam. Entretanto, quando se verifica a condição apenas do alunado bragantino, ocorre o inverso:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

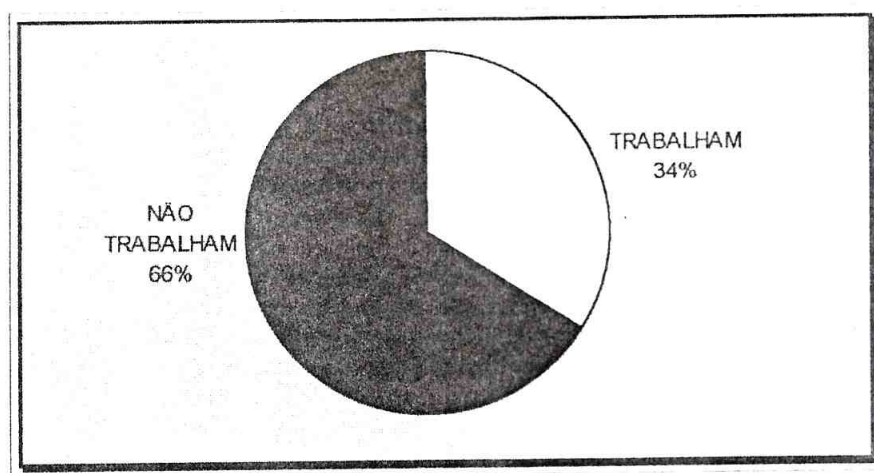


GRÁFICO 67

As bases fornecidas pelas instituições locais definem grande parte da face do alunado bragantino que cursa o nível superior. Embora não repercutam a situação do estudante local que cursa o terceiro grau em outras cidades, tudo indica que a proporção deles nos dias de hoje seja pequena porque, além dos custos, a existência e a variedade da oferta na própria cidade estimula não somente a permanência dos aspirantes a cursos universitários que os buscariam em outras localidades, mas a participação daqueles que não o freqüentariam se aqui não existissem.

Universidade São Francisco e Fundação Municipal de Ensino Superior dispõem de potencial para diversificarem ainda mais a oferta, até mesmo a curto prazo, através da implantação em período diurno de cursos que ocorrem à noite e com excelente padrão de qualidade. As duas instituições têm, ainda, uma série de projetos, cuja lista prevê a manutenção de novos cursos.



CAPÍTULO 3- SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Em seu artigo 196, a Constituição Federal estabelece que a *saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Respeitada essa concepção básica, a assistência à saúde é livre para a iniciativa privada. Considerando, porém, o caráter de obrigação de oferta pelo governo e, sobretudo, a condição de grande parte da comunidade (que não permite o acesso aos serviços particulares), tratar-se-á neste capítulo de alguns aspectos relacionados com a saúde pública em Bragança Paulista.

Descentralização, atendimento integral (com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais) e participação da comunidade são as diretrizes constitucionais destacadas para a rede de ações e serviços públicos de saúde, os quais integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

O esquema de organização da saúde pública, fundamentado no Sistema Único de Saúde (SUS), pode ser resumido assim:

| NÍVEL DE ATENDIMENTO | ATRIBUIÇÕES | UNIDADE DE ATENDIMENTO |
|----------------------|---|--|
| Primário | - consultas - pronto-socorro - encaminhamento para especialidades | Unidade Básica de Saúde |
| Secundário | - especialidades | - Centro de Saúde - Ambulatório de Especialidades |
| Terciário | - internações - cirurgias | Hospitais |

TABELA XIX

Nos anos 90 tem ocorrido a expansão dos planos de saúde que, a longo prazo, poderá trazer mudanças mais profundas na demanda pela rede governamental; até o momento, no entanto, essa tendência não se configura como traço dominante na área de saúde local, pois sua adoção tem ocorrido sobretudo por parte de algumas empresas - para atendimento a funcionários - ou por particulares que dispõem de condições financeiras. Para uma população com renda predominantemente baixa tal oferta ainda se apresenta inalcançável, prevalecendo, assim, maior demanda do serviço público.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Pela amostra mensal do movimento registrado nos hospitais da cidade para cirurgias e internações (gráficos 68 e 69, item 16.1 do apêndice de tabelas), há dois anos atrás a quase totalidade do serviço era feita via Sistema Único de Saúde:

CIRURGIAS - PROPORÇÃO SEGUNDO O SISTEMA DE ATENDIMENTO

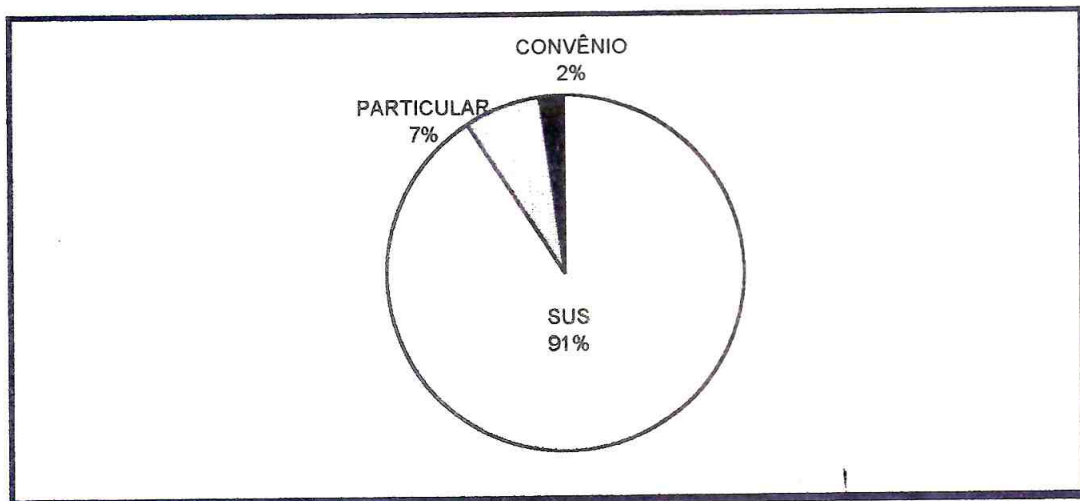


GRÁFICO 68

INTERNAÇÕES - PROPORÇÃO SEGUNDO O SISTEMA DE ATENDIMENTO

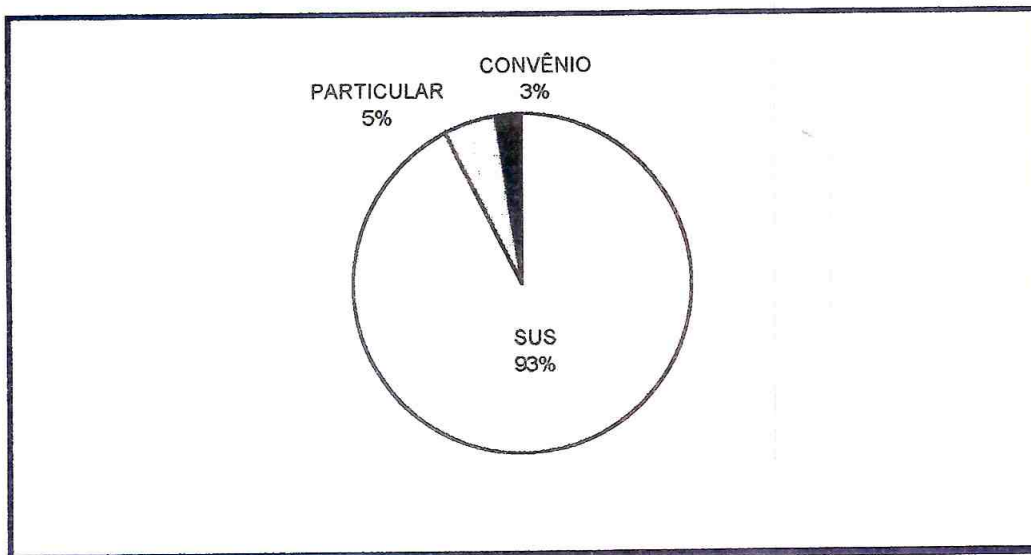


GRÁFICO 69

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, 'Alto.', and other initials.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Das audiências mantidas com representantes dos órgãos e entidades e outros cidadãos envolvidos nessa área, deduz-se que, sob o ponto de vista institucional, os principais fatores que interferem direta ou indiretamente no acúmulo de demanda e no encarecimento do serviço de saúde em Bragança Paulista decorrem sobretudo de:

- *deficiência de controle do sistema;*
- *atendimento a pessoas de outras origens;*
- *atrasos de repasse de verbas do governo para instituições conveniadas e valores defasados do convênio SUS;*
- *proporções ínfimas de destinação de recursos públicos nessa área.*

Fenômenos comprobatórios da primeira questão colocada - *deficiência de controle do sistema* - são aqueles que acontecem diariamente no sistema de saúde local de:

- procura direta do paciente por hospitais para consultas e pronto-socorro, que deveriam ser atendidas nas unidades básicas (atendimento primário);
- duplicação ou até triplicação de atendimento a um mesmo caso, provocada por má informação ou por hábito do paciente de procura de diversas instituições.

Somente o Hospital Universitário São Francisco (HUSF) registrou em 1994 o volume de 46.837 consultas ambulatoriais e a Faculdade de Odontologia da USF realizou 111.351 procedimentos de atenção à saúde bucal, enquanto as unidades básicas municipais, em 1995, tiveram um movimento de 135.649 consultas de atendimento médico e 34.673 de atendimento odontológico.

De fato, existe uma ocupação intensa da estrutura hospitalar com atendimento ambulatorial que poderia, a princípio, ser creditada ao fato de que os postos de serviço de saúde próprios do Município, conforme manifestação feita pelo diretor departamental ao Legislativo, não atenderem a pessoas de outras origens e estas, então, procurarem os hospitais bragantinos. Porém, pelo movimento do (HUSF) de 1994, 60% das consultas ambulatoriais foram para pacientes locais (gráfico 70).

Alguns representantes da classe médica ouvidos pela comissão atribuem a procura da comunidade por hospitais para procedimentos básicos à falta de esclarecimento ao público sobre a real competência de cada unidade, assim como ao não aparelhamento adequado e à falta de resolubilidade do sistema ao qual está afeto o nível primário.

O parecer dos vereadores responsáveis por este relatório é no sentido de que essa distorção tem como motivo básico a deficiência dos mecanismos de controle do próprio sistema, já que este não conta por exemplo (pelo menos não contou até 1995) com central de cadastramento de pacientes para troca de dados entre as diversas unidades. Exemplificando: se um mesmo paciente procura atendimento em inúmeras unidades, vai recebê-lo ainda que isso represente acúmulo indevido de demanda, pois uma unidade não tem acesso imediato à listagem de pacientes atendidos e de demais procedimentos das outras.

Quanto ao segundo aspecto em destaque - *atendimento a pessoas de outras origens* - aplica-se aos hospitais, já que as unidades do Município não prestam assistência a pessoas de outras origens. No demonstrativo que se extrai das consultas prestadas pelo Hospital Universitário São Francisco em 1994 - gráfico 70 - o índice de pacientes de outras cidades chegou a 40%.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CONSULTAS AMBULATORIAIS DO HUSF EM 1994 SEGUNDO A PROCEDÊNCIA DO PACIENTE

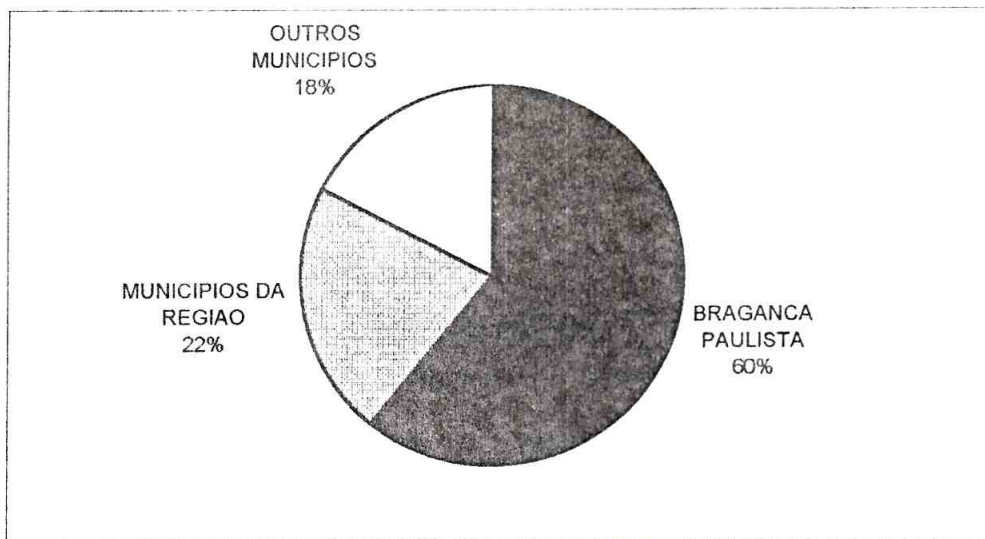


GRÁFICO 70

O problema não está, exatamente, no fato de o atendimento ser regional, mesmo porque, no caso das instituições conveniadas, a regionalidade é uma característica do sistema único e o paciente tem direito ao atendimento independentemente de sua origem. Ao que tudo indica questões relacionadas ao teto estipulado para os serviços pelo SUS e os valores estipulados para os procedimentos para esse convênio é que merecem análise profunda.

Com referência à fixação do teto, o que as comissões puderam apurar é que os cálculos são bastante complexos até mesmo para técnicos da área de saúde. Esse teto deve obedecer aos parâmetros estabelecidos pela Secretaria Estadual da Saúde e, verificando sua Resolução 01, de 02 de janeiro do corrente ano, que trata das normas para a Programação de Atendimento Ambulatorial, constatou-se que, no caso de procedimentos de menor complexidade (tais como vacinas, curativos, consultas médicas e odontológicas) é permitida a reordenação quantitativa, dentro das próprias divisões regionais, de acordo com necessidades locais e variáveis micro-regionais. No entanto, sabe-se também que as programações são sujeitas a cortes. Não foi obtida em tempo hábil a quantificação considerada como teto para os serviços do SUS em Bragança Paulista.

Terceiro item destacado como problemático na concepção das instituições bragantinas que atuam na área de saúde, os *atrasos no repasse de verbas do governo para as entidades conveniadas e os valores defasados dos convênios do Sistema Único de Saúde - SUS* - obviamente acabam se transformando em dificuldades para a prestação dos serviços.

Da tabela de procedimentos SIA-SUS, da Secretaria de Estado de Saúde, as comissões extraíram alguns que servem de parâmetro para que se tenha noção do valor unitário determinado no convênio SUS para cada um deles (tabela XX).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

| PROCEDIMENTO | VALOR UNITÁRIO (R\$) |
|---|----------------------|
| consulta médica | 2,04 |
| consulta de emergência | 2,52 |
| internação obstetrícia - parto normal | 114,23 (dois dias) |
| internação clínica - cirrose hepática | 147,97 (oito dias) |
| internação clínica - infarto agudo do miocárdio | 147,97 (oito dias) |
| internação cirúrgica - hérnia | 189,54 (dois dias) |
| exame clínico | 0,58 |

TABELA XX (No caso de internação, os valores da tabela acima incluem médico, hospital e exame).

Não surpreendem, pois, as declarações concedidas aos vereadores de que a parceria com o poder público para o provimento no nível terciário, em tais bases financeiras, acarretam prejuízos às mantenedoras dos hospitais, pois estas é que acabam cobrindo o déficit entre o valor repassado pelo convênio e o efetivamente gasto no atendimento.

Além da defasagem e dos atrasos, ressaltou-se a falta de investimentos do poder público para as instituições hospitalares, as quais, cuidando do provimento no nível terciário em bases financeiras deficitárias, arcam também com o apoio nos níveis primário e secundário, de competência do sistema municipal de saúde. Em sentido mais amplo, as proporções insignificantes dos recursos públicos direcionados para a saúde tornam impraticável até mesmo investimentos pesados no próprio sistema público, quanto mais no apoio à rede privada.

Estudos feitos pelo vereador Paulo Miguel Zenorini indicaram que o valor per cápita, direcionado pelo poder público municipal para a saúde em Bragança Paulista alcançou apenas sete dólares por ano; em 1994, os recursos estimados pelo governo municipal para aplicação em tal área corresponderam a 5,38% do total da despesa orçamentária e com 80% do valor comprometido com folha de pagamento de pessoal, ou seja, pouco restava para novos projetos.

No gráfico a seguir demonstra-se as proporções das despesas empenhadas pelo município para a saúde em função do valor total empenhado e a superioridade da despesa de custeio (manutenção daquilo que já existe) sobre a despesa de capital (novos projetos), nos últimos cinco anos.

Verifica-se, também, que não houve - no quinquênio em referência - a preocupação no sentido de elevar gradativamente o valor relativo destinado à saúde, já que a queda registrada em 1994 e 1995 no item despesas de custeio não foi compensado com aumento mais significativo nas despesas de capital (gráfico 71) :



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

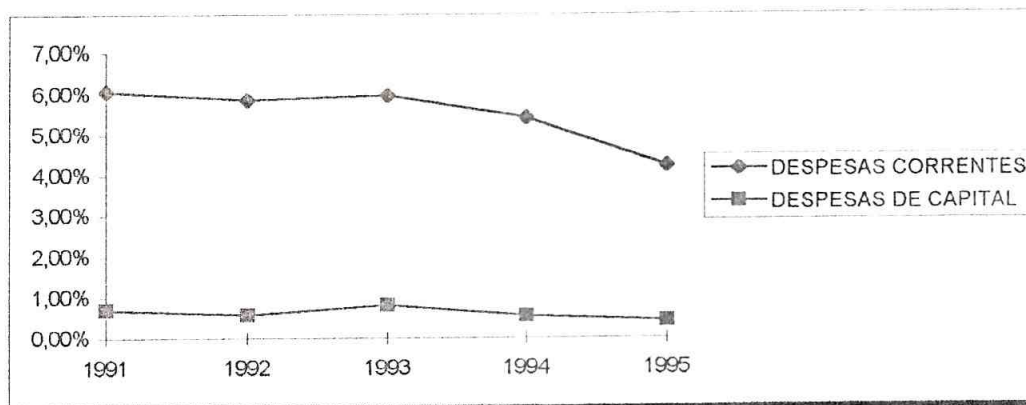


GRÁFICO 71

Quanto ao Estado, a proporção estimada em orçamento abaixou de 11,84% em 1995 para 10,23% no ano seguinte. Em se tratando da União as proporções são menores:

| ANO | PROPORÇÕES DE RECURSOS DA UNIÃO PARA SAÚDE | |
|------|---|---|
| | SOBRE O VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO, INCLUINDO A ROLAGEM DE DÍVIDA | SOBRE O VALOR DO ORÇAMENTO, EXCLUINDO A ROLAGEM DE DÍVIDA |
| 1995 | 6,17% (gasto) | 10,28% (gasto) |
| 1996 | 4,66% (previsto) | 7,36% (previsto) |
| 1997 | 4,54% (previsto) | 9,46% (previsto) |

TABELA XXI

Do ponto de vista da população, os impasses que mais provocam reclamos, conforme se repercutiu na Câmara Municipal durante a legislatura de 1993 a 1996 podem ser resumidos em *espera prolongada para marcação e obtenção de consultas e em dificuldades para consecução de medicamentos*.

Partindo de informação do Chefe do Poder Executivo em relatórios anuais de atividades remetidos à Câmara Municipal, o sistema municipal de saúde respondeu por um volume de 247.808 procedimentos, especificados pela tabela abaixo:

| ESPÉCIE | TOTAL ANUAL 1995 | MÉDIA-MÊS | MÉDIA-DIA |
|--------------------------|------------------|---------------|------------|
| ATENDIMENTO MÉDICO | 135.649 | 11.279 | 376 |
| ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO | 34.673 | 2.899 | 96 |
| ENFERMAGEM | 43.825 | 3.652 | 122 |
| VACINA | 33.661 | 2.805 | 94 |
| TOTAL | 247.808 | 20.651 | 688 |

TABELA XXII



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

O provimento das unidades municipais - com exceção do Ambulatório de Especialidades, da Unidade de Saúde Mental e do Centro de Saúde - em sua maioria consiste de um clínico, um pediatra e um ginecologista, além da enfermagem. Até meados de 1995 o Município dispunha de 10 unidades básicas de saúde (UBSs). Em 1996, com as unidades inauguradas atingiu-se o total de 21 UBSs, 14 providas de atendimento odontológico.

Nos indicadores de 1995 verifica-se que a média de atendimento por dia em cada unidade era, aproximadamente, de 9 atendimentos odontológicos, 12 de vacinas e 9 de enfermagem. No tocante a consultas médicas, a média diária chegava (consideradas as 10 unidades do sistema municipal) a cerca de 37 consultas-dia, mas, neste item, existem profissionais, no mínimo, para três áreas - clínica geral, pediatria e ginecologia - e, portanto, cada uma delas teria em média 12 consultas por dia.

Essas médias não justificam filas de espera, pois, no caso das consultas médicas, com seis 6 horas de funcionamento viabilizam-se 12 atendimentos de 30 minutos cada um. O mais provável fator de espera prolongada para consultas médicas em UBSs é a sobrecarga de determinadas áreas - ou clínica geral ou pediatria ou ginecologia - em determinados bairros e é isso que deve ser atentamente estudado pelo Poder Executivo, a fim de detectar necessidades peculiares de cada setor e atendê-las de maneira compatível, tanto com o aumento de pessoal quanto pelo funcionamento da unidade de saúde em horários mais amplos.

Conseguir os medicamentos receitados para tratamento e cura das doenças é outro problema insistentemente abordado pela população no que diz respeito à saúde, notadamente em consequência do alto custo e da deficiência de estoque do serviço público para doações.

No que se relaciona aos preços de medicamentos, no biênio 1993-1994 pesquisas realizadas no país demonstravam que os aumentos eram superiores à inflação, gerando, na época, estudos do governo federal para implantação de mecanismos de controle². Se tal era a situação no período que antecedeu a implantação do Plano Real, a lógica faz crer que, quando da conversão de valores para a nova moeda, os preços dos medicamentos tenham se mantido elevados para uma população cuja maioria de chefes de domicílios permanentes não recebe mais do que 3 salários mínimos (indicador citado no capítulo Economia).

Publicações elaboradas pelo Chefe do Poder Executivo municipal, gestão 1993-1996, assim como relatórios anuais de atividades remetidos ao Poder Legislativo, tecem referências a quantidades de medicamentos doadas pelo serviço público de Promoção Social. Entretanto, a forma de apresentação do indicador não possibilita análise exata de evolução da demanda e das condições do serviço, pois o ideal seria que a administração processasse tais dados em função do número de pessoas donatárias, faixa etária e tipo de doenças, assim como a especificação do medicamento fornecido.

Na legislatura que se encerra no corrente ano, em inúmeras ocasiões foi registrado pelos vereadores em debates no Plenário ou em proposituras documentadas por escrito - repercutindo a opinião popular - a questão da inexistência de medicamentos para distribuição gratuita pelo serviço público. Entre os produtos anotados pela comissão como em falta constaram alguns básicos, tais como aspirina, benzetacil e insulina.

² Requerimentos encaminhados pelo vereador João Soares Souza Lima, documentados no acervo da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Prevalecendo, ainda, o testemunho dos vereadores integrantes da comissão de estudos sócio-econômicos no que diz respeito a situações vividas durante a legislatura que se encerra, vale registrar que, além de momentos de escassez na oferta gratuita e mesmo da inexistência de alguns produtos no sistema municipal, também há casos de pacientes de alto risco que imprescindem de medicamentos importados, tais como o Interferom (*utilizado para tratamento de hepatite C*), não comercializáveis, com quantidade de entrada no país e de liberação sujeitas a controle dos governos federal e/ou estadual. São casos angustiantes, nos quais, se a dosagem receitada pelo médico for superior à permitida, deve ser aberto processo para solicitação e justificativa sobre a quantia aplicável - processo que pode se estender por meses, sem qualquer garantia de que haverá disponibilidade para o tratamento todo.

Também é comum a busca de apoio - nem sempre obtido - do poder público a trabalhos de organizações não governamentais mediante concessão de produtos específicos, como, por exemplo, aqueles empregados em tratamento de pacientes portadores do vírus HIV. e de preservativos para prevenção da Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida e outras doenças sexualmente transmissíveis. São testemunhos que os legisladores integrantes da comissão legislativa de estudos sócio-econômicos não podem e não devem deixar de anotar neste relatório final como indicadores de que, em termos de saúde pública, falta aquilo que é básico, inclusive uma adesão concreta dos órgãos públicos aos serviços de voluntário e aos programas de caráter preventivo.

Bragança Paulista, considerando as unidades próprias do Município e as instituições hospitalares conveniados com o SUS, conta com estrutura completa para procedimentos básicos e até mesmo para a maioria dos procedimentos de especialidades. Como necessidades foi apontada para as comissões legislativas, em caráter prioritário, a implantação de serviço de radioterapia, já que a cidade comporta e que, há dois anos atrás, cerca de 10 pacientes eram transportados por dia a Campinas ou a outros municípios para obtenção desse tipo de tratamento.

Na área de saúde mental, até 1994 o serviço do Município enfrentava dificuldades em função de demanda superior à capacidade de atendimento e à falta de locais para provimento quanto a internações. Certamente, a participação do complexo de saúde da Universidade São Francisco ao instalar o Hospital O Dia - com alternativa moderna de tratamento nessa área - veio minimizar o problema.

Sobre as informações numéricas apresentadas até aqui, a comissão legislativa crê que existem distorções. Estudos específicos a respeito, por exemplo, da demanda do serviço de radiodiagnóstico - Unimagem - que funciona no complexo físico da Universidade São Francisco podem indicar uma demanda de pacientes de outras origens significativamente maior do que a estimada neste relatório quanto ao atendimento do Hospital Universitário.

Conclui-se que as unidades do sistema municipal devem ser estruturadas e equipadas de modo a absorver toda a demanda em termos de consultas ambulatoriais (simples) e, no mínimo, as especialidades com maior demanda, buscando através da qualidade do serviço e da resolubilidade dos casos, a credibilidade da população para que esta procure o posto do bairro quando necessita dos procedimentos básicos. Isto liberaria a estrutura hospitalar para atuar prioritariamente no nível terciário, com preferência para o sistema de parceria no que diz respeito ao atendimento da demanda da rede pública em tal nível. Além disso, incumbe ao poder público, através do Conselho Municipal de Saúde, estabelecer sistema adequado de processamento de dados para conhecimento próximo da realidade do município em termos de saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Acrescentam-se às necessidades, ainda, um levantamento para estimativa dos efeitos da provável municipalização da saúde e a solução de pendências tais como a celebração de convênio entre o Município e a Universidade São Francisco para ação integrada no atendimento primário.

Justificando a importância dos dois temas propostos acima, ressalte-se que, caso ocorra o processo de municipalização, há aspectos merecedores de cuidado especial, entre eles a situação em que ficariam as instituições hospitalares, notadamente o complexo de saúde mantido pela USF e o serviço de radiodiagnóstico Unimagem, cujo oferta abrange em larga escala, conforme foi mencionado, dezenas de cidades.

Acerca da parceria do poder público local com a universidade, representa a medida viável para que os postos de atendimento primário atuem com a resolubilidade daquilo que a eles compete, reduzindo a sobrecarga sobre as instituições que respondem pelo nível terciário.

Fatos acontecidos nos últimos quatro anos no município e que devem ser focalizados para reflexões das autoridades e da sociedade:

- pesquisa já mencionada no presente relatório, de iniciativa do Comitê de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, detectou no Jardim Santa Lúcia, no ano passado, inúmeros casos de hanseníase, tuberculose, anemia e verminose, esta última em índices consideráveis;
- a extinção do Escritório Regional de Saúde de Bragança Paulista (ERSA-25) acarretou, entre outras, a desativação do serviço local de vigilância sanitária, que já deveria ter sido municipalizado.

O fato detectado no Jardim Santa Lúcia confirma pareceres emitidos às comissões legislativas por cidadãos ligados aos serviços de saúde no sentido de que doenças que se consideravam erradicadas estão ocorrendo novamente, em consequência da falta de melhoramentos básicos para a boa qualidade de vida da população, tais como infra-estrutura de saneamento básico e fiscalização eficiente para coibir criação de animais sem os devidos cuidados em locais vizinhos de residências.

Com efeito, até 1995 o Jardim Santa Lúcia - e, como ele, o Recanto Maranata, o Jardim Paturi, entre outros - não dispunham de rede coletora de esgotos - insistentemente reclamada por seus moradores em audiências públicas relativas às diretrizes orçamentárias do município. Na região do Toró, cujo ribeirão é o principal formador do Lago Tanque do Moinho, problemas como inexistência de rede de esgoto para residências, assim como de despejos - no ribeirão - de resíduos de horticulturas, suinoculturas e indústrias, demonstram que o saneamento da cidade, embora em linhas gerais a maioria dos domicílios bragantinos esteja ligada a redes gerais de esgoto e água canalizada, ainda existem situações locais passíveis de medidas urgentes.

Outros indicadores associados à área de saúde que podem ser colocados aqui para análise e direcionamento de programas específicos de prevenção dizem respeito à incidência de casos de cirurgias por tipo e às principais causas de óbitos da população por faixa etária.

Em relação ao primeiro dos itens citados, relatórios gerenciais da Universidade São Francisco referentes ao ano de 1994 apontaram as gastrointestinais como sendo o tipo de cirurgia de maior incidência naquela instituição hospitalar no período de referência (22,93% do total), seguidas das pediátricas (15,59%), das ortopédicas (15,19%), vasculares (9,90%) e urológicas (9,83%). Predominaram as cirurgias de pequeno e médio portes, 58,83% realizadas em pacientes do sexo masculino, 29,23% em pacientes do sexo feminino e 16,94% em crianças.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Quanto à mortalidade geral e suas causas principais, os números apurados pela Fundação SEADE (1990 a 1994) indicam uma taxa média anual entre 7 e 8 óbitos por mil habitantes, com variação das causas principais por faixas etárias:

| FAIXA ETÁRIA | AS DUAS CAUSAS DE MAIOR INCIDÊNCIA | MÉDIA-ANO DE OCORRÊNCIAS |
|-------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| 20 a 29 anos | acidentes | 13 |
| | homicídios | 02 |
| 30 a 39 anos | acidentes | 10 |
| | tumores malignos | 05 |
| 40 a 49 anos | doenças do coração | 11 |
| | tumores malignos | 11 |
| 50 a 59 anos | doenças do coração | 18 |
| | tumores malignos | 17 |
| 60 a 69 anos | tumores malignos | 32 |
| | doenças do coração | 31 |
| 70 a 79 anos | doenças do coração | 40 |
| | tumores malignos | 30 |
| acima de 80 anos | doenças do coração | 31 |
| | doenças cerebrovasculares | 19 |

TABELA XXIII

Mortalidade infantil e principais causas do óbitos na faixa etária de 1 a 19 anos são tratadas no Capítulo 5 - conclusões de estudos sobre a criança e o adolescente.

Encerrando o capítulo, enfatiza-se para reflexões das autoridades competentes que - segundo informações obtidas pelas comissões em audiência com integrantes da classe médica bragantina - este município constava, em 1994, como o 22o. do Estado com maior incidência da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS. Entre os obstáculos para estatísticas sobre números absolutos de casos constatados destacaram-se a inexistência de registro na cidade pela busca de tratamento do paciente em outras localidades e o fato de nem sempre o registro do óbito indicar diretamente a AIDS como causa da morte, constando as complicações que dela decorrem.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CAPÍTULO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

Atuam na área de segurança pública em Bragança Paulista órgãos estaduais da Polícia Civil e da Polícia Militar com jurisdição sobre cerca de 14 municípios que têm neste a sede de micro-região de governo. Por sua vez, as instituições locais são jurisdicionadas por órgãos de Jundiá e Campinas, sedes de macro-região e região administrativa.

O primeiro grande passo a ser dado pelo município bragantino é a conquista da condição de sede de região administrativa, que surtiria efeitos em todas as áreas com atuação do governo do Estado no plano local, mediante a reestruturação dos órgãos já existentes e a implantação de outros que, até o momento, não funcionam na cidade e que propiciam acesso direto ao Executivo paulista no tratamento das questões de interesse público.

Menções foram feitas neste relatório, por exemplo, a respeito da sobrecarga da Delegacia de Ensino de Bragança Paulista, a qual, embora não classificada com *status* de regional para a educação, tem sob sua responsabilidade dezenas de outras cidades, mas depende da intermediação da sede administrativa de Campinas para o encaminhamento e a resolução dos principais assuntos que lhe são afetos. O mesmo ocorre com outras áreas fundamentais para o desenvolvimento sócio-econômico equilibrado do município: agricultura (Delegacia Regional vinculada a Campinas), saúde (foi desativada a representação governamental que existia neste município) e assim por diante.

Especificamente no tocante à segurança pública, a comissão legislativa, verificando estatísticas fornecidas pela Polícia Militar, constata que Bragança Paulista enquanto município e enquanto sede micro-regional vincula-se ao Comando de Policiamento de Área (CPA/I-11) de Jundiá que, por sua vez, integra a Região Administrativa de Campinas. Isso faz com que as necessidades mais próximas da comunidade local sejam consideradas num universo de quase um milhão de habitantes e de 25 municípios, com um policial para cada grupo de 749 cidadãos. Óbvio que a situação se reflete na partilha de recursos e equipamentos e nem sempre aquilo que é prioridade para o município bragantino e sua micro-região adquire a mesma característica (prioridade) num contexto de dimensões mais abrangentes.

De 1992 para 1994 o efetivo desse CPA como um todo aumentou em 221 policiais, que representa cerca de 9 policiais por município abrangido, média que serve como parâmetro de ordem regional, mas não necessariamente de abrangência local, já que pode ter ocorrido maior crescimento de efetivos em somente alguns dos municípios jurisdicionados. O total de viaturas (operacionais mais as distribuídas à área) em 1994 era de 110, com média de 4 por município.

A Polícia Civil local é comandada pela Delegacia Seccional de Polícia, dispendo, além dessa central localizada no Bairro Taboão, de quatro Distritos Policiais: centro da cidade, Vila Aparecida, Vila Bianchi e Parque dos Estados, além das delegacias de atuação específica, tais como a Delegacia de Defesa da Mulher, a Delegacia Investigações Gerais, a Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), entre outros.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Já o policiamento militar faz parte da jurisdição do Comando de Policiamento de Área de Jundiaí. Dentro desse CPA, Bragança Paulista responde por micro-região, sediando o 34o. Batalhão da Polícia Militar do Interior, ao qual está integrada a 1a. Companhia da Polícia Militar que é o órgão de âmbito específico do município. À essa corporação se ligam, ainda, os destacamentos locais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, que também realizam os serviços para este e outros municípios.

Da documentação do Poder Legislativo resultante do Simpósio *Efeitos da Duplicação da Rodovia Fernão Dias*, constam estatísticas sobre o atendimento prestado pela Polícia Militar. Extraídas de 1991 e 1992 a média anual de ocorrências atendidas pela PM segundo as principais modalidades, as questões de trânsito se sobressaíam com número próximo de 1.000 por ano (gráfico 72).

MÉDIA ANUAL (1991-1992) DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA POLÍCIA MILITAR, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS

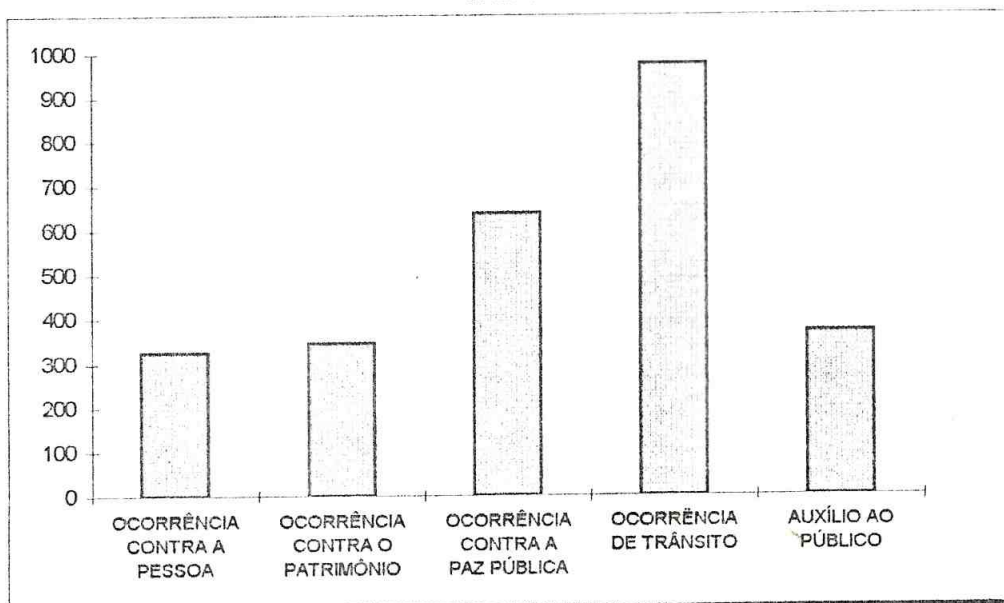


GRÁFICO 72

Amostragem mensal da atividade da mesma PM referente a janeiro do corrente ano³ indica que:

- do total de 463 ocorrências atendidas por ela nesse período, as questões de *trânsito* corresponderam a 21,84%, com 101 ocorrências;
- entre os tipos de maior incidência nessa amostragem, os acidentes sem vítimas representaram o motivo de 71 registros e os acidentes com vítimas corresponderam a 21 registros; considerados todos os acidentes, a média foi de 3 ocorrências por dia; os demais casos havidos em *ocorrências de trânsito* foram infrações, direção perigosa ou sem habilitação e atropelamentos, apurando-se as seguintes proporções:

³ Estatísticas fornecidas pela Assessoria de Comunicações da Câmara Municipal, tendo como fonte primária a Polícia Militar de Bragança Paulista, fl. 1433 a 1484 dos autos da comissão legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TIPIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO ATENDIDAS PELA POLÍCIA MILITAR - AMOSTRAGEM REFERENTE A JANEIRO DE 1996

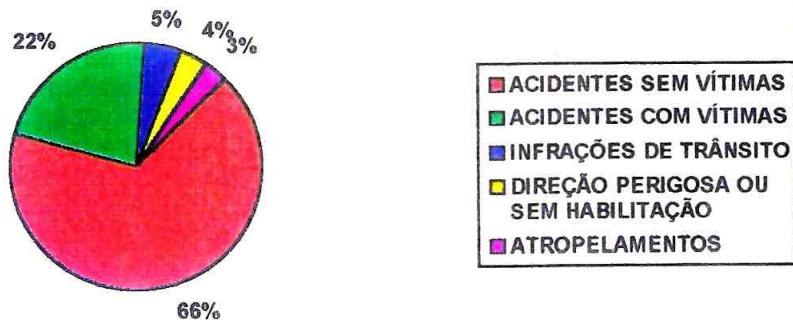


GRÁFICO 73

- o centro da cidade foi o setor com maior número de acidentes de trânsito:

| LOCAIS CONSIDERADOS | NÚMERO DE ACIDENTES |
|--|---------------------|
| Centro | 33 |
| Taboão/Lagos de Santa Helena/Jardim Europa/Jardim Califórnia | 12 |
| Vila Aparecida/Jardim Santa Rita/Vila Municipal/Jardim Anchieta/Jardim das Laranjeiras | 05 |
| Lavapés/Vila Motta/Cruzeiro/Jardim Novo Mundo | 09 |
| Matadouro/Vila Bianchi/Santa Terezinha | 12 |
| Penha/Tanque do Moinho/Jardim Morumbi | 05 |
| Conjunto Habitacional Padre Aldo Bolini/Conjunto Habitacional Saada Nader Abi Chedid/Jardim São Lourenço | 04 |
| Parque dos Estados/Cidade Planejada | 04 |
| Zona rural | 08 |
| TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO ATENDIDAS PELA PM EM JANEIRO DE 1996 | 92 |

TABELA XXIV

- as vias públicas com maior número de ocorrências foram: Avenida dos Imigrantes (16), Avenida Antônio Pires Pimentel (7), Avenida Plínio Salgado (6), Avenida José Gomes da Rocha Leal, Rua Santa Clara e Rua Dona Carolina (4 cada uma).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alto' and 'A'.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Na modalidade *ocorrências contra a pessoa*, entre os principais tipos delas a mais alta incidência recai sobre lesões corporais que, em 1995, atingiu um volume bastante superior àquilo que se registrava em anos anteriores; homicídios também se apresentam em linha ascendente.

O gráfico 74, demonstrativo por tipificação das principais *ocorrências contra a pessoa* atendidas pela PM no período de 1988 até 1995, revela em que proporções se registraram as lesões corporais dolosas no último ano comparadas com anos anteriores e demonstra que, entre homicídios e tentativas de homicídio, o primeiro chega em 1995 praticamente a se igualar ao segundo. Configura-se não apenas o crescimento da criminalidade, mas, sobretudo, de ocorrências mais violentas, num fenômeno que - ver-se-á adiante - também se fez sentir nas ocorrências contra o patrimônio.

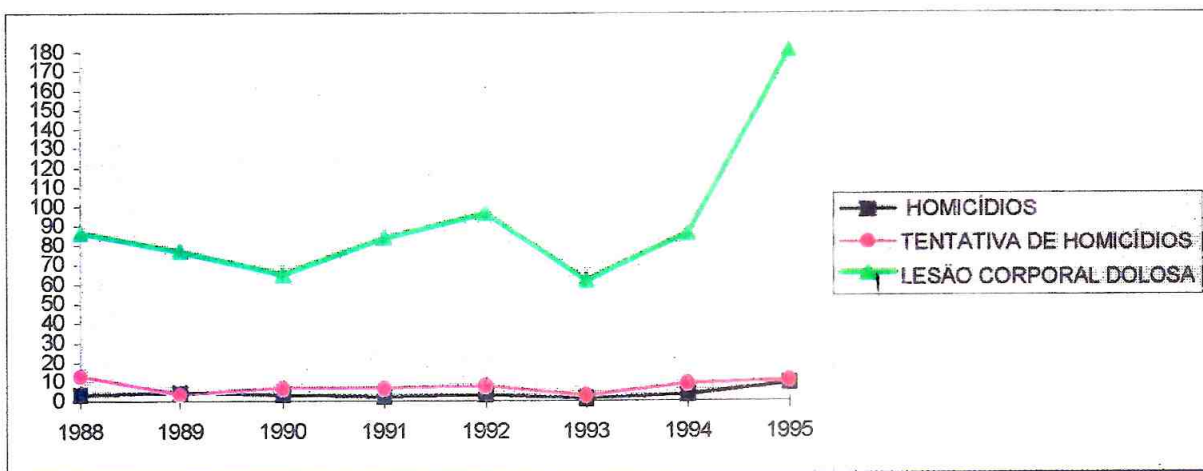


GRÁFICO 74

Das tipificações enquadradas no grupo *ocorrências contra o patrimônio*, o maior volume de registros da PM refere-se a furtos. No entanto, o fato mais preocupante que se constata acerca de tal grupo de ocorrências é o crescimento do número de roubos - que se distinguem dos furtos exatamente em função do maior emprego de violência.

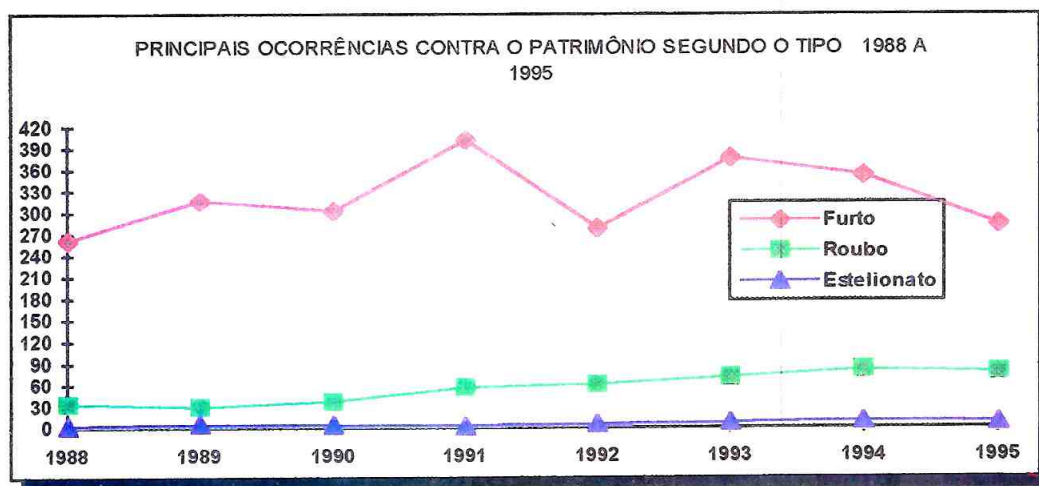


GRÁFICO 75

Handwritten signatures and scribbles in blue ink, including a large signature that appears to be 'Alto' and other illegible marks.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Quanto às demais modalidades de ocorrências referidas no gráfico inicial, as relativas à *paz pública* - que aparecem como as de segundo maior volume de registros da PM segundo os grandes grupos de ocorrências - envolvem os tipos: perturbação do sossego público, conduta inconveniente, embriaguês, desinteligência, vias de fato, rixa, trotes, entre outros. Em âmbito local, os casos de desinteligência, de perturbação do sossego público e de embriaguês, respectivamente com 45, 7 e 6 registros da Pm em janeiro de 1996 - predominam.

Situações de acidentes pessoais, assistência a parturientes, dementes, mal súbito, pessoas desaparecidas e localizadas são algumas das tipificações classificadas nas ocorrências da Polícia Militar de *auxílio ao público*. Cerca de 30 boletins foram processados pela PM no primeiro mês deste ano nessa modalidade de ocorrências.

Além das modalidades referidas, consta da estatísticas de atividades da PM local o atendimento a:

- *ocorrências com entorpecentes*: incide em maior quantidade o tipo *porte de entorpecentes*, com média-ano calculada no período 1988-1995, de 11 casos e ascensão considerável nos últimos quatro anos:

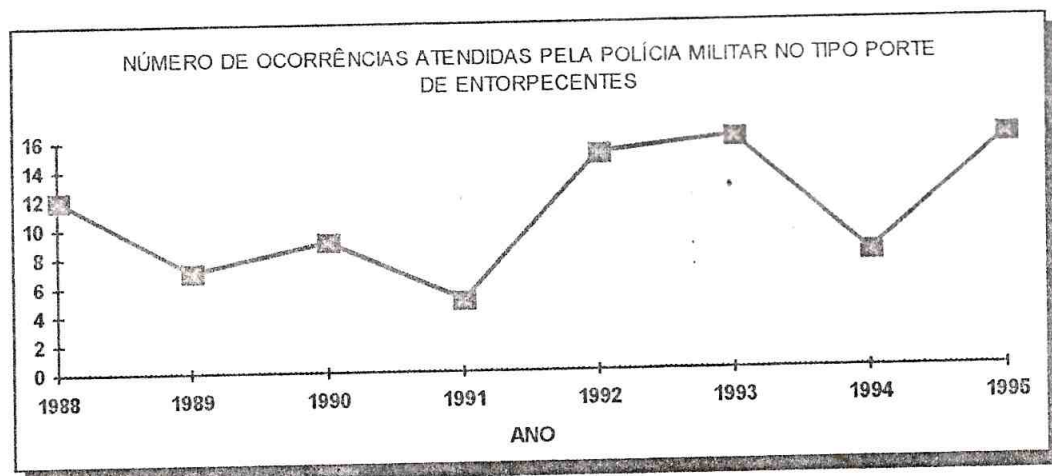


GRÁFICO 76

- *ocorrências contra o costume*: referem-se à prática de estupro, ato obsceno, atentado ao pudor e outras congêneres, com maior volume de ocorrências na segunda tipificação (ato obsceno), cuja média anual entre 1988 e 1995 foi de 4 casos, valendo colocar, no entanto, que em janeiro deste ano 5 ocorrências já haviam sido registradas pela PM local nesse tipo de atendimento;
- *ocorrência de ilícitos penais*: em que os casos mais comumente acontecidos em Bragança Paulista enquadram-se nos tipos *porte ilegal de arma* e *disparo de arma de fogo*.

Existem, ainda, as ocorrências contra o meio ambiente e as ocorrências de bombeiros que, no caso de Bragança Paulista, são atendidas por destacamentos específicos da Polícia Militar - Polícia Florestal e Corpo de Bombeiros, respectivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Participando dos Debates sobre a duplicação da Rodovia Fernão Dias (fl. 394 a 407 dos autos PG 206/93), o comando da Polícia Florestal de Bragança Paulista informava que a média de autos de infração ambiental dessa corporação até o primeiro semestre de 1993 mantinha-se em torno de 8 por mês, mas vinha registrando altas nos meses seguintes, chegando a até 16 em agosto do mesmo ano.

Segundo aquela autoridade, o maior obstáculo que se enfrentava em relação às atividades policiais de fiscalização e controle sobre o meio ambiente eram decorrentes de escassez de recursos humanos e materiais. Para atendimento à área com aproximadamente 2.000 metros quadrados, a PF dispunha de apenas 8 homens naquela época.

Quanto às atividades do Corpo de Bombeiros, o 34o. Batalhão da Polícia Militar/Interior processou em 1994 em circunscrição regional e não local 145 ocorrências, das quais 70% correspondiam a incêndios, verificando-se também um movimento considerável da Unidade de Resgate. Sabe-se, conforme tema abordado no Plenário da Câmara Municipal pelo vereador Paulo Mário Arruda de Vasconcellos, que as viaturas do destacamento local de combate a incêndios e salvamento encontram-se em estado precário e que recorrer-se-ia à ajuda do Corpo de Bombeiros do Estado para providências a esse respeito. Pelo convênio vigente, a aquisição e manutenção dos veículos é de competência do município.

Ainda com referência à Polícia Militar, cabe destaque para medida adotada por ela, no plano local, para integração da comunidade aos trabalhos policiais, com a implantação dos Conselhos de Segurança em bairros - CONSEBs, órgão que funciona, por exemplo, no setor do Parque dos Estados (Complexo Zona Norte).

Da Polícia Civil, embora a comissão legislativa não tenha obtido dados quantitativos, as autoridades ouvidas quando dos debates acerca de efeitos do empreendimento na Rodovia Fernão Dias emitiram parecer no sentido de que, especificamente no tocante à criminalidade, o maior problema de Bragança Paulista acontecia no grupo de ocorrências contra o patrimônio, com predominância da tipificação *furtos* - o que coincide com as estatísticas já expostas, fornecidas pela Polícia Militar.

Naquela ocasião, a titular da Delegacia de Defesa da Mulher informou que esse órgão vinha atendendo à média mensal de 100 boletins de ocorrência, a maior parte deles relacionadas a agressão.

Os dados apresentados não encerram, é verdade, o trabalho global dos órgãos de segurança pública em Bragança Paulista, já que não constam as estatísticas dos órgãos de Polícia Civil para a totalização. Em recente declaração à imprensa bragantina⁴, o Dr. Djahy Tucci Júnior, Delegado Seccional de Polícia, informa que no ano de 1995 foram registrados no município 21 homicídios culposos (casos em que não há intenção de prática), 70% deles relacionados ao trânsito, e 13 homicídios dolosos (nos quais existe a intenção de prática do ato).

⁴ Jornais: Bragança-Jornal Diário e Gazeta Bragantina, edição de 16 de outubro de 1996, primeira página.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Dos dados numéricos e pareceres obtidos, assim como da conclusão dos ciclos de debates em referência e dos procedimentos da comissão legislativa de estudos sócio-econômicos, prevalece o consenso de que, em se tratando de segurança pública, controle e prevenção são fundamentais. Não se aceita, portanto - para um município na iminência de ter sua população triplicada em curto prazo e de se ligar com trajetos rápidos por vias rodoviárias à própria capital do Estado - o raciocínio de que os índices de ocorrências, por não alcançarem proporções alarmantes, não justifiquem, por isso, medidas imprescindíveis, com absoluta prioridade para a desvinculação das instituições locais de segurança pública de órgãos regionais, intermediários, para acesso direto na organização administrativa do Estado.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CAPÍTULO 5 - DAS CONCLUSÕES DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM BRAGANÇA PAULISTA

No decorrer dos trabalhos da Comissão Legislativa Temporária de Estudos Sócio-Econômicos, testemunhos colhidos em audiências a respeito da área de saúde levantavam questões preocupantes no sentido de que, além de índice alto para os padrões mundiais, a mortalidade infantil no município bragantino tinha entre suas causas até mesmo a desnutrição.

Constituída por deliberação do Poder Legislativo, a comissão para estudos específicos sobre a criança e o adolescente de Bragança Paulista, inicialmente, promoveu reuniões com representantes de instituições locais que atuam no atendimento a essa parcela da comunidade (mencionadas na introdução do presente relatório) e organizou palestras alusivas ao tema, proferidas pelos Srs. Hélio Bicudo, professor e então deputado federal, e Ulysses Guirgel, então Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. As palestras aconteceram, respectivamente, em 18 e 20 de abril de 1994, com participação da assistência através de debates com palestrantes.

Quando do início da legislatura 1993-1996 haviam pendências em termos de legislação que dificultavam que fossem implantados e passassem a funcionar em Bragança Paulista o Conselho Municipal e o Conselho Tutelar para efetivo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante toda a legislatura esse assunto foi objeto de debates, de inúmeros projetos e audiências públicas para que se chegasse a resultados satisfatórios.

A partir disso foram destacados os temas em torno dos quais o grupo legislativo manteve suas atividades e que compõem a subdivisão deste capítulo:

- estudos, gestões e providências sobre a legislação municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- levantamento e análise de dados numéricos, em trabalho conjunto com a Comissão de Estudos Sócio-Econômicos;
- propostas.

5.1 - OS TRABALHOS DA COMISSÃO A RESPEITO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

<< O Brasil é, na verdade, um dos países mais violentos do mundo. E não é através de leis que nós vamos botar um ponto final a essa violência porque é muito mais uma questão social do que uma questão de ordem jurídica ou de ordem legal, haja vista que nós temos um Estatuto da Criança e do Adolescente que está aí, que ainda não saiu da prateleira. Na maioria dos Municípios brasileiros, até agora não se entendeu que esse estatuto busca exatamente o encaminhamento do problema da criança e do adolescente através do quê? Através daquilo que até hoje inexistia no Brasil, que é a participação do povo nesses problemas. Então, os Prefeitos, os Governadores de Estado, seguram a formação desses Conselhos, buscando implementá-los politicamente quando, na verdade, eles devem ser implantados sem qualquer avaliação político-partidária. Politicamente, sim, porque se trata de uma atividade da comunidade e todas as atividades da comunidade são atividades políticas. Mas não podemos enquadrar nessa atividade política a atividade político-partidária ..>>



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

As palavras introdutórias da palestra do professor e ex-deputado federal Hélio Bicudo sintetizam aquilo que já se evidenciava nas primeiras reuniões da comissão legislativa - por consenso entre a maioria dos representantes de instituições públicas ou não - de que o principal e maior problema do município no tratamento adequado da questão da criança e do adolescente esbarrava - e infelizmente, no caso de Bragança Paulista, ainda esbarra - no não funcionamento pleno do Conselho Municipal e do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, nos padrões estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Coincidiu o início de atividades da comissão com o encerramento do trâmite, na Câmara Municipal, do projeto de lei do Executivo que viria a resultar na Lei 2.719, de 25 de agosto de 1993, dispondo sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. O vereador que viria a presidir esta comissão havia promovido diversas audiências para discussão desse projeto com os representantes de instituições, os quais, na seqüência, passaram a participar das atividades da comissão então recém-formada.

Apesar de algumas vitórias conquistadas com a inclusão de 14 emendas propostas com base nas audiências públicas, não haviam sido aprovadas - no processo retro citado - as emendas que corrigiriam a falta de paridade na composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o dispositivo que considerava como membro e presidente nato de tal organismo o Diretor do Departamento de Saúde e Promoção Social do Município.

Em 06 de janeiro de 1994, o Executivo editava o Decreto 8.570, regulamentando a Lei 2.719/93. Nos debates da comissão com representantes de entidades, a respeito da lei e do documento regulamentador, entendeu-se que o grupo especial de vereadores deveria atuar para que fossem sanadas as pendências da legislação, mediante gestões políticas para corrigir a falta de paridade do Conselho Municipal e para a formação e implantação do Conselho Tutelar.

Com referência ao Conselho Tutelar, o Prefeito remeteu o projeto à Câmara Municipal em março do mesmo ano, que resultou na Lei Complementar 87, de 18 de abril de 1994.

No entanto, o alcance real dos compromissos assumidos com representantes de instituições civis no sentido de regularizar os dispositivos legais somente seria atingido no corrente ano - 1996 - quando, finalmente, o plenário do Poder Legislativo aprovou projeto de co-autoria do presidente desta comissão - Paulo Miguel Zenorini - e dos vereadores Paulo Mário Arruda de Vasconcellos, José Sérgio Conti Júnior e João Afonso Sólis, promulgado pelo Executivo - Lei 2.932, de 13 de junho de 1996 - que estabeleceu:

- a eleição do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por voto secreto dos conselheiros;
- a eleição dos membros do Conselho Tutelar pela população, pelos eleitores bragantinos.

O Poder Executivo dispõe de todos os mecanismos legais para colocar em funcionamento no município os órgãos fundamentais para a fixação e aplicação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente. A população elegeu, em processo ocorrido no dia 11 de agosto de 1996, os membros do Conselho Tutelar, porém a posse dos eleitos veio a ocorrer somente no último trimestre.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Espera-se que de agora em diante esses conselhos atuem efetivamente, pois os dados que serão expostos a seguir demonstram que muito há por ser feito para que a criança e o adolescente de Bragança Paulista tenham a qualidade de vida necessária ao seu desenvolvimento pessoal e social.

5.2- DADOS E INDICADORES

Foram selecionados ou providenciados pelas comissões legislativas, no sentido de se obter uma noção mais ampla das condições da criança e do adolescente em Bragança Paulista, alguns dados gerais (estimativa populacional na faixa etária, média anual de registros de nascimento e bairros com maior incidência desses registros). Em termos específicos, foram destacadas áreas básicas para a formação e a integração dessa parcela da comunidade no meio social - educação, saúde e assistência social - com alguns dos principais indicadores de cada uma delas.

5.2.1 - INDICADORES GERAIS

O recenseamento da Fundação IBGE, em 1991, (*tabelas 1.1 e 7.2*) apontou como sendo de 26.780 o número de crianças bragantinas (0 a 12 anos) - sub-totais de 13.694 com idade de 0 e 6 anos e de 13.086 com idade de 7 a 12 anos. A mesma fonte indicava em 13.626 o número de habitantes, na época, com idade entre 13 e 19 anos.

Classifica-se na adolescência a faixa etária de 13 a 18 anos. Eliminada a média de habitantes com 19 anos - que pode ser calculada em torno de 2.000 - obtém-se, entre crianças e adolescentes (0 a 18 anos) em Bragança Paulista, para o ano de 1991, a estimativa de 38.406 pessoas, equivalente a 38,45% da população do município naquele ano.

Levantamento processado pelas comissões legislativas no Cartório de Registro Civil desta cidade resultou na média de 2.188 crianças nascidas vivas por ano (*tabela 9*), dado ilustrativo no sentido de confirmar a média próxima de 2.100 a 2.200 habitantes em cada uma das idades do ciclo etário que se calcula pelos dados da fundação IBGE.

Nesse trabalho apurou-se - e aqui se coloca para aproveitamento pelos governantes no planejamento de ações futuras - que os locais com maiores médias anuais de nascimentos registrados no cartório, de 1992 a 1995, foram:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- *da zona urbana:*

| LOCAL | Média-ano de nascimentos registrados |
|---------------------------|--------------------------------------|
| Vila Aparecida | 132 |
| Cruzeiro | 123 |
| Centro | 116 |
| Parque dos Estados | 94 |
| Jardim Recreio Bragantino | 78 |
| Lavapés | 75 |
| Vila Bianchi | 74 |
| Matadouro | 74 |
| Jardim da Fraternidade | 67 |
| Santa Luzia | 53 |
| Cidade Planejada I e II | 53 |
| Toró | 53 |
| Parque Brasil | 49 |
| Matadouro | 40 |

TABELA XXV

- *da zona rural:*

| LOCAL | Média-ano de nascimentos registrados |
|-------------|--------------------------------------|
| Araras | 31 |
| Guaripocaba | 24 |
| Curitibanos | 19 |
| Agudo | 18 |

TABELA XXVI

5.2.2 - EDUCAÇÃO

- **Educação da criança de 0 a 6 anos**

Dos alunos matriculados em 1995 no sistema de educação infantil (0 a 6 anos), segundo dados colhidos junto à Delegacia de Ensino e compilados pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, para todas as escolas municipais de educação infantil e para 7 das escolas particulares que atuaram na área (correspondente a cerca de 50% do volume de matrícula da rede particular no nível e no ano em referência), a proporção de alunos por idade foi:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

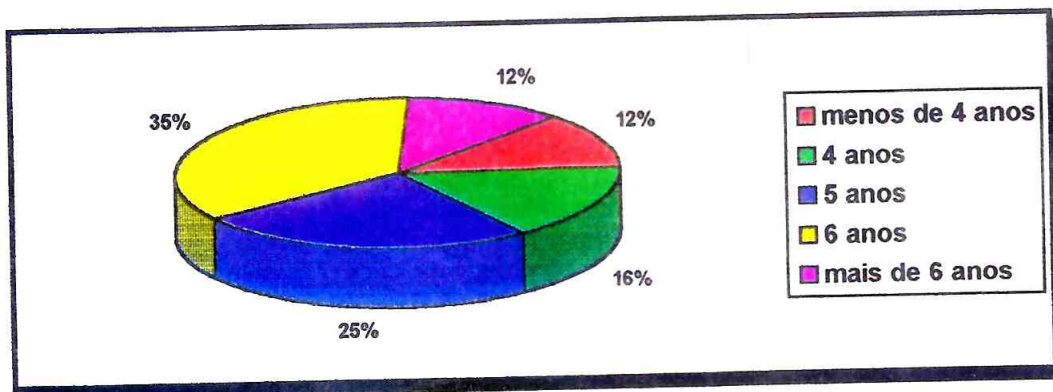


GRÁFICO 77

A rede de educação infantil (instituições públicas e particulares) estava captando no ano passado apenas 1/3 ou pouco mais da demanda total de crianças de 0 a 6 anos, ou seja, de 13.694 delas, 4.733 foram matriculadas no sistema de ensino. Durante o quinquênio de 1990 a 1995, o sistema público deteve a média de 65,45% das matrículas (com tendência de crescimento).

Aplicando-se a média de captação do sistema público (1990-1995) sobre a demanda por faixa de idade do IBGE (1991) e comparando-se o resultado com o número efetivo de matrículas da rede pública em 1995:

| FAIXA ETÁRIA | DEMANDA IBGE | TENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE MATRÍCULAS DO SISTEMA PÚBLICO (65,45%) | ALUNOS MATRÍCULADOS NO SISTEMA PÚBLICO EM 1995 |
|--------------|--------------|---|--|
| 0 a 4 anos | 9.627 | 6.301 | 876 |
| 5 e 6 anos | 4.067 | 2.662 | 1.958 |
| TOTAL | 13.694 | 8.962 | 2.324 |

TABELA XXVII

Embora a tabela XXVII se refira apenas ao sistema público, a amostragem é válida como comprobatória de que grande parte das crianças bragantinas não são encaminhadas para a escola de educação infantil, principalmente as de idade igual ou inferior a 4 anos; os números da tabela indicam que a procura das famílias pelo ensino infantil público ocorre sobretudo quando a criança completa 5 anos ou depois disso.

Há de se considerar que também a oferta do serviço público, sobretudo para a faixa de 0 a 2 anos, é escassa; das 37 unidades municipais de educação infantil existentes em junho do ano em curso (1996), somente 8 dispunham de creche, nos seguintes locais: Taboão, Conjunto Residencial Padre Aldo Bolini, Jardim da Fraternidade, Parque dos Estados, Penha, Toró e Conjunto Habitacional Saada Náder Abi Chedid; em agosto foi inaugurada na Vila Aparecida uma segunda escola de educação infantil, esta com creche.⁵

⁵ Resposta concedida pela Prefeitura Municipal ao Pedido de Informações 054/96 da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Bairros como Vila Bianchi, Lavapés, Parque Brasil, Matadouro, Cidade Planejada - que constaram do levantamento das comissões legislativas como os de maior incidência de nascimentos nos últimos quatro anos - não dispunham, até o primeiro semestre de 1996, de creches nas escolas municipais de educação infantil. No Bairro do Cruzeiro, a assistência à criança de 0 a 2 anos é desenvolvida pela instituição Comunidade Sorriso.

Mesmo para os setores com provimento de creches públicas, muitas vezes o número de salas específicas para tal atendimento não passa de dois. Ora, na Vila Aparecida, por exemplo, nascem a cada ano cerca de 132 crianças, o que projeta uma média-ano de 264 delas entre 0 e 2 anos. Calculando-se que 65,45% dessa demanda necessite da rede pública, ter-se-ia, de pronto, uma necessidade de oferta de 173 vagas-ano na creche e, obviamente, uma quantidade compatível de salas ou classes, sem contar os demais aspectos de estrutura, tais como pessoal especializado.

Estimando-se para o município todo a média-ano de 4.400 crianças de até 2 anos (tabela 8.2), uma provável demanda para a rede pública - em torno de 2.880 crianças - esgotaria 60% da capacidade total de cerca de 4.500 vagas (tabela 8.3) que existiam nas escolas municipais de educação infantil até meados deste ano para todo o ciclo de educação da criança de 0 a 6 anos!

Além disso, há as crianças que necessitam do atendimento em período integral, principalmente aquelas cujos pais trabalham fora do lar e não dispõem de condições financeiras para pagamento a terceiros. No sistema público, os dados do ano anterior apontam cerca de 753 crianças inscritas em jornada diária integral na rede pública, equivalente a 24% do total de matrículas processadas na rede pública (3.109) e a 16% do total de alunos matriculados no sistema de educação infantil.

Na questão das creches, vale recordar, o Decreto-Lei 5.452, de maio de 1943, dispõe que os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação, facultando o cumprimento dessa norma mediante creches distritais mantidas por instituições públicas ou privadas, admitido o sistema de parceria.

Das escolas particulares não foi obtido o número de crianças matriculadas por idade e os períodos de atendimento. Utilizando-se o número total de crianças matriculadas em instituições particulares no ano de 1995, para a educação infantil, a demanda do IBGE de população total na faixa de 0 a 6 anos e aplicando-se sobre esta a tendência de procura da rede particular (34,55%) registrada pelo volume de matrículas no quinquênio 1990-1995):

| FAIXA ETÁRIA | DEMANDA IBGE | TENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE MATRÍCULAS DO SISTEMA PRIVADO (34,55%) | ALUNOS MATRICULADOS NO SISTEMA PRIVADO EM 1995 |
|--------------|--------------|---|--|
| 0 a 6 anos | 13.694 | 4.731 | 1.624 |

TABELA XXVIII

Todos os indicadores, na realidade, deixam evidente que a demanda reprimida na educação infantil se apresenta com alta incidência em Bragança Paulista e que - vale reiterar a menção feita anteriormente - não há, por parte do Poder Executivo, um plano fundamentado em levantamento objetivo da demanda.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

No corrente ano, por exemplo, o Município capacitou-se para uma oferta de 240 vagas, de Ciclo Básico Inicial até 3a. série; no mês de outubro, 151 dessas vagas estavam ocupadas, porquanto 37% encontravam-se disponíveis, revelando, novamente, o predomínio da política de expansão de vagas sem planejamento, sem programas de captação de demanda e de contenção do abandono de estudos.

Por conseguinte, tornam-se discutíveis - notadamente para o processo de municipalização do ensino fundamental - os aspectos de implantação gradativa que já vem sendo feita pelo governo municipal de escolas de primeiro grau (enquanto sequer existe provimento satisfatório da demanda da educação infantil) e os impactos da municipalização sobre o direcionamento de recursos - por aluno - para educação infantil e ensino fundamental.

No demonstrativo de gastos do Executivo Municipal com educação (em proporções tomadas do total de despesas do Município, conforme o gráfico seguinte) constata-se que, em 1991, a proporção direcionada para o nível de primeiro grau foi bastante superior àquela que se destinou para a educação infantil; nos anos seguintes, chegou-se a uma distribuição de recursos mais equilibrada, a qual - no entanto - pode não ser mantida se houver a municipalização.

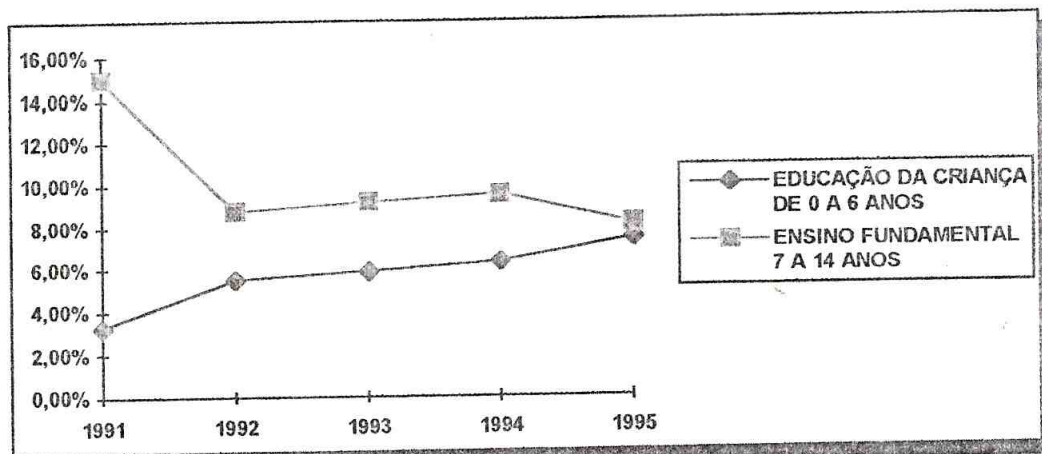


GRÁFICO 78

Tomada em função das despesas totais empenhadas pelo Município a partir de 1991, a proporção de gastos do governo municipal com educação tem se mantido entre 3 e 7%:



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

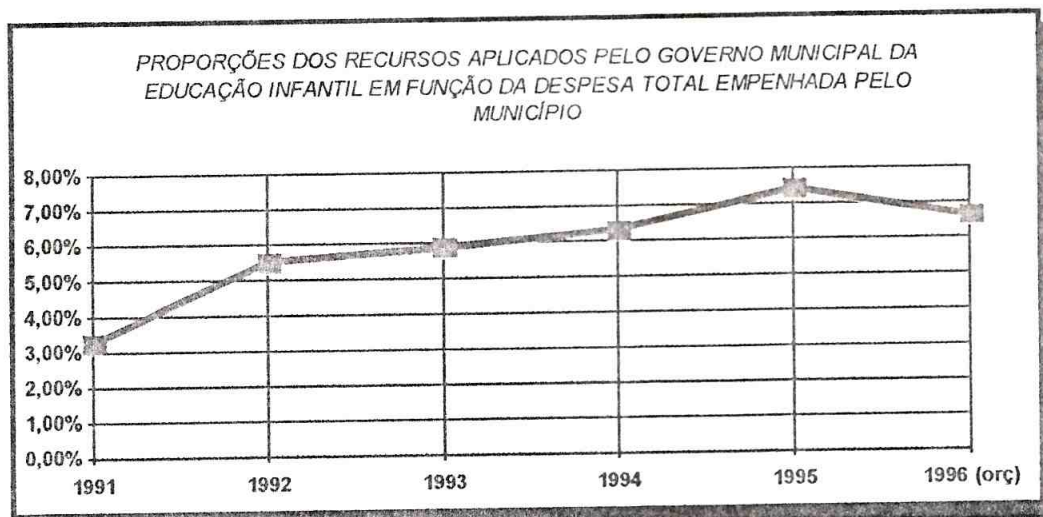


GRÁFICO 79

Conforme já se destacou, no período 1991-1996, a administração pública local, além das despesas de manutenção do sistema existente, direcionou recursos, em termos de novos investimentos, sobretudo para a expansão da rede física de maneira a suprir necessidades urgentes, entretanto, para programas voltados ao recenseamento da população em idade própria para a educação infantil e à sua atração para que, efetivamente, participe da oferta. Também não se tem registros oficiais de que em administrações anteriores haja ocorrido um levantamento de âmbito local nesse sentido.

Educação infantil adequada constitui-se em instrumento básico para o aproveitamento do educando nos demais níveis de ensino.

• Ensino fundamental - 7 a 14 anos

Conseqüência imediata dos problemas detectados na educação infantil - especialmente na pré-escola (entre 5 e 6 anos e meio) é a dificuldade que grande parte do alunado encontra para o bom desempenho no ensino de primeiro grau; não bastassem os aspectos de ordem sócio-econômica (entre trabalho e estudo para a criança, a família opta pelo primeiro por questão de necessidade), a falta de preparo para acompanhamento adequado das atividades escolares representa um desestímulo ao prosseguimento dos estudos, culminando com índices elevados de reprovação e de evasão.

Disso decorre a necessidade de estruturação da rede de ensino para um atendimento consideravelmente superior à estimativa de demanda em idade própria. Utilizando-se a média-ano de nascimentos registrados em Bragança Paulista no período de 1990-1994 (tabela 8.2), presume-se que a população na faixa de 7 a 14 anos esteja próxima de 17.504 habitantes - número representativo, pois, da demanda em idade própria para o ensino fundamental; entretanto, até 1995 o volume de matrículas processado pelas escolas bragantinas nesse nível de ensino foi significativamente superior a tal estimativa de demanda.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Exemplificando: no ano de 1995 o volume de matrículas total no 1o. grau foi de 23.653 (tabela 10.1). A diferença desse volume com o da demanda prevista em idade regular equivale a nada menos do que 205 classes de 30 alunos cada uma! As causas maiores do acúmulo de demanda se sintetizam na evasão e retenção - alunos que não completam o ano letivo regularmente e que, hipoteticamente, devem retornar no ano seguinte para a mesma série - e, ainda, de movimentos migratórios. Destes últimos, porém, não foram conseguidos dados quantitativos recentes.

Se para o Estado (cujo sistema vem detendo a média de 83% de matrículas de 1o. grau nos últimos anos e no qual se dão, também, as maiores proporções de abandono de estudos e repetência) tal situação acarreta a reincidência de despesas na manutenção das classes, para a criança e o adolescente bragantinos, além da disputa que se acirra por uma vaga na escola pública, prevalecem os efeitos da falta de participação no sistema de educação infantil, assim como da inexistência de política governamental de combate à evasão e à retenção. No ano passado, por amostragem colhida das escolas bragantinas com maior volume de matrículas, 4,15% dos matriculados no 1o. grau tinham idade igual ou superior a 15 anos, o que - a título de ilustração - corresponde a cerca de 33 classes com 30 alunos cada uma (possivelmente fora da idade regular).

Em 1996, no sistema estadual o volume de matrículas foi bem menor do que o registrado em anos anteriores para o ensino fundamental - e já se mencionou no capítulo *Educação* alguns aspectos que podem ter contribuído para ocorrência do fenômeno. Nesse sentido, a preocupação maior é a de que, com o processo de reorganização do ensino implantado pelo governo estadual, muitas crianças e adolescentes tenham deixado de freqüentar a escola por falta de uma delas em local próximo de suas residências.

Pela quantidade de matrículas da rede estadual, constata-se que até 1995 sua capacitação estava sempre próxima, basicamente, do volume de demanda em idade própria e de demanda reprimida por evasão e retenção. No ano corrente, porém, houve desativação de escola (EEPSSG Viscondessa da Cunha Bueno) e supressão de determinadas séries em outras (o setor do Parque dos Estados, até a edição deste documento, vinha mantendo apenas uma das séries de 2o. grau), com probabilidade de interferência na queda do volume de matrículas. Eis alguns comparativos por estimativas numéricas:

| INDICADOR | RESULTADO |
|---|-------------------------------------|
| demanda estimada em idade própria: | 17.504 |
| demanda provável para a rede estadual (83%): | 14.528 |
| alunos evadidos e retidos no sistema estadual | 4.673 (em 1994) e 5.125 (em 1995) |
| demanda prevista para a rede do Estado | 19.201 (em 1995) e 19.653 (em 1996) |

TABELA XXIX

Computou-se, pois, entre a demanda prevista para a rede estadual e o efetivo de matrículas processado por ela em 1996 para o ensino de 1o. grau, a diferença de 1.743 a menor nas matrículas e os dados disponíveis não permitem identificar se o fato aconteceu em proporções mais expressivas com a demanda em idade própria ou com demanda fora de tal faixa etária. Todavia, a situação deve ser alvo de estudos profundos para as devidas averiguações e providências, pois, confirmadas as previsões estatísticas, essa diferença pode ser representativa de parte de crianças e adolescentes bragantinos que, com idade entre 7 e 14 anos, estejam fora da escola.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Isso não se confirmaria caso as escolas particulares alcançassem em 1996 um volume de captação de matrículas muito superior à média dos últimos cinco anos - hipótese pouco provável sobretudo pelas condições sócio-econômicas da maioria das famílias bragantinas. Em contrapartida, os cálculos acima não levam em conta a demanda acumulada por evasão e retenção de outros anos que não os imediatamente anteriores aos de referência e nem o crescimento populacional por migração - aspectos que contribuiriam para aumento da demanda estimada.

Quando se trata de causas de evasão e retenção, mais grave do que o problema de acúmulo de demanda é o caso da não retomada - e não conclusão - dos estudos. Entre outros dados ilustrativos da ocorrência de tal problema em Bragança Paulista na década de noventa, verifica-se na rede estadual que, no período 1990-1995, o volume médio anual de matrículas nas quatro primeiras séries do 1o. grau foi de 9.982 enquanto que nas séries seguintes (5a. a 8a.) foi de 7.596.

Na zona rural, por exemplo, as escolas vinculadas do Estado - cerca de 24 - atendem apenas do ciclo básico até a 4a. série e entre as 4 não-vinculadas somente 1 mantém o ciclo até a 8a. série; a partir de 10 ou 11 anos, o aluno tem de ser matriculado em escolas de setores distantes daquele onde reside, o que acaba por desestimular até mesmo a própria família para que a criança prossiga os estudos. Tal situação registrava-se com o Bairro do Campo Novo, no qual os horários do serviço de transporte coletivo não coincidiam com os de jornada escolar.

• *Ensino médio*

A escolarização do adolescente bragantino não diverge em muito daquilo que se verifica em relação à da criança, pois registram-se também coeficientes elevados de evasão e retenção, principalmente da primeira.

Em sua maioria, o adolescente bragantino que procura a escola pública ingressa no ciclo regular, enquanto que para as escolas particulares a preferência entre ensino regular e profissionalizante é equilibrada. As tabelas do ano de 1995 demonstram que na rede pública a proporção de matrículas foi de 83% para o ciclo regular e 17% para o ciclo profissionalizante; já na rede privada, foi de 59% para o regular e 41% para o profissionalizante.

Tal fenômeno pode ser associado às questões da oferta e das condições financeiras e não necessariamente à falta de interesse do aluno da escola pública pelo aprendizado profissionalizante: as instituições de ensino do governo mantêm em Bragança Paulista - há anos - os cursos profissionalizantes nas áreas de magistério, mecânica e contabilidade, em duas escolas; já as particulares diversificam a oferta e, em conseqüência, atraem clientela proporcionalmente maior.

Comparada com o nível fundamental, a proporção do alunado da rede pública no ensino médio é menor. Se no 1o. grau a rede pública deteve nos últimos anos a média de 83% das matrículas, no 2o. grau esse índice se manteve em torno de 73%, o que se explica, basicamente, pelo fato de parte do alunado trabalhar durante o dia e pagar escolas particulares - que cursa à noite.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

No sistema estadual, a proporção de matrículas do ensino médio entre período diurno e noturno no corrente ano é a seguinte:

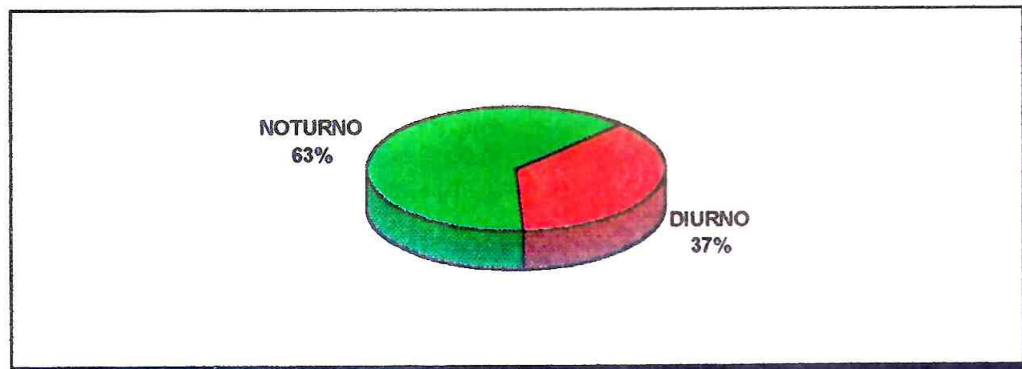


GRÁFICO 80

Predominância de alunos de ensino médio no período noturno, no caso do Estado, decorre também da disponibilidade da oferta, pois, na organização da estrutura escolar, o período diurno é reservado preferencialmente para séries cuja clientela tem maior número de crianças - aspecto que, no entanto, não elimina a característica própria da maioria dos alunos do ensino médio que é a estudar e, ao mesmo tempo, procurar a colocação no mercado de trabalho.

A média de crianças nascidas por ano no município projeta para a faixa etária de 15 a 17 anos uma população em torno de 6.564 habitantes. Estavam matriculados no ensino de 2o. grau de Bragança Paulista no ano passado 5.744 alunos, com 693 deles em cursos de 4 anos de duração (profissionalizantes de magistério, mecânica e química - faixa etária própria: 15 a 18 anos); em cursos com duração de 3 anos, cuja faixa de idade própria é de 15 a 17 anos, o total de matrículas foi de 5.051, das quais 12,55% era de estudantes com idade igual ou superior a 18 anos, ou seja, de demanda remanescente de anos anteriores; restou, pois, o volume de 4.407 matrículas que pode ser considerado como mais próximo da faixa etária entre 15 e 17 anos, mas que não elimina variáveis referentes a alunos com idade superior à regular por série e a estudantes de outras origens que cursam escolas bragantinas.

Somente com os números retro citados, independentemente de projeções do aumento populacional nas idades consideradas, apura-se uma quantia em torno de 2.100 adolescentes bragantinos com idade entre 15 e 17 anos que não estavam freqüentando o ensino médio no ano passado.

Calcula-se que 47% desses adolescentes estejam ainda cursando o 1o. grau, pois - cabe recordar - cerca de 4,15% das matrículas do ensino de 1o. grau eram de alunos com idade igual ou superior a 15 anos. Dos 53% restantes não há garantias de participação em atividades de estudo, pois as demais possibilidades existentes e não-incluídas no sistema de ensino - cursos profissionalizantes do SENAI, da Prefeitura Municipal e de empresas particulares - são utilizadas por parte da clientela que também freqüenta escolas e, além disso, tais serviços não se restringem ao atendimento a adolescentes.

Informações recentes obtidas pelo presidente desta comissão junto ao SENAI indica que cerca de 200 adolescentes (de 14 a 18 anos) participam, por ano, de seus cursos profissionalizantes e que a maioria deles, senão todos, também freqüentam as escolas do sistema de ensino, inclusive porque se trata de condição básica no perfil da mão-de-obra requisitada pela indústria.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alf.' and a large signature that appears to be 'A. ...'.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

5.2.3 - SAÚDE

Basicamente, a estrutura para atendimento à criança e ao adolescente consiste, naquela já apresentada no capítulo *saúde* da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos. A Universidade São Francisco mantém uma unidade hospitalar exclusiva na área de pediatria e ginecologia (HUSF II).

No sistema municipal, as Unidades Básicas de Saúde contam, em sua maioria, com apenas um pediatra, com exceção de um ou outro bairro, entre eles o Parque dos Estados, que dispõem de dois profissionais nessa área. Em bairros mais populosos os grandes problemas no atendimento à saúde da criança relacionam-se à impossibilidade de atenção imediata e, ainda, ao não-funcionamento de todas as UBSs em período integral - o que acaba por repercutir no direcionamento de demanda do nível primário para a estrutura do terciário.

O Hospital Universitário vinha atendendo, em 1994, a cerca de 200 a 250 internações e a cerca de 5.500 consultas por mês, para crianças, entre ambulatório e pronto-socorro; verificava-se, então, grande incidência de desnutrição na clientela atendida e a maior parte desse volume de consultas era própria de nível primário. Também na Santa Casa de Misericórdia se registrava a ocupação da estrutura hospitalar no atendimento primário.

Em síntese, no entanto, revelou-se para as comissões legislativas como prioritária na área de saúde da criança a necessidade de medidas específicas de combate à mortalidade infantil. No caso dos adolescentes, maior investimento do poder público em programas e campanhas de orientação geral e de prevenção.

Constatou-se entre os aspectos mais positivos a respeito dos itens mencionados, programa específico de aleitamento materno implantado no Departamento de Pediatria da Universidade São Francisco há cerca de 3 anos, coordenado pelo Centro de Lactação de Santos, assim como a participação voluntária de cidadãos bragantinos, através da Pastoral da Criança, com atuação no combate à mortalidade infantil - com reconhecimento inclusive da classe médica quanto à importância e ao excelente padrão de qualidade do serviço prestado - e o grupo de jovens bragantinos que vem participando do programa de formação de *Agentes Multiplicadores de Informações* da Secretaria de Estado da Saúde para orientação aos adolescentes.

Para levantamento de dados, o tema selecionado foi o da mortalidade infantil, por tratar-se de indicador universalmente reconhecido como parâmetro de condições de saúde da criança. Médicos bragantinos convidados pelas comissões legislativas participaram da elaboração do trabalho, cujo resultado segue.

• Mortalidade Infantil

Constituíram fontes de consulta e análise do levantamento:

- a) - levantamentos feitos pelas comissões do Poder Legislativo, tendo como fonte de dados a documentação do Serviço Registral (Cartório de Registro Civil) de Bragança Paulista;
- b) - números apurados pelo Sistema de Registro de Nascidos Vivos (Escritório Regional de Saúde - ERSA local);
- c) - dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Apurou-se a equivalência entre os dados obtidos pelas comissões legislativas e os da Fundação SEADE, em relação às taxas de mortalidade infantil e suas causas. Com base nos dados, têm-se, dos cinco anos considerados (1990-1994), a média de 30 (trinta) óbitos para cada mil nascimentos em Bragança Paulista, média essa que, comparada às de outros municípios paulistas, é alta. Avaliada em função de outras cidades brasileiras - inclusive algumas da região Sudeste - e estrangeiras com características semelhantes a média deste município é compatível com as dessas localidades. Entretanto, é **uma média alta**.

Com referência às causas, a maior incidência (com 50% do total geral dos cinco anos apurados) recai sobre **causas perinatais**, nas quais estão agrupadas: causas de mortalidade perinatal, anomalias congênitas e lesões ao nascer, partos distócicos e outras afecções anóxicas ou distócicas. No entendimento da classe médica, as causas perinatais, relacionadas às condições do recém-nascido, decorrem sobretudo da falta de acompanhamento pré-natal. Reforça-se o entendimento pelos dados do nível de instrução das mães: cerca de 75% delas não têm qualquer grau de instrução ou têm somente o primeiro grau completo.

Analisados índices e causas, tem-se como prioritária para a redução do índice de mortalidade infantil a execução de uma política especial de atenção à saúde materno-infantil no município. As propostas feitas visam exatamente ao desenvolvimento de tal política, através de órgãos criados para ações específicas, integradas, nessa área.

Respaldam-se as considerações acima nos dados obtidos e estudados pelo grupo e constantes das tabelas e dos gráficos que seguem:

- TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL BRAGANÇA PAULISTA - 1990-1994 - SEGUNDO DADOS OBTIDOS PELAS COMISSÕES LEGISLATIVAS E SEGUNDO DADOS DA FUNDAÇÃO SEADE:

| ANO | SEADE | | COMISSÕES LEGISLATIVAS | |
|------|--------|-------------|------------------------|-------------|
| | ÓBITOS | TAXAS MORT. | ÓBITOS | TAXAS MORT. |
| 1990 | 91 | 40,68 | 86 | 41,52 |
| 1991 | 78 | 33,89 | 73 | 33,73 |
| 1992 | 81 | 34,37 | 81 | 36,24 |
| 1993 | 70 | 29,70 | 67 | 31,47 |
| 1994 | 73 | 31,19 (*) | 71 | 30,34 |

TABELA XXX - (*) O índice de 1994 foi calculado pelo número de óbitos da Fundação Seade e o número de registros de nascimento levantado pela comissões da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL PRECOCE (0 A 28 DIAS) E DE MORTALIDADE INFANTIL TARDIA (28 SEMANAS A 1 ANO) - BRAGANÇA PAULISTA (1990-1994)

| ANO | M.I. PRECOCE | | M.I. TARDIA | |
|------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | ÓBITOS | TAXAS MORT. | ÓBITOS | TAXAS MORT. |
| 1990 | 37 | 18 | 49 | 24 |
| 1991 | 35 | 16 | 42 | 19 |
| 1992 | 31 | 14 | 50 | 22 |
| 1993 | 32 | 14 | 35 | 16 |
| 1994 | 31 | 13 | 40 | 16 |

TABELA XXXI (DADOS FORNECIDOS PELO PEDIATRA ANTÔNIO PÁDUA NETTO JÚNIOR)

- COMPARATIVO DE TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL DE BRAGANÇA PAULISTA COM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1990-1991 (SEGUNDO DADOS DA FUNDAÇÃO SEADE):

| MUNICÍPIO | 1990 | 1991 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| AMPARO | 23,69 | 22,85 |
| AMERICANA | 21,49 | 17,47 |
| BAURU | 26,79 | 23,23 |
| BRAGANÇA PAULISTA | 40,68 | 33,89 |
| CAMPINAS | 23,80 | 20,09 |
| JALES | 20,23 | 24,36 |
| JUNDIAÍ | 22,65 | 18,58 |
| LIMEIRA | 30,82 | 27,80 |
| PRESIDENTE PRUDENTE | 13,28 | 18,99 |
| REGISTRO | 46,62 | 38,39 |
| SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | 21,23 | 19,48 |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 21,31 | 18,65 |

TABELA XXXII



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

• TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL - BRAGANÇA PAULISTA 1970-1994

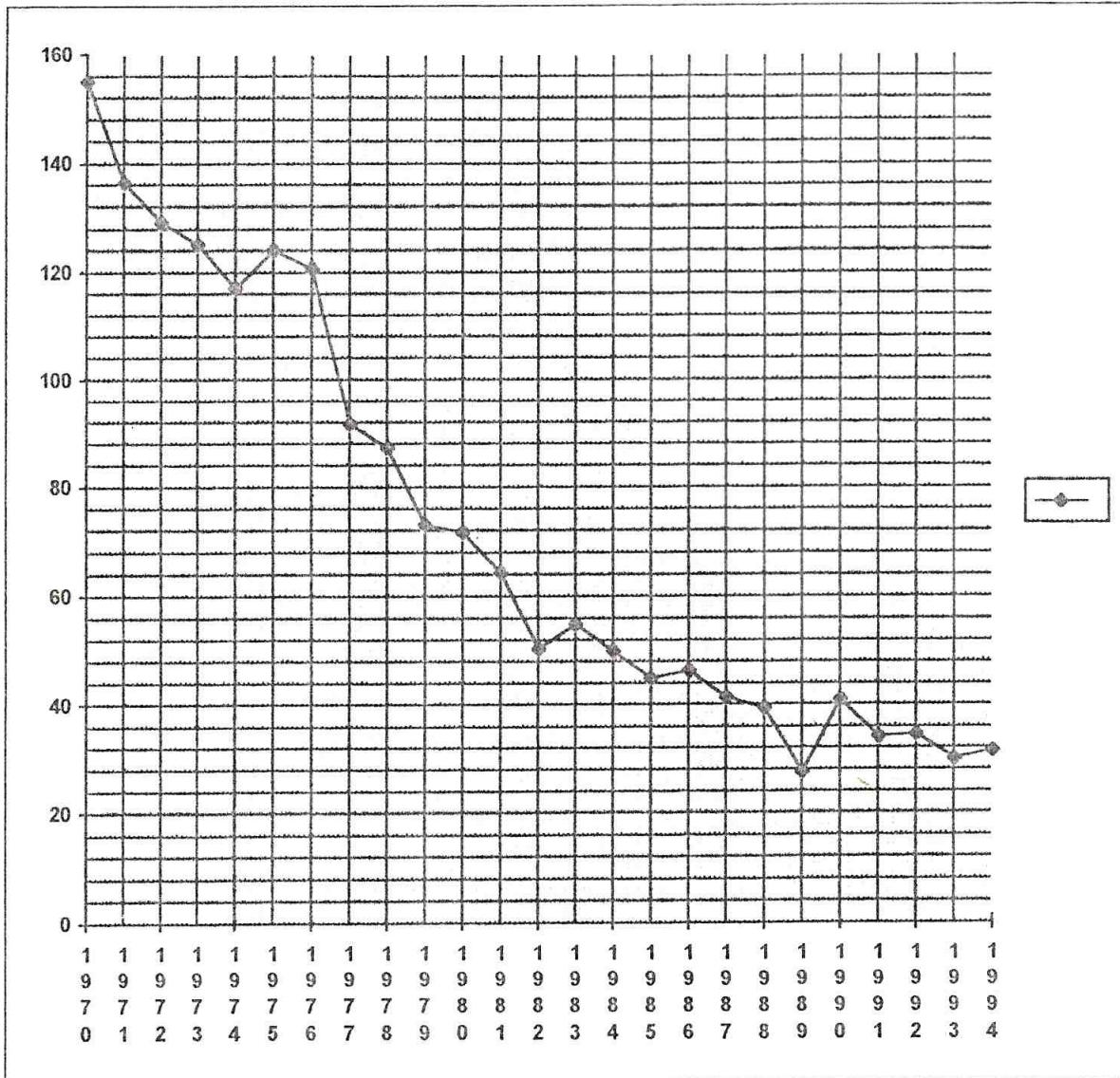
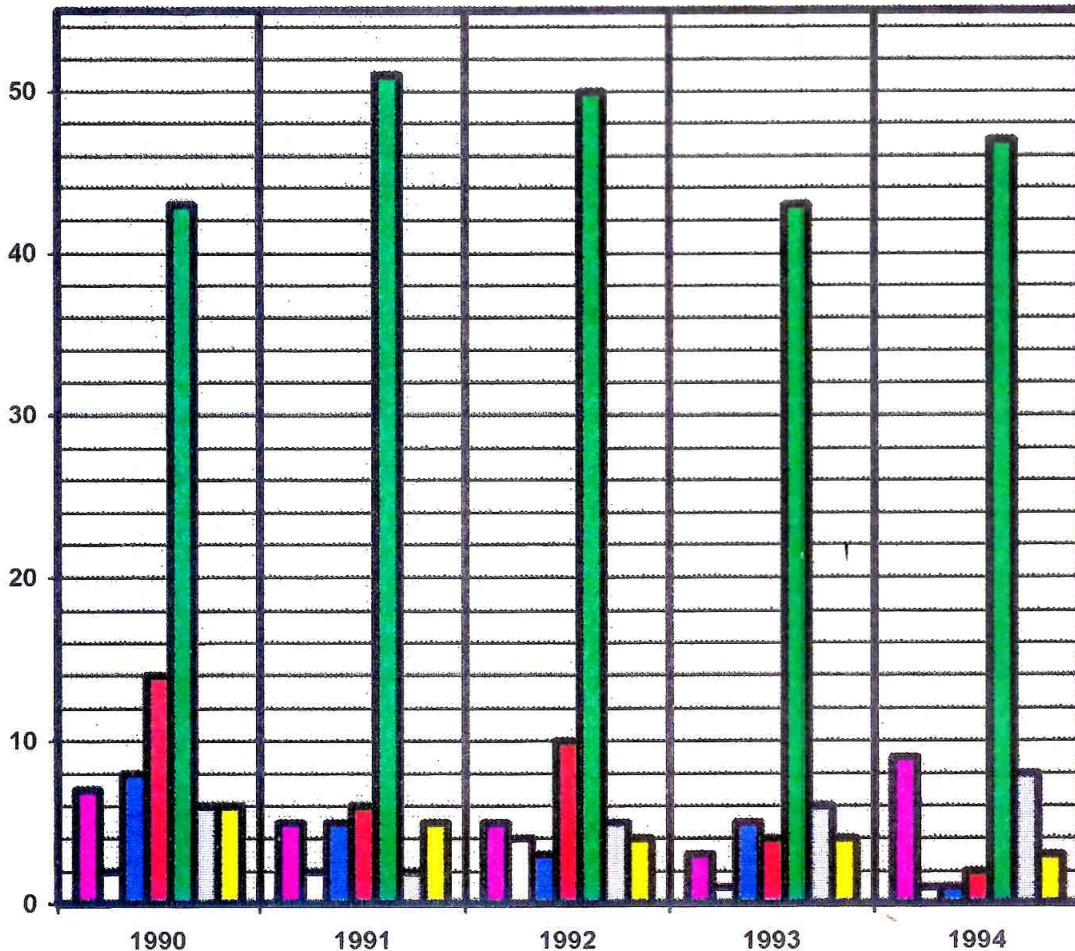


GRÁFICO 81



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CAUSAS DE MAIOR INCIDÊNCIA EM NÚMEROS ABSOLUTOS - BRAGANÇA PAULISTA 1990-1994



- DIARRÉIA
- INFECÇÕES AGUDAS
- DESNUTRIÇÃO
- PNEUMONIA
- CAUSAS PERINATAIS (RECÉM-NASCIDOS)
- SINTOMAS E ESTADOS MÓRBIDOS MAL DEFINIDOS
- TODAS DOENÇAS NÃO-RELACIONADAS ACIMA ENTRE 140-799

GRÁFICO 82

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and notes]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

- QUADRO DE INCIDÊNCIA DAS CAUSAS DE MORTALIDADE INFANTIL EM BRAGANÇA PAULISTA - 1990-1994

| CAUSAS | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|--|------|------|------|------|------|
| ENTERITES E OUTRAS DOENÇAS DIARRÉICAS (DIARRÉIA) | 7 | 5 | 5 | 3 | 9 |
| DEMAIS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS NÃO-RELACIONADAS ACIMA (ENTRE 001-139) (INFECÇÕES AGUDAS) | 2 | 2 | 4 | 1 | 1 |
| TUMORES MALIGNOS INCLUINDO NEOPLASMAS DO TECIDO LINFÁTICO E DOS ÓRGÃOS HEMATOPOETICOS (ENTRE 140-208) (CÂNCER) | 1 | | | | |
| AVITAMINOSES E OUTRAS DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS (260-269) (DESNUTRIÇÃO) | 8 | 5 | 3 | 5 | 1 |
| DOENÇAS DO CORAÇÃO (420-429) | | 1 | | 1 | |
| ANEMIAS | 1 | | | | |
| MENINGITES (320-322) | | | | 1 | 1 |
| PNEUMONIA (480-486) | 14 | 6 | 10 | 4 | 2 |
| HÉRNIAS (550-553) | 1 | | | 1 | |
| CAUSAS PERINATAIS (RECÉM-NASCIDOS) | 43 | 51 | 50 | 43 | 47 |
| SINTOMAS E ESTADOS MÓRBIDOS MAL DEFINIDOS | 6 | 2 | 5 | 6 | 8 |
| TODAS DOENÇAS NÃO-RELACIONADAS ACIMA ENTRE 140-799 (DIVERSAS) | 6 | 5 | 4 | 4 | 3 |
| ACIDENTES DE VEÍCULOS A MOTOR | 1 | | | | |
| OS DEMAIS ACIDENTES E AS DEMAIS CAUSAS EXTERNAS | 1 | 1 | | 1 | 1 |

TABELA XXXIII

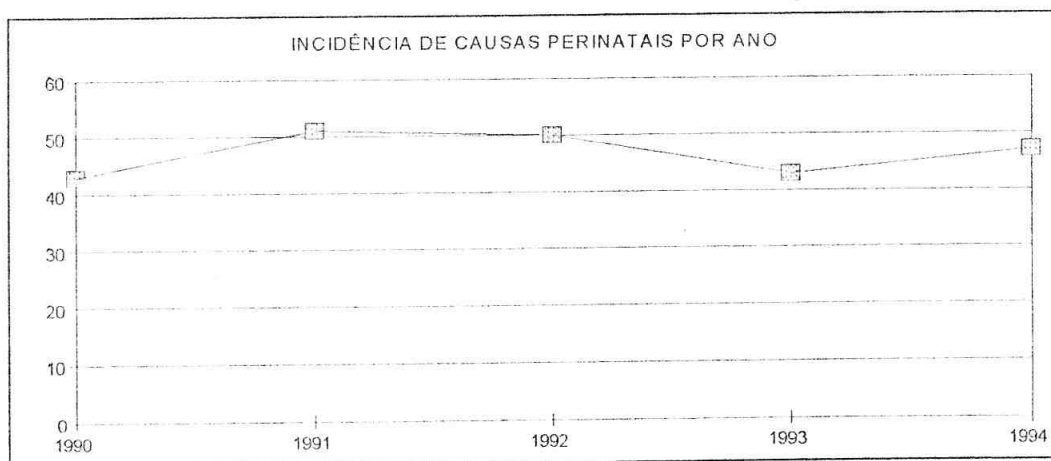


GRÁFICO 83



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

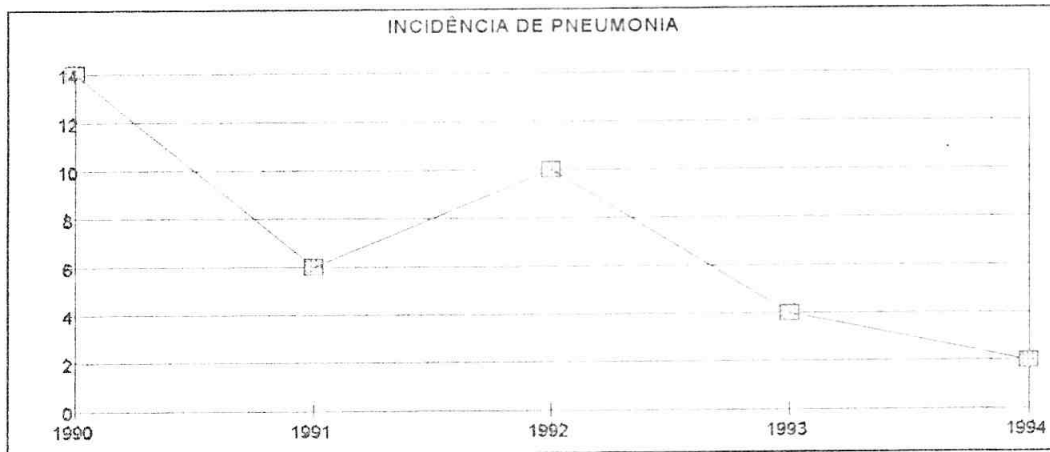


GRÁFICO 84

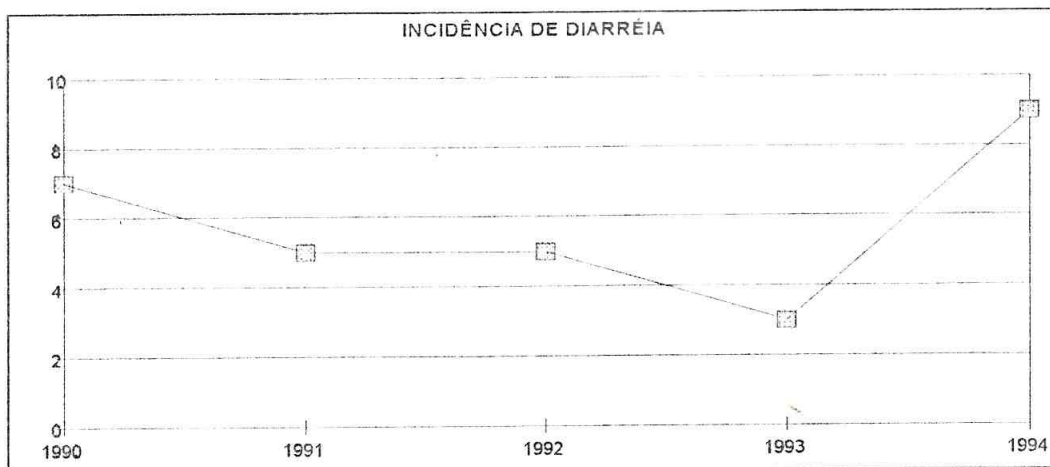


GRÁFICO 85

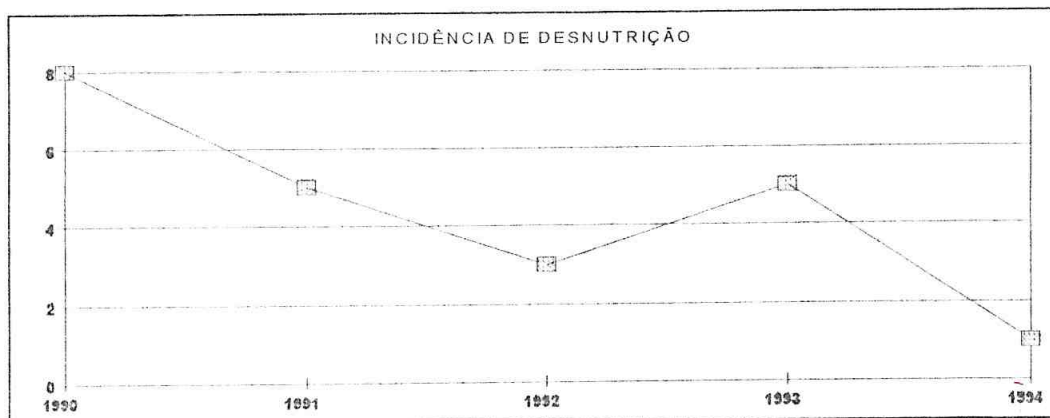


GRÁFICO 86



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



GRÁFICO 87

- SITUAÇÃO DOS NASCIDOS VIVOS, segundo dados do sistema de registro de nascidos vivos (Escritório Regional de Saúde de Bragança Paulista):

- SEXO

| ANO | NASCIMENTO - TOTAL | MASCULINO | | FEMININO | |
|------|--------------------|-----------|-------|----------|-------|
| | | NÚMERO | % | NÚMERO | % |
| 1991 | 2.280 | 1.160 | 50,9% | 1.119 | 49,1% |
| 1992 | 2.274 | 1.136 | 50,3% | 1.123 | 49,7% |
| 1993 | 2.228 | 1.156 | 52,8% | 1.034 | 47,2% |
| 1994 | 2.673 | 1.336 | 50,4% | 1.313 | 49,6% |

TABELA XXXIV

- PESO AO NASCER

| FAIXA DE PESO (gramas) | 1991 | | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 0 - 999 | 9 | 0,4% | 13 | 0,6% | 6 | 0,3% | 13 | 0,5% |
| 1.000-1.499 | 16 | 0,7% | 12 | 0,5% | 14 | 0,6% | 19 | 0,7% |
| 1.500-2.499 | 237 | 10,4% | 261 | 11,6% | 220 | 9,9% | 264 | 10,0% |
| 2.500-2.999 | 654 | 28,7% | 680 | 30,2% | 655 | 29,4% | 791 | 30,0% |
| 3.000-3.999 | 1.285 | 56,7% | 1.255 | 54,3% | 1.245 | 55,9% | 1.468 | 55,7% |
| 4.000 ou mais | 79 | 3,4% | 63 | 2,8% | 88 | 3,9% | 82 | 3,1% |

TABELA XXXV



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

• IDADE DA MÃE

| FAIXA ETÁRIA | 1991 | | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|--------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 0 - 14 anos | 14 | 0,6% | 11 | 0,6% | 04 | 0,2% | 14 | 0,6% |
| 15-19 anos | 444 | 19,5% | 366 | 18,5% | 449 | 20,0% | 482 | 20,4% |
| 20-24 anos | 687 | 30,1% | 610 | 30,9% | 725 | 32,8% | 749 | 31,8% |
| 25-29 anos | 581 | 25,5% | 507 | 25,7% | 525 | 23,4% | 572 | 24,3% |
| 30-34 anos | 340 | 14,9% | 322 | 16,3% | 349 | 15,7% | 349 | 14,8% |
| 35-39 anos | 157 | 6,9% | 116 | 5,9% | 135 | 6,1% | 150 | 6,4% |
| 40-44 anos | 55 | 2,4% | 40 | 2,0% | 37 | 1,7% | 39 | 1,7% |
| 45-49 anos | 02 | 0,2% | 02 | 0,1% | 04 | 0,2% | 03 | 0,1% |

TABELA XXXVI

• GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE

| INSTRUÇÃO | 1991 | | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| NENHUMA | 137 | 6,0% | 74 | 3,4% | 85 | 4,1% | 104 | 4,1% |
| 1º GRAU INCOMPLETO | 1.519 | 66,6% | 1.488 | 68,1% | 1.391 | 67,2% | 1.719 | 67,8% |
| 1º GRAU COMPLETO | 280 | 12,3% | 267 | 12,2% | 281 | 13,6% | 341 | 13,4% |
| 2º GRAU | 216 | 9,5% | 200 | 9,2% | 191 | 9,2% | 240 | 9,5% |
| NÍVEL SUPERIOR | 128 | 5,7% | 156 | 7,1% | 121 | 5,8% | 132 | 5,2% |

TABELA XXXVII



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

• TIPO DE PARTO

| TIPO DE PARTO | 1991 | | 1992 | | 1993 | | 1994 | |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| NORMAL | 1.277 | 56,0% | 1.180 | 53,0% | 1.147 | 51,5% | 1.353 | 52,1% |
| CESÁREA | 978 | 42,9% | 1.021 | 45,9% | 1.071 | 48,1% | 1.220 | 47,0% |
| FÓRCEPS | 25 | 1,1% | 24 | 1,0% | 10 | 0,4% | 22 | 0,8% |

TABELA XXXVIII

As propostas formuladas para redução do índice de mortalidade infantil em Bragança Paulista se embasam na criação, em âmbito municipal, de COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL e da CASA DA GESTANTE, os quais teriam as seguintes atribuições:

Comitê de Mortalidade Materno-Infantil: órgão incumbido de apuração de índices e desenvolvimento de ações na área de assistência materno infantil, tais como:

- garantia do acesso a 100% das gestantes aos serviços de pré-natal, com início do atendimento antes da décima sexta semana.
- promoção de ações educativas concomitantes às ações de assistência pré-natal - grupo de gestantes
- regionalização e hierarquização da assistência pré-natal e ao parto incluindo o estabelecimento de sistema de referência e contra-referência para gestações de alto risco
- melhora da qualidade da assistência ao parto e ao puerpério
- identificação dos vários níveis de atenção perinatal.
- melhoria das condições de recepção ao recém-nascido - alojamento conjunto
- identificação dos aspectos demográficos regionais, definição dos níveis de atenção e estabelecimento de sistema de referência e contra-referência para mãe e recém-nascido
- estímulo ao aleitamento materno
- estímulo ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento
- atenção às doenças respiratórias
- atenção à doença diarreica - a redução das mortes por doença diarreica implica em cuidados com água e esgoto, incentivo ao aleitamento materno e hierarquização do atendimento de crianças com diarreia.
- intervenção nutricional - programa de suplementação alimentar da gestante e da criança
 - intervenção nutricional para a gestante
 - assistência especializada ao desnutrido intra-útero
 - assistência ao desnutrido grave, que deve englobar:
 - assistência médico-hospitalar;
 - recuperação nutricional;
 - manutenção da melhoria nutricional (centro de educação e recuperação nutricional)
- programas de redução do índice de natalidade
- capacitação e reciclagem dos profissionais, por meio de programas específicos de treinamento e de educação continuada
- educação em saúde para a comunidade:
 - criação dos agentes de saúde
 - acompanhamento de vacinas.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Casa da Gestante - Abrigo para gestantes para controle com repouso e cuidados específicos, onde a paciente possa aguardar o momento do parto. A Casa de Gestante, articulada e próxima ao ambulatório de especialidades, pode evitar internações prolongadas e onerosas, além de propiciar às gestantes de risco um ambiente doméstico e ameno, que possa minimizar os fatores de risco.

As propostas foram entregues à diretoria do Departamento de Saúde e Promoção Social do Município e presidência do Conselho Municipal de Saúde em setembro do ano passado. Solicitada resposta pela comissão no corrente ano, esses órgãos informaram que, em decorrência do levantamento apresentado, implantou-se serviço de puericultura no sistema municipal, manteve-se gestões junto a entidades prestadoras de serviços de saúde para tratar do preenchimento de *carteira da gestante* e estímulo ao aleitamento materno, além da busca de apoio junto a voluntários - tais como o Clube das Abelhas - no sentido de disseminar junto às gestantes a necessidade de realização do exame pré-natal.

• Dados complementares

Na faixa etária de 1 a 19 anos, os índices de mortalidade apurados pela Fundação SEADE, do período de 1990 a 1994, não são alarmantes. A média de óbitos registrados por ano nessa faixa etária foi de 14, tendo como causa principal os acidentes (média de 6 ocorrências anuais).

A pneumonia foi o motivo de 2 óbitos por ano de crianças bragantinas com idade entre 1 e 9 anos, no período de 1992 a 1994. Da população com idade entre 10 e 19 anos, casos de tumores malignos e homicídios (estes incidindo especificamente na faixa etária de 15 a 19 anos) registraram-se com média de uma ocorrência anual.

Quantos aos adolescentes a preocupação maior nos tempos atuais diz respeito aos riscos de proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS; as tabelas constantes do trabalho da mortalidade infantil indicavam entre as gestantes, em 1994, cerca de 500 com idade de até 19 anos (número que também é próximo dos registros dos anos anteriores). Complementando informações, o grupo de jovens bragantinos que participam do programa *Agentes Multiplicadores de Informações*, em manifestação feita na Câmara Municipal, buscavam apoio do Poder Executivo (infelizmente não obtido) para distribuição de preservativos por ocasião de eventos de grande concentração de público - entre eles as Exposições Agropecuárias - já que, segundo constatações desse grupo, a incidência de início de gravidez entre adolescentes é alta em épocas que coincidem com tais eventos.

A pneumonia foi o motivo de 2 óbitos por ano de crianças bragantinas com idade entre 1 e 9 anos, no período de 1992 a 1994. Da população com idade entre 10 e 19 anos, casos de tumores malignos e homicídios (estes incidindo especificamente na faixa etária de 15 a 19 anos) registraram-se com média de uma ocorrência anual.

Da saúde bucal, amostragens tomadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade São Francisco em abril de 1995 indicavam que, de 120 pacientes examinados na faixa etária de 10 a 19 anos, foram encontradas 808 cáries, registradas 118 ocorrências de dentes perdidos e 316 de obturações. Em crianças de até 7 anos, o índice de cáries, extrações e obturações - CEO - foi de 6,2; na faixa etária de 10 a 14 anos o índice de CPO (cáries, dentes perdidos, obturações) foi de 9,05, elevando-se para 11,65 nos pacientes com idade entre 15 e 19 anos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

5.2.4 - PROMOÇÃO SOCIAL

No que diz respeito ao trabalho de instituições com atuação específica na área de assistência e promoção da criança e do adolescente, a estrutura existente em Bragança Paulista nos dias de hoje se compõe de:

- *Serviços de apoio:*
 - Grupo Técnico do Poder Judiciário (assistentes sociais e psicólogos) que trata, com atuação fundamental no atendimento de menores infratores;
 - Pastoral da Criança, instituída e supervisionada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, composta de voluntários que desenvolvem, através de visitas domiciliares, trabalho na área de prevenção da mortalidade infantil (ver outras atividades)...
 - Casa do Caminho: atua sobretudo no encaminhamento de crianças e adolescentes a instituições.
- *Serviços de acolhimento* prestado por instituições de atuação na área de assistência à criança e ao adolescente: Comunidade Sorriso, Serviço Assistencial Médico-Alimentar (SAMA), Preventório Imaculada Conceição e Creches Colibri.
- *Serviços de encaminhamento para o trabalho:* Associação Companheiros do Menor (COMENOR) e Guarda Mirim Municipal.
- *Serviços gratuitos de formação profissionalizante (cursos):* SENAI e Promoção Social do Município.

Estes últimos habitualmente não têm limite de idade máxima, tratando-se de oferta para participação de adolescentes e adultos.

Nas quatro instituições de acolhimento existiam em outubro do corrente ano cerca de 428 crianças e adolescentes, em diferentes faixas etárias:

- apenas uma entidade mantinha atendimento para crianças de 0 a 2 anos;
- duas delas tinham clientela com idade inicial de 4 anos e idade máxima de 14; destas, uma tinha como idade limite para meninas 14 anos e para meninos 10 anos;
- uma vinha atendendo à faixa etária de 7 a 12 anos.

Habitualmente, a própria instituição se incumbem de encaminhar essa clientela para o sistema de ensino, ficando, assim, assegurado o controle na participação pelo menos no ensino fundamental, pelo menos daqueles em idade própria para tal.

As instituições assistenciais, invariavelmente, sofrem dificuldades financeiras, notadamente no caso de Bragança Paulista, onde a inexistência do Conselho Municipal de Assistência Social - reclamada pelo Legislativo através do vereador José Jozefran Berto Freire, mas não atendida pelo Executivo - assim como o não funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente representam ameaça de paralisação no recebimento de recursos dos governos do Estado e da União.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Nem sempre as condições da entidade permitem a prestação do serviço de acolhimento àqueles que atingem a idade limite e, depois dos 14 anos, resta ao adolescente que não tem família buscar, através da Comenor, da Guarda Mirim ou dos serviços de apoio, ajuda para ingressar nos cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho. Entretanto, no caso do trabalho, ele vai enfrentar lista de espera e acirrada concorrência.

A Guarda Mirim Municipal tinha, recentemente, um total de 195 adolescentes (com idade entre 12 e 18 anos, colocados por ela no mercado de trabalho, o que correspondia a apenas e tão-somente 7,22% do total de inscritos que aguardavam vagas (2.700).

O dado em referência é ilustrativo tanto da disputa a que se submete o adolescente bragantino, de forma geral e não apenas aquele assistido por entidades, para conseguir um emprego quanto para reafirmar que na adolescência existe não apenas o interesse pela colocação no mercado de trabalho, mas - acima de tudo - a necessidade de que isso aconteça.

5.2.4 - CONCLUSÕES E PROPOSTAS DA COMISSÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

Os dados expostos são sumários e sobre eles cabem não apenas reflexões e contra-posições, mas a preocupação dos poderes constituídos e da sociedade, em caráter permanente, na realização de trabalhos que permitam-lhes o conhecimento mais próximo quanto possível da realidade da criança e do adolescente em Bragança Paulista.

Sobretudo em função do tempo - e das dificuldades existentes para a obtenção de estatísticas e levantamentos nas mais diversas áreas de atividades - a comissão, infelizmente, não conseguiu realizar, como era de sua vontade, pesquisas de campo a respeito das condições gerais de vida dessa parcela da comunidade.

Merecem tratamento especial nos próximos estudos dentro dessa área:

- *Levantamento objetivo das condições de vida da criança e do adolescente nos chamados bolsões de pobreza:* o Comitê local de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, em pesquisa levada a efeito no Jardim Santa Lúcia, verificou que, de 58 crianças de 0 a 6 anos, 10 estavam em creches e 3 em escolas de educação infantil; das 42 com idade de 6 até 12 anos, apenas 50% estava estudando e, do total de 14 adolescentes pesquisados, 3 estudavam e 7 trabalhavam.
- *Pesquisa de campo para apurar a condição de vida de menores que oferecem serviços de guarda de carros nas feiras-livres da cidade.*
- *Incidência e natureza de atos infracionais praticados por menores de 18 anos.*

Crianças que não são encaminhadas para o sistema de educação infantil e, em alguns casos, nem mesmo para os demais níveis de ensino, adolescentes que têm no trabalho - e não no estudo - a sua atividade principal, mortalidade infantil em taxas elevadas, instituições assistenciais com capacidade de vagas esgotada, situações (como as três destacadas acima) passíveis de pesquisas e ações especiais, sistema de ensino com altos índices de evasão e repetência - são problemas que vêm fazendo parte, sim, do perfil da cidade e da realidade de sua população infantil e adolescente.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Como proposta básica, a comissão aponta o **funcionamento imediato dos Conselhos Municipal e Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente**, já que todas as demais ações necessárias estão relacionadas direta ou indiretamente a essa medida. Trata-se, aqui não de vontade do legislador ou do Chefe do Poder Executivo, mas do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina o envolvimento da sociedade em tudo o que diz respeito a essa parcela da população.

Em termos complementares, para ações dos mencionados conselhos e do poder público:

- recenseamento de âmbito local;
- implantação e manutenção de centrais informalizadas de cadastros, com bancos de dados que possibilitem, a qualquer tempo, a obtenção do perfil geral da criança e do adolescente bragantino, de listas de espera e da clientela atendida nas áreas de saúde, educação, assistência social, cursos profissionalizantes e procura de colocação no mercado de trabalho;
- implantação de programas específicos de combate à evasão e à reprovação escolar;
- criação e funcionamento do Comitê de Mortalidade Materno-Infantil e da Casa da Gestante, como organismos para redução da taxa de mortalidade infantil.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

APÊNDICE DE TABELAS

TABELAS DO GRUPO 1 - DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO REALIZADO PELA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE - RESULTADOS DO UNIVERSO DE CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DOS DOMICÍLIOS. ANO: 1991.

1.1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE

| FAIXA ETÁRIA | Nº HABITANTES |
|--------------------|---------------|
| 0 a 4 anos | 9.627 |
| 5 a 9 anos | 10.595 |
| 10 a 14 anos | 10.649 |
| 15 a 19 anos | 9.535 |
| SUB-TOTAL | 40.406 |
| 20 a 24 anos | 8.819 |
| 25 a 29 anos | 8.647 |
| 30 a 34 anos | 8.232 |
| 35 a 39 anos | 6.950 |
| 40 a 44 anos | 6.033 |
| 45 a 49 anos | 4.472 |
| 50 a 54 anos | 3.904 |
| 55 a 59 anos | 3.446 |
| SUB-TOTAL | 50.503 |
| 60 a 64 anos | 3.100 |
| 65 a 69 anos | 2.299 |
| 70 a 74 anos | 1.556 |
| 75 a 79 anos | 1.076 |
| mais de 80 | 934 |
| SUB-TOTAL | 8.965 |
| TOTAL GERAL | 99.874 |

1.2 - DOMICÍLIOS: INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

| INDICADOR | NÚMERO DE DOMICÍLIOS |
|-------------------------------------|----------------------|
| REDE GERAL | 17.225 |
| FOSSA SÉPTICA LIGADA A REDE PLUVIAL | 306 |
| FOSSA SÉPTICA SEM ESCOADOURO | 1.047 |
| FOSSA RUDIMENTAR | 4.785 |
| VALA | 100 |
| OUTROS | 108 |
| NÃO SABE | 20 |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

1.3 - DOMICÍLIOS: ABASTECIMENTO DE ÁGUA

| INDICADOR | NÚMERO DE DOMICÍLIOS |
|--|----------------------|
| COM CANALIZAÇÃO INTERNA - REDE GERAL | 20.107 |
| COM CANALIZAÇÃO INTERNA - POÇO OU NASCENTE | 4.099 |
| COM CANALIZAÇÃO INTERNA - OUTRA FORMA | 163 |
| SEM CANALIZAÇÃO INTERNA - REDE GERAL | 144 |
| SEM CANALIZAÇÃO INTERNA - POÇO OU NASCENTE | 615 |
| SEM CANALIZAÇÃO INTERNA - OUTRA FORMA | 84 |

1.4 - DOMICÍLIOS: DESTINO DO LIXO

| INDICADOR | NÚMERO DE DOMICÍLIOS |
|--------------------------|----------------------|
| COLETADO | 21.395 |
| QUEIMADO | 1.865 |
| ENTERRADO | 842 |
| JOGADO EM TERRENO BALDIO | 982 |
| JOGADO EM RIOS, LAGOS | 80 |
| OUTRO | 48 |

1.5 - NÍVEL DE RENDA DA POPULAÇÃO (ACRESCIDA COLUNA REFERENTE A 1980, DA MESMA FONTE)

| NÍVEL DE RENDA | 1980 | | 1991 |
|----------------------|---------------|-------------------|------------------|
| | PESSOAS | CHEFES DE FAMÍLIA | PROJEÇÃO PESSOAS |
| ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO | 13.329 | 3.503 | 12.469 |
| DE 1 A 2 | 13.662 | 6.486 | 25.825 |
| DE 2 A 3 | 4.870 | 4.549 | 18.734 |
| DE 3 A 5 | 4.313 | 3.863 | 15.299 |
| DE 5 A 10 | 2.683 | 3.559 | 13.940 |
| DE 10 A 20 | 1.056 | 1.734 | 6.743 |
| MAIS DE 20 | 408 | 786 | 3.229 |
| SUB-TOTAL | 40.321 | 24.480 | 96.230 |
| SEM RENDIMENTO | 24.549 | 691 | 2.796 |
| SEM DECLARAÇÃO | 162 | 41 | 201 |
| TOTAL GERAL | 65.032 | 25.212 | 99.227 |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELA DO GRUPO 2 - VOLUME DE CAPTAÇÃO DA POUPANÇA

2.1 - CAPTAÇÃO DA POUPANÇA DOS ANOS DE 1993, 1994 e 1995.

| MÊS | 1993 US\$ | 1994 US\$ | 1995 US\$ |
|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| JANEIRO | 14.532.734 | 19.580.117 | 28.557.635 |
| FEVEREIRO | 15.123.246 | 18.974.167 | 28.420.528 |
| MARÇO | 15.522.669 | 19.048.908 | 30.439.277 |
| ABRIL | 15.254.729 | 19.343.756 | 31.497.059 |
| MAIO | 15.746.860 | 20.381.789 | 34.098.390 |
| JUNHO | 15.932.195 | 22.276.612 | 35.498.631 |
| JULHO | 16.054.817 | 27.730.780 | 35.509.824 |
| AGOSTO | 16.339.696 | 29.689.169 | 36.267.494 |
| SETEMBRO | 16.163.025 | 30.991.958 | 36.050.155 |
| OUTUBRO | 16.533.404 | 31.758.520 | 35.654.074 |
| NOVEMBRO | 17.024.039 | 32.451.836 | 36.036.476 |
| DEZEMBRO | 18.286.276 | 27.906.058 | 27.508.675 |
| TOTAL | 192.513.690 | 300.133.670 | 395.538.218 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

TABELAS DO GRUPO 3 - INDICADORES DO SETOR PRIMÁRIO

3.1 - VOLUME DE CRÉDITO RURAL

| ANO | AGRICULTURA R\$ | PECUÁRIA R\$ |
|------|-----------------|--------------|
| 1985 | 1.214.503,82 | 516.481,46 |
| 1989 | 510.016,68 | 159.200,07 |
| 1990 | 553.818,56 | 173.273,07 |
| 1991 | 372.053,68 | 241.228,30 |
| 1992 | 819.717,00 | 502.933,00 |
| 1993 | 889.973,00 | 742.156,00 |

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.
(Valores convertidos em Real pela Assessoria Financeira da Câmara Municipal).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

3.2 - ESTIMATIVAS DE SAFRAS E PRODUÇÕES DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA

| PRODUTO | 1983 | | 1994 | |
|--------------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------|-----------------------------|
| | Ha. Em produção | Expectativa de produção | Ha. Em produção | Expectativa de produção |
| ARROZ EM CASCA | 500 | 12.500 sc. 60 kg | 60 | 1.500 sc. 60 kg |
| BATATA (das águas e das secas) | 330 | 102.900 sc. 60 kg | 300 | 105.000 sc. 50 kg |
| FEIJÃO (das águas e das secas) | 2.600 | 48.700 sc. 60 kg | 600 | 9.000 sc. 60 kg |
| MILHO EM GRÃO | 8.240 | 494.400 sc. 60 kg | 3.600 | 252.000 sc. 60 kg |
| FRUTOS | Pés em produção | Expectativa produção | Pés em produção | Expectativa produção |
| Abacate | 8.000 | 40.000 cx/colh. | 10.000 | 50.000 cx/colh. |
| Café beneficiado | 3.000.000 | 36.000 sc. 60 kg | 1.400.000 | 18.200 sc. 60 kg |
| Laranja | 45.000 | 90.000 cx./colh. | 45.000 | 90.000 sx. 60 kg |
| Limão | 32.000 | 48.000 cx./colh. | 30.000 | 45.000 cx./colh. |
| Poncã | 23.000 | 46.000 cx./colh. | 20.000 | 40.000 cx. colh. |
| FLORESTAIS | Ha em produção | | Ha em produção | |
| Eucalipto | 4.300 | | 3.900 | |
| Pinus | 178 | | 200 | |
| Mata natural | 1.000 | | 560 | |
| ESPÉCIE | 1983 | 1994 | | |
| BOVINOCULTURA | | | | |
| ÁREA DE PASTAGEM NATURAL | 17.073 ha. | 15.000 ha. | | |
| ÁREA DE PASTAGEM CULTIVADA | 10.000 ha. | 12.000 ha. | | |
| TOTAL DE ÁREAS DE PASTAGENS | 27.073 | 27.000 | | |
| NÚMERO DE BOVINOS PARA CORTE | 27.000 cab. | 20.000 cab. | | |
| NÚMERO DE BOVINOS PARA LEITE | 10.000 cab. | 7.000 cab. | | |
| BOVINO MISTO | | 7.000 cab. | | |
| BOVINOS ENCAMINHADOS AO ABATE | 15.000 cab. | 10.000 cab. | | |
| LEITE TIPO B (Produção) | 10.000.000 litros/ano | 4.626.000 litros/ano | | |
| LEITE TIPO C (Produção) | 11.000.000 litros/ano | 1.506.000 litros/ano | | |
| AVICULTURA | | | | |
| AVES PARA CORTE (EXCLUI PERUS) | 187.000 cab. | 55.000 cab. | | |
| AVES DE GRANJA PARA OVOS | 44.000 cab. | 11.000 cab. | | |
| AVES ENCAMINHADAS AO ABATE | 220.000 cab. | 110.000 cab. | | |
| SUINOCULTURA | 1983 | 1995 (*) | | |
| TOTAL ANIMAIS | 70.000 cab. | 52.910 cab. | | |

Fonte: Delegacia Regional Agrícola de Bragança Paulista . (*) 1995: Associação dos Suinocultores de Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELAS DO GRUPO 4 - INDICADORES INDUSTRIAIS

4.1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR GÊNERO DE ATIVIDADE - 1985

| GÊNERO DE ATIVIDADE | Nº DE ESTABELECIMENTOS |
|--|------------------------|
| EXTRAÇÃO DE MINERAIS | 07 |
| TRANSFORMAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS | 113 |
| METALURGIA | 18 |
| MECÂNICA | 09 |
| MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES | 06 |
| MATERIAL DE TRANSPORTE | 05 |
| MADEIRA | 13 |
| MOBILIÁRIO | 06 |
| PAPEL E PAPELÃO | 01 |
| BORRACHA | 05 |
| COURO, PELES, ETC. | 02 |
| QUÍMICA | 01 |
| PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS | 02 |
| PERFUMARIA, SABÕES E VELAS | 01 |
| PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS | 03 |
| TÊXTIL | 08 |
| VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS | 47 |
| PRODUTOS ALIMENTARES | 34 |
| BEBIDAS | 03 |
| EDITORAL E GRÁFICA | 10 |
| DIVERSAS | 09 |
| TOTAL | 303 |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

TABELAS 4.2 - DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS, ESTATÍSTICAS E ANÁLISES (DEPEA) DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP - ANO DE REFERÊNCIA: 1990

4.2.1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR SETOR DE ATIVIDADES

| SETOR DE ATIVIDADES | Nº ESTABELECIMENTOS |
|--------------------------------|---------------------|
| INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | 590 |
| INDÚSTRIA EXTRATIVA | 39 |
| INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO | 16 |
| INDÚSTRIA DE UTILIDADE PÚBLICA | 03 |
| TOTAL | 648 |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

4.2.2 - NÚMERO DE EMPREGOS INDUSTRIAIS POR SETOR DE ATIVIDADES

| SETORES DE ATIVIDADES | Nº DE EMPREGOS INDUSTRIAIS |
|--------------------------------|----------------------------|
| INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | 5964 |
| INDÚSTRIA EXTRATIVA | 234 |
| INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO | 64 |
| INDÚSTRIA DE UTILIDADE PÚBLICA | 398 |
| TOTAL | 6660 |

4.2.3 - PORTE DAS EMPRESAS

| PORTE | ESTABELECIMENTOS | NÚMERO DE EMPREGOS |
|---------------------------------------|------------------|--------------------|
| MICRO-EMPRESA (ATÉ 9 EMPREGOS) | 560 | 601 |
| PEQUENA EMPRESA (DE 10 A 99 EMPREGOS) | 74 | 2429 |
| MÉDIA EMPRESA (100 A 499 EMPREGOS) | 14 | 3630 |
| GRANDE EMPRESA (500 OU MAIS EMPREGOS) | --- | --- |

4.2.4 - GÊNEROS DE ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS

| GÊNERO DE ATIVIDADE | Nº DE ESTABELECIMENTOS | NÚMERO DE EMPREGOS |
|---|------------------------|--------------------|
| PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS | 217 | 244 |
| METALURGIA | 49 | 315 |
| MECÂNICA | 26 | 430 |
| MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES | 18 | 726 |
| MATERIAL DE TRANSPORTE | 07 | 455 |
| MADEIRA | 22 | 130 |
| MOBILIÁRIO | 20 | 128 |
| PAPEL, PAPELÃO E CELULOSE | 01 | 423 |
| BORRACHA | 06 | 38 |
| COUROS, PELES E ASSEMELHADOS | 02 | 03 |
| QUÍMICA | 04 | 02 |
| PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS | 03 | 124 |
| PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS | 03 | 214 |
| TÊXTIL | 09 | 646 |
| VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS E VIAGEM | 129 | 1545 |
| PRODUTOS ALIMENTARES | 34 | 286 |
| BEBIDAS | 03 | 04 |
| FUMO | 03 | -- |
| EDITORIAL E GRÁFICA | 13 | 73 |
| DIVERSAS | 22 | 178 |
| TOTAL | | |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELAS DO GRUPO 5 - OUTROS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

5.1 - OCUPAÇÃO DE PESSOAL POR SETOR - 1980-1993

| ANO | INDÚSTRIA | COMÉRCIO | SERVIÇOS |
|------|-----------|----------|----------|
| 1980 | 6.146 | 2.669 | ----- |
| 1985 | 6.076 | 2.313 | 4.939 |
| 1988 | 10.385 | 3.076 | 5.853 |
| 1989 | 10.376 | 3.286 | 6.359 |
| 1990 | 10.258 | 3.442 | 6.526 |
| 1992 | 8.557 | 3.288 | 8.054 |
| 1993 | 6.240 | 3.312 | 8.188 |

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

5.2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE - NÚMERO DE CONSUMIDORES 1980-1993

| ANO | RESIDENCIAL | INDUSTRIAL | COMÉRCIO, SERVIÇOS, OUTRAS | RURAL | TOTAL GERAL MWh |
|------|-------------|------------|----------------------------------|-------|-----------------------|
| 1980 | 12.935 | 265 | 1.580 | 777 | 15.557 |
| 1985 | 17.735 | 268 | 1.716 | 1.162 | 20.881 |
| 1988 | 20.998 | 327 | 1.911 | 1.310 | 24.546 |
| 1989 | 21.828 | 403 | 1.995 | 1.145 | 25.371 |
| 1990 | 22.862 | 435 | 2.089 | 1.170 | 26.556 |
| 1991 | 23.945 | 481 | 2.149 | 1.206 | 27.781 |
| 1992 | 25.040 | 511 | 2.242 | 1.260 | 29.053 |
| 1993 | 24.520 | 519 | 2.266 | 992 | 28.297 |

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

TABELA 5.3 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE - QUANTIDADE EM MWh 1980-1993

| ANO | RESIDENCIAL | INDUSTRIAL | COMÉRCIO, SERVIÇOS, OUTRAS | RURAL | TOTAL MWh |
|------|-------------|------------|----------------------------------|--------|-----------|
| 1980 | 21.069 | 98.868 | 8.722 | 6.073 | 134.732 |
| 1985 | 29.141 | 116.402 | 10.404 | 8.461 | 164.408 |
| 1988 | 35.788 | 122.473 | 12.346 | 10.151 | 180.758 |
| 1989 | 40.882 | 165.503 | 13.142 | 10.571 | 230.098 |
| 1990 | 46.011 | 151.641 | 13.961 | 11.319 | 222.932 |
| 1991 | 50.840 | 111.158 | 15.216 | 12.092 | 189.306 |
| 1992 | 53.223 | 123.046 | 16.608 | 13.169 | 206.046 |
| 1993 | 52.874 | 122.067 | 17.470 | 11.705 | 204.116 |

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

5.4 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE - NÚMERO DE CONSUMIDORES AMOSTRAGENS MENSASIS 1993, 1994 e 1995

| MÊS-ANO | RESIDENCIAL | INDUSTRIAL | COMÉRCIAL | RURAL | OUTROS | TOTAL |
|-------------|-------------|------------|-----------|-------|--------|--------|
| agosto 1993 | 24.141 | 499 | 2.222 | 988 | 167 | 28.017 |
| agosto 1994 | 25.251 | 521 | 2.302 | 1.034 | 89 | 29.197 |
| julho 1995 | 26.193 | 553 | 2.481 | 1.041 | 174 | 30.442 |

Fonte: Empresa Elétrica Bragantina S.A.

5.5 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE - CONSUMO EM Mwh AMOSTRAGENS MENSASIS 1993, 1994 e 1995

| MÊS-ANO | RESIDENCIAL | INDUSTRIAL | COMÉRCIO | RURAL | OUTROS |
|-------------|-------------|------------|----------|-------|--------|
| agosto 1993 | 4.455 | 10.469 | 1.415 | 1.043 | 757 |
| agosto 1994 | 4.746 | 12.567 | 1.526 | 1.044 | 735 |
| julho 1995 | 5.194 | 12.141 | 1.755 | 1.078 | 837 |

Fonte: Empresa Elétrica Bragantina S.A.

5.6 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE - CONSUMO EM MWh - CAMPINAS

| ANO | RESIDENCIAL | INDUSTRIAL | COMÉRCIO, SERVIÇOS, OUTRAS ATIVIDADES | RURAL | OUTROS | TOTAL |
|------|-------------|------------|---------------------------------------|--------|---------|-----------|
| 1990 | 523.420 | 553.275 | 280.693 | 20.208 | 205.856 | 1.583.452 |
| 1991 | 564.516 | 570.417 | 301.687 | 21.724 | 212.898 | 1.671.242 |
| 1992 | 582.108 | 547.761 | 314.670 | 21.008 | 226.634 | 1.692.181 |
| 1993 | 598.588 | 550.696 | 332.101 | 21.236 | 230.398 | 1.733.020 |
| 1994 | 622.643 | 572.140 | 351.360 | 21.042 | 235.996 | 1.803.181 |

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

5.7 - EMPRESAS ABERTAS, POR SETOR DE ATIVIDADE

| Abertura | Comércio | Indústria | Transportes | Outras Atividades | Agricultura | Pecuária | Auxiliares | TOTAL | Micro-Empresas |
|----------|----------|-----------|-------------|-------------------|-------------|----------|------------|-------|----------------|
| 1989 | 326 | 119 | 16 | 17 | 0 | 4 | 0 | 482 | 400 |
| 1990 | 339 | 139 | 118 | 29 | 0 | 2 | 0 | 627 | 425 |
| 1991 | 403 | 91 | 06 | 25 | 1 | 1 | 3 | 530 | 444 |
| 1992 | 279 | 69 | 01 | 13 | 0 | 0 | 4 | 366 | 293 |
| 1993 | 299 | 70 | 01 | 18 | 0 | 1 | 5 | 394 | 315 |
| 1994 | 285 | 68 | 02 | 18 | 0 | 0 | 2 | 375 | 300 |
| 1995 | 315 | 78 | 01 | 05 | 0 | 2 | 3 | 404 | 308 |
| 1996 | 41 | 06 | 01 | 03 | 0 | 0 | 1 | 52 | 45 |
| TOTAL | 2287 | 640 | 146 | 128 | 1 | 10 | 18 | 3230 | 2530 |

Compilação de dados: Departamento Legislativo da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista.

Fonte primária da informação: Posto Fiscal de Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

5.8 - EMPRESAS EM ATIVIDADE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO DA RESPECTIVA ABERTURA

| Abertura | Comércio | Indústria | Transporte | Outras Atividades | Agricultura | Pecuária | Auxiliares |
|----------|----------|-----------|------------|-------------------|-------------|----------|------------|
| 1990 | 248 | 92 | 53 | 18 | 0 | 2 | 0 |
| 1991 | 311 | 54 | 04 | 20 | 1 | 0 | 3 |
| 1992 | 259 | 67 | 01 | 12 | 0 | 0 | 4 |
| 1993 | 295 | 69 | 01 | 16 | 0 | 1 | 5 |
| 1994 | 203 | - | - | - | - | - | - |

Compilação de dados: Departamento Legislativo da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista. Fonte primária da informação: Posto Fiscal de Bragança Paulista.

TABELA DO GRUPO 6 - ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

6.1 - IMPOSTOS (US\$)

| ANO | IPTU | ISSQN | IVVC | ITBI | ICMS | FPM | IPVA |
|------|--------------|--------------|------------|------------|---------------|--------------|--------------|
| 1991 | 1,967,124.16 | 651,010.39 | 277,815.93 | 205,641.21 | 5,184,411.30 | 2,449,288.55 | 724,921.08 |
| 1992 | 1,683,695.06 | 4,90,801.21 | 223,871.08 | 189,172.39 | 4,197,051.11 | 2,064,744.01 | 354,858.92 |
| 1993 | 1,260,815.81 | 458,871.11 | 299,243.48 | 173,727.04 | 4,432,281.86 | 2,240,134.63 | 408,128.84 |
| 1994 | 1,059,191.95 | 1,057,023.76 | 375,217.50 | 212,163.37 | 6,099,372.65 | 3,093,812.97 | 433,347.93 |
| 1995 | 4,231,208.54 | 1,700,292.37 | 291,528.76 | 437,900.96 | 10,006,611.70 | 4,693,696.45 | 1,738,758.82 |

Fonte: Assessoria Financeira da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

6.2 - OUTRAS FONTES DE RECEITA (US\$)

| ANO | TAXAS | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | RECEITA PATRIMONIAL | OUTRAS RECEITAS |
|------|--------------|--------------------------|---------------------|-----------------|
| 1991 | 565,407.14 | 729,092.34 | 2,267,436.43 | 1,719,758.60 |
| 1992 | 929,197.66 | 250,118.19 | 4,118,567.38 | 1,703,791.21 |
| 1993 | 719,987.01 | 18,011.74 | 3,325,007.50 | 1,320,153.31 |
| 1994 | 620,122.03 | 22,256.39 | 2,680,480.93 | 2,431,979.10 |
| 1995 | 2,410,378.89 | 428,671.55 | 366,994.19 | 5,291,869.68 |

Fonte: Assessoria Financeira da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

6.3 - RECEITA TOTAL

| ANO | RECEITA TOTAL (US\$) |
|------|----------------------|
| 1991 | 16,741,907.11 |
| 1992 | 16,205,868.23 |
| 1993 | 14,656,362.33 |
| 1994 | 18,084,968.54 |
| 1995 | 31,597,911.94 |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELAS DO GRUPO 7 - DADOS SOBRE NÍVEIS DE ESCOLARIDADE APURADOS PELA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 1991 - RESULTADOS DO UNIVERSO RELATIVOS ÀS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DOS DOMICÍLIOS; NÚMERO 21 - SÃO PAULO.

7.1 - CONDIÇÃO DE ESTUDOS DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS PERMANENTES DE BRAGANÇA PAULISTA

| TEMPO DE ESTUDO | NÚMERO DE CHEFES DE FAMÍLIA |
|---|-----------------------------|
| Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo | 3716 |
| De 1 a 3 anos de estudo | 5428 |
| De 4 a 7 anos de estudo | 9057 |
| De 8 a 10 anos de estudo | 2246 |
| De 11 a 14 anos de estudo | 2699 |
| 15 ou mais anos de estudos | 2066 |
| Total de domicílios | 25212 |

7.2 - INDICAÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO POR IDADE

| IDADE | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO ALFABETIZADA |
|-----------------|-----------------|------------------------|
| 5 anos | 2017 | 113 |
| 6 anos | 2050 | 424 |
| 7 anos | 2063 | 1364 |
| 8 anos | 2192 | 1903 |
| 9 anos | 2273 | 2120 |
| 10 anos | 2296 | 2181 |
| 11 anos | 2152 | 2061 |
| 12 anos | 2110 | 2023 |
| 13 anos | 2063 | 1990 |
| 14 anos | 2028 | 1959 |
| 15-19 anos | 9535 | 9214 |
| 20-24 anos | 8819 | 8473 |
| 25-29 anos | 8647 | 8287 |
| 30-34 anos | 8232 | 7796 |
| 35-39 anos | 6950 | 6430 |
| 40-49 anos | 10505 | 9160 |
| 50-59 anos | 7350 | 5635 |
| 60 anos ou mais | 8965 | 5799 |
| TOTAL | 90247 | 76932 |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELAS DO GRUPO 8 - EDUCAÇÃO INFANTIL

8.1 - VOLUME DE MATRÍCULA

| ANO | REDE ESTADUAL | REDE MUNICIPAL | REDE PRIVADA | TOTAL |
|------|---------------|----------------|--------------|-------|
| 1990 | 214 | 1748 | 1165 | 3127 |
| 1991 | - | 2006 | 1212 | 3218 |
| 1992 | - | 2188 | 1136 | 3324 |
| 1993 | - | 2687 | 1193 | 3880 |
| 1995 | - | 3109 | 1624 | 4733 |

Fonte: 1990-1993: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; 1995: Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fontes primárias das informações: a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista e escolas particulares com atuação nesse nível de ensino.

8.2 - ASSENTOS DE NASCIMENTO - NASCIDOS VIVOS - PAIS COM RESIDÊNCIA EM BRAGANÇA PAULISTA NO ATO DE LAVRATURA DO REGISTRO.

| ANO | ASSENTOS DE NASCIMENTO |
|-----------|------------------------|
| 1990 | 2.071 |
| 1991 | 2.164 |
| 1992 | 2.235 |
| 1993 | 2.129 |
| 1994 | 2.340 |
| MÉDIA-ANO | 2.188 |

Compilação de dados: vereador Paulo Miguel Zenorini, Presidente da Comissão de Estudos da Criança e do Adolescente e Relator da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos. Fonte primária das informações: Cartório de Registro Civil de Bragança Paulista.

8.3 - ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - EMEIs:

| INDICADOR | ANO | | | |
|--|------|------|------|------|
| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
| NUMERO DE CLASSES | 141 | 151 | 181 | 193 |
| CAPACIDADE DE VAGAS | 3142 | 3329 | - | 4452 |
| CLASSES ESPECIAIS (PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA) | 02 | 02 | 02 | 02 |

Fonte: Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista, em revista publicada a respeito das atividades da Administração Municipal - gestão 1993-1996.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

8.4 - ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - EMEIs - CAPACIDADE DE VAGAS, COMPARATIVO 1993-1996 (julho)

| EMEI | CAPACIDADE TOTAL | |
|---|------------------|------------------|
| | 1993 | 1996 |
| 1. AUGUSTO VASCONCELLOS | 290 | 286 |
| 2. - JARDIM ANCHIETA | 50 | 44 |
| 3. PROFESSORA ALBA D'APARECIDA KLEIN | 195 | 186 |
| 4. - PROFESSORA ALBINA FANTINI | 50 | 50 |
| 5. PROFESSORA ANTONIETTA DE OLIVEIRA LISA | 150 | 210 |
| 6. - JULIO DE MESQUITA | 40 | 40 |
| 7. PADRE ALDO BOLINI | 108 | 180 |
| 8. - SCYLA MÉDICI | 80 | 72 |
| 9. COMUNIDADE SORRISO | 362 | 340 |
| 10. PROFESSORA MARISA FILOMENA DO AMARAL | 300 | 300 |
| 11. - CASA DE JESUS | 40 | 80 |
| 12. - VILA BIANCHI (SESI 012) | 25 | 25 |
| 13. PROF. FERNANDO DA SILVA LEME (Com creche) | 330 | 390 |
| 14. - SANTA LUZIA | 80 | 80 |
| 15. PROFESSORA MARIA LÚCIA C. DE CAMARGO SERRALVO (C/ creche) | NÃO HAVIA | 270 |
| 16. - VILA MOTTA - SESI 364 | 100 | 100 |
| 17. PROF. DR. NELSON CARROZZO | 150 | 150 |
| 18. - JARDIM IGUATÊMI | 25 | 25 |
| 19. HENEDINA RODRIGUES CORTEZ - UNIDADE I | 300 | 300 |
| 20. HENEDINA RODRIGUES CORTEZ - UNIDADE II (Com creche) | 226 | 200 |
| 21. ANTÔNIO JOSÉ DA FONSECA (Com creche) | NÃO HAVIA | 282 |
| 22. PENHA (Com creche) | 80 | 100 |
| 23. - TORÓ I | 50 | 50 |
| 24. - TORÓ II (Com creche) | NÃO HAVIA | 82 |
| 25. SANTA LUCIA (Com creche) | 50 | 150 |
| 26. CONJUNTO HABITACIONAL SAADA NÁDER ABI CHEDID (Com creche) | NÃO HAVIA | 306 |
| 27. PROFESSORA CÉLIA MARIA DOS SANTOS ROSSI LOPES | 100 | 100 |
| 28. - ARARAS DOS MORI | NÃO HAVIA | 25 |
| 29. - ARARAS DOS PEREIRA | NÃO HAVIA | 20 |
| 30. - CURITIBANOS | NÃO HAVIA | 18 |
| 31. - MORRO GRANDE DA BOA VISTA (PISTA) | NÃO HAVIA | 25 |
| 32. - MORRO GRANDE DA BOA VISTA (VENDA) | NÃO HAVIA | 25 |
| 33. - GUARIPOCABA DOS SOUZA | NÃO HAVIA | 25 |
| 34. BOA VISTA DOS BUOSO | NÃO HAVIA | recém-inaugurada |
| 35. - ÁGUA COMPRIDA | 22 | 20 |
| 36. - MÃE DOS HOMENS | NÃO HAVIA | 25 |
| 37. EMEI MARIA IGNEA MORALES GARCIA (com creche) (*) | NÃO HAVIA | recém-inaugurada |
| 38. - INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL - ISE | 294 | 00 |
| 39. - EMEI SANTA RITA | 250 | EMPG |
| TOTAL | 3747 | 4581 |

Fonte: Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista: Relatório anual de atividades do Departamento de Educação referente a 1993 (fl. 465 dos autos da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos) e Resposta ao Pedido de Informações 10/96, em março do corrente ano. (*) Escola Municipal de Primeiro Grau. -



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

8.4 - ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - EMEIs - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DE VAGAS, COMPARATIVO 1993-1996 (julho)

| EMEI | CONDIÇÃO OCUPAÇÃO DE VAGAS | | |
|--|----------------------------|--------|-----------------------|
| | 1993 | | 1996 (ABRIL) |
| | VAGAS | ESPERA | VAGAS |
| AUGUSTO VASCONCELLOS | 12 | 00 | 14 |
| - JARDIM ANCHIETA | 00 | 19 | 00 |
| PROFESSORA ALBA D'APARECIDA KLEIN | 00 | 139 | 00 |
| - PROFESSORA ALBINA FANTINI | 04 | 30 | 05 |
| PROFESSORA ANTONIETTA DE OLIVEIRA LISA | 24 | 00 | 30 |
| - JÚLIO DE MESQUITA | 00 | 15 | 00 |
| PADRE ALDO BOLINI | 00 | 00 | 43 |
| - SCYLA MÉDICI | 02 | 00 | 02 |
| COMUNIDADE SORRISO | 00 | 00 | 04 |
| PROFESSORA MARISA FILOMENA DO AMARAL | 00 | 223 | 17 |
| - CASA DE JESUS | 01 | 00 | 01 |
| - VILA BIANCHI (SESI 012) | 00 | 02 | 04 |
| PROF. FERNANDO DA SILVA LEME | 36 | 00 | 83 |
| - SANTA LUZIA | 00 | 35 | 07 |
| PROFESSORA MARIA LÚCIA C. DE C. SERRALVO | 00 | 00 | 29 |
| - VILA MOTTA - SESI 364 | 10 | 00 | 09 |
| PROF. DR. NELSON CARROZZO | 00 | 104 | 01 |
| - JARDIM IGUATEMI | 00 | 14 | 02 |
| HENEDINA RODRIGUES CORTEZ - UNIDADE I | 10 | 00 | 85 |
| HENEDINA RODRIGUES CORTEZ - UNIDADE II | 00 | 88 | 02 |
| ANTÔNIO JOSÉ DA FONSECA | 00 | 00 | 07 |
| PENHA | 05 | 00 | 13 |
| - TORÓ I | 00 | 00 | 07 |
| - TORÓ II | 00 | 00 | 05 |
| SANTA LÚCIA (SAMA) | 16 | 00 | 02 |
| CONJUNTO HABIT. SAADA NADER ABI CHEDID | 00 | 00 | 40 |
| PROFESSORA CÉLIA MARIA DOS S.R. LOPES | 00 | 00 | 00 |
| - ÁGUA COMPRIDA | 02 | 00 | 00 |
| - ARARAS DOS MORI | 00 | 00 | 12 |
| - ARARAS DOS PEREIRA | 00 | 00 | 05 |
| - CURITIBANOS | 00 | 00 | 03 |
| - MORRO GRANDE DA BOA VISTA (PISTA) | 00 | 00 | 04 |
| - MORRO GRANDE DA BOA VISTA (VENDA) | 00 | 00 | 06 |
| - GUARIPOCABA DOS SOUZA | 00 | 00 | 03 |
| - MAE DOS HOMENS | 00 | 00 | 04 |
| - BOA VISTA DOS BUOSO | | | Inaugurada set/96 |
| - EMEI MARIA IGNEA MORALES GARCIA com creche | | | Inaugurada em 30/8/96 |
| - INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL - ISE | 00 | 00 | 00 |
| - EMEI SANTA RITA | 00 | 21 | TRANSF. EMPG |
| TOTAL | 122 | 690 | 449 |

Fonte: Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista, Relatório Anual de Atividades do Departamento de Educação 1993 e resposta ao Pedido de Informações 27/96. CARACTERES VERMELHOS: ESCOLAS QUE NÃO EXISTIAM EM 1993. CARACTERES AZUIS: ESCOLAS QUE DEIXARAM DE INTEGRAR A LISTA DE EMEIS EM 1996.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA****8.5 - ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - EMEIs- : OBRAS EM ANDAMENTO EM ABRIL DE 1996**

| EMEI s EM CONSTRUÇÃO ABRIL DE 1996 | EXPECTATIVA DE TÉRMINO DA OBRA |
|------------------------------------|--------------------------------|
| AGUAS CLARAS | Inaugurada em setembro de 1996 |
| JARDIM SÃO MIGUEL | AGOSTO/96 |
| TORÓ | AGOSTO/96 |
| PLANEJADA II | AGOSTO/96 |
| SANTA LÚCIA UNIDADE II | AGOSTO/96 |

Fonte: Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista.

9 - RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO, POR PROGRAMA DE GOVERNO, 1992-1996.
(REPRESENTAÇÃO EM PORCENTAGENS DO TOTAL DE DESPESAS EMPENHADO PELO MUNICÍPIO NO ANO DE REFERÊNCIA)

| ANO | EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6 ANOS) | ENSINO FUNDAMENTAL (7 A 14 ANOS) | ENSINO SUPLETIVO | ASSIST. A EDUCANDOS (TRANSPORTE DE ALUNOS) | EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA | ENSINO SUPERIOR |
|---------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------|--|------------------------|-----------------|
| 1991 | 3,24% | 14,93% | 0,01% | 0 | 0,04% | 0,64% |
| 1992 | 5,49% | 8,73% | 0,01% | 2,85% | 0,04% | 0,27% |
| 1993 | 5,85% | 9,15% | 0,01% | 2,60% | 0,09% | 0,14% |
| 1994 | 6,29% | 9,51% | 0,10% | 1,14% | 0 | 0,09% |
| 1995 | 7,41% | 8,09% | 0,03% | 1,13% | 0,05% | 0,07% |
| 1996 (ORÇADO) | 6,60% | 10,34% | 0,03% | 0,67% | 0,15% | 0,14% |

Fonte: Assessoria Financeira da Câmara Municipal

TABELAS DO GRUPO 10 - ENSINO FUNDAMENTAL (1o. GRAU - CICLO BÁSICO a 8a. SÉRIE)

10.1 - MATRÍCULA TOTAL DO ENSINO FUNDAMENTAL 1990-1995

| ANO | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA | TOTAL |
|------|--------------|--------------|-------|
| 1990 | 14868 | 3749 | 18617 |
| 1991 | 15865 | 3613 | 19478 |
| 1992 | 17179 | 3550 | 20729 |
| 1993 | 18506 | 3547 | 22053 |
| 1994 | 19463 | 3829 | 23292 |
| 1995 | 19704 | 3950 | 23653 |

Fontes: REDE PÚBLICA: Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista (1990-1995); REDE PRIVADA: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade (1990-1993), Sistema de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação (1994) e Delegacia de Ensino de Bragança Paulista (1995).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

10.2 - VOLUME DE MATRÍCULA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (POR SÉRIE E TOTAL 1990-1996)

| SÉRIE | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | | 1995 | | 1996 | |
|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|
| | ESTADO | ESTADO | ESTADO | ESTADO | ESTADO | MUNICÍPIO | ESTADO | MUNICÍPIO | ESTADO | MUNICÍPIO |
| CBI | 2270 | 2209 | 2373 | 2370 | 2439 | 48 | 2321 | 53 | 2054 | 71 |
| CBC | 3013 | 3061 | 3064 | 3229 | 3050 | - | 3231 | 11 | 2931 | 63 |
| 3a. | 2208 | 2334 | 2505 | 2452 | 2586 | - | 2383 | - | 2346 | 17 |
| 4a. | 1823 | 1986 | 2148 | 2302 | 2230 | - | 2307 | - | 2096 | 0 |
| 5a. | 2156 | 2441 | 2638 | 2975 | 3217 | - | 3111 | - | 2849 | 0 |
| 6a. | 1456 | 1658 | 1969 | 2154 | 2394 | - | 2503 | - | 2257 | 0 |
| 7a. | 1084 | 1259 | 1424 | 1799 | 1990 | - | 2048 | - | 1839 | 0 |
| 8a. | 858 | 917 | 1058 | 1225 | 1509 | - | 1736 | - | 1538 | 0 |
| SUB-TOTAL | 14868 | 15865 | 17179 | 18506 | 19415 | 48 | 19640 | 64 | 17910 | 151 |
| TOTAL | 14868 | 15865 | 17179 | 18506 | 19463 | | 19704 | | 18061 | |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista, com exceção dos dados relativos à rede municipal em 1996, os quais foram concedidos pela Diretoria do Departamento Municipal de Educação ao relator da Comissão de Estudos Sócio-Econômicos em outubro do ano corrente..

10.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DO ALUNADO NA REDE ESTADUAL EM ABRIL DE 1996 - ENSINO FUNDAMENTAL

| CICLO | INDICADOR | INDICADOR | INDICADOR |
|-----------------|-------------|------------|-----------|
| CBI a 4a. série | ZONA URBANA | ZONA RURAL | TOTAL |
| | 7949 | 1478 | 9427 |
| 5a. a 8a. série | DIURNO | NOTURNO | TOTAL |
| | 5490 | 2993 | 8483 |

Fonte: Delegacia de Ensino de Bragança Paulista

10.3 - TRANSFERÊNCIA, EVASÃO, RETENÇÃO - ESCOLAS PÚBLICAS (1990-1995)

| SÉRIE | 1990 | | | 1991 | | | 1992 | | | 1993 | | | 1994 | | | 1995 | | |
|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. |
| CBI | 156 | 184 | 3 | 196 | 172 | 0 | 216 | 148 | 0 | 236 | 211 | 0 | 216 | 161 | 1 | 197 | 177 | 5 |
| CBC | 201 | 209 | 794 | 270 | 230 | 630 | 284 | 233 | 723 | 336 | 241 | 682 | 320 | 166 | 820 | 309 | 219 | 825 |
| 3a. | 135 | 121 | 294 | 168 | 121 | 235 | 228 | 156 | 297 | 222 | 159 | 259 | 237 | 109 | 358 | 173 | 138 | 354 |
| 4a. | 95 | 83 | 203 | 118 | 114 | 168 | 157 | 139 | 228 | 192 | 123 | 167 | 200 | 102 | 254 | 168 | 131 | 270 |
| 5a. | 156 | 411 | 469 | 154 | 457 | 400 | 213 | 479 | 544 | 267 | 547 | 481 | 330 | 507 | 726 | 350 | 588 | 679 |
| 6a. | 74 | 254 | 247 | 131 | 276 | 205 | 140 | 254 | 342 | 179 | 301 | 232 | 226 | 316 | 414 | 221 | 431 | 432 |
| 7a. | 67 | 152 | 152 | 90 | 194 | 122 | 112 | 200 | 179 | 204 | 223 | 157 | 167 | 224 | 272 | 167 | 291 | 276 |
| 8a. | 72 | 81 | 42 | 77 | 112 | 25 | 80 | 91 | 86 | 91 | 99 | 62 | 101 | 146 | 97 | 163 | 222 | 87 |
| TOTAL | 956 | 1495 | 2204 | 1204 | 1676 | 1785 | 1430 | 1700 | 2399 | 1727 | 1904 | 2040 | 1797 | 1731 | 2942 | 1748 | 2197 | 2928 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

10.3 - TRANSFERÊNCIA, EVASÃO, RETENÇÃO - ESCOLAS PARTICULARES (1994-1995)

| SÉRIE | 1994 | | | 1995 | | |
|-------|------|-----|------|------|-----|------|
| | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. |
| CBI | 7 | 0 | 27 | 13 | 0 | 26 |
| CBC | 5 | 0 | 20 | 14 | 0 | 21 |
| 3a. | 6 | 0 | 25 | 19 | 1 | 20 |
| 4a. | 13 | 0 | 20 | 17 | 1 | 21 |
| 5a. | 24 | 0 | 73 | 39 | 3 | 49 |
| 6a. | 29 | 1 | 56 | 27 | 1 | 39 |
| 7a. | 41 | 0 | 52 | 35 | 4 | 25 |
| 8a. | 30 | 0 | 18 | 21 | 4 | 10 |
| TOTAL | 155 | 1 | 291 | 185 | 14 | 211 |

Fontes: 1994: Sistema de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação; 1995: compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista (1995).

10.5 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DO ALUNADO NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA - ENSINO FUNDAMENTAL (1990-1995)

| ANO | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA |
|------|--------------|--------------|
| 1990 | 79,86% | 20,14% |
| 1991 | 81,45% | 18,55% |
| 1992 | 82,87% | 17,13% |
| 1993 | 83,92% | 16,08% |
| 1994 | 83,56% | 16,44% |
| 1995 | 83,30% | 16,70% |

Relação calculada pela comissão legislativa com base tabela 10.1

TABELAS DO GRUPO 11 - ENSINO MÉDIO (2o. GRAU)

11.1 - MATRÍCULA TOTAL DO ENSINO MÉDIO (1990-1995)

| ANO | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA | TOTAL |
|------|--------------|--------------|-------|
| 1990 | 2086 | 1157 | 3243 |
| 1991 | 2372 | 1117 | 3489 |
| 1992 | 3136 | 981 | 4117 |
| 1993 | 3559 | 1070 | 4629 |
| 1994 | 3883 | 1212 | 5095 |
| 1995 | 4257 | 1487 | 5744 |

Fontes: REDE PÚBLICA: Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista (1990-1995); REDE PRIVADA: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade (1990-1993), Sistema de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação (1994) e Delegacia de Ensino de Bragança Paulista (1995).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

11.2 - VOLUME DE MATRÍCULA POR SÉRIE, DO ENSINO MÉDIO, NAS ESCOLAS PÚBLICAS (1990-1996)

| SÉRIE | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1a. | 1006 | 1235 | 1412 | 1560 | 1617 | 1853 | 1780 |
| 2a. | 664 | 745 | 1003 | 1081 | 1313 | 1293 | 1259 |
| 3a. | 378 | 491 | 628 | 816 | 833 | 965 | 956 |
| 4a. | 38 | 60 | 93 | 102 | 120 | 146 | 98 |
| TOTAL | 2086 | 2372 | 3136 | 3559 | 3883 | 4257 | 4093 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.

11.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DO ALUNADO SEGUNDO O PERÍODO NA REDE ESTADUAL EM ABRIL DE 1996 - ENSINO MÉDIO

| NÍVEL | INDICADOR | | INDICADOR |
|----------|-----------|---------|-----------|
| | DIURNO | NOTURNO | TOTAL |
| 2o. grau | 1.503 | 2.590 | 4.093 |

Fonte: Delegacia de Ensino de Bragança Paulista

11.3 - TRANSFERÊNCIA, EVASÃO, RETENÇÃO - ESCOLAS PÚBLICAS (1990-1995)

| SÉRIE | 1990 | | | 1991 | | | 1992 | | | 1993 | | | 1994 | | | 1995 | | |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. |
| 1a. | 85 | 113 | 105 | 131 | 170 | 123 | 84 | 344 | 155 | 135 | 283 | 73 | 112 | 277 | 159 | 174 | 450 | 170 |
| 2a. | 39 | 47 | 53 | 73 | 90 | 18 | 53 | 244 | 70 | 96 | 177 | 39 | 106 | 125 | 74 | 112 | 230 | 80 |
| 3a. | 22 | 290 | 21 | 29 | 22 | 03 | 25 | 65 | 12 | 63 | 76 | 18 | 35 | 24 | 42 | 71 | 89 | 20 |
| 4a. | 01 | 22 | 1 | 05 | 01 | - | - | 08 | 00 | 05 | 11 | - | 8 | 6 | 3 | 4 | 6 | 0 |
| TOTAL | 147 | 472 | 180 | 238 | 283 | 144 | 162 | 281 | 237 | 299 | 547 | 130 | 261 | 432 | 278 | 361 | 775 | 270 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.

11.4 - TRANSFERÊNCIA, EVASÃO, RETENÇÃO NO ENSINO MÉDIO - ESCOLAS PARTICULARES (1994-1995)

| SÉRIE | 1994 | | | 1995 | | |
|--------------|------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|
| | TR. | EV. | RET. | TR. | EV. | RET. |
| 1a. | 44 | 19 | 38 | 60 | 46 | 43 |
| 2a. | 37 | 39 | 25 | 56 | 39 | 11 |
| 3a. | 31 | 7 | 7 | 32 | 7 | 5 |
| 4a. | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 1 |
| TOTAL | 112 | 66 | 70 | 149 | 95 | 60 |

Fontes: 1994: Sistema de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação; 1995: compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista (1995).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

11.5 - DADOS ESPECÍFICOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE (computados nas demais tabelas do ensino médio)

11.5.1 - REDE ESTADUAL - 1995 (nível 2o. Grau)

| CURSO | NÚMERO DE ESCOLAS | MATRICULA TOTAL | TRANSFERENCE | EVASÃO | RETENÇÃO |
|--|-------------------|-----------------|--------------|-----------|-----------|
| Habilitação específica de 2o. grau para o magistério | 01 | 483 | 17 | 44 | 14 |
| Técnico em Contabilidade | 01 | 171 | 05 | 24 | 05 |
| Técnico em Mecânica | 01 | 77 | 03 | 09 | 04 |
| TOTAL | 02 (*) | 731 | 25 | 77 | 23 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista. (*) Duas escolas, uma com dois cursos.

11.5.2 - REDE PARTICULAR

| CURSO | NÚMERO DE ESCOLAS | MATRICULA TOTAL | TRANSFERENCE | EVASÃO | RETENÇÃO |
|--|-------------------|-----------------|--------------|-----------|-----------|
| Habilitação específica de 2o. grau para o Magistério | 01 | 62 | 06 | 05 | 01 |
| Habilitação Plena de Contabilidade | 01 | 42 | 01 | 10 | 04 |
| Habilitação Plena de Técnico em Eletrônica | 01 | 63 | 03 | 33 | 01 |
| Habilitação Plena de Segurança no Trabalho | 01 | 32 | 00 | 05 | 00 |
| Habilitação Plena em Enfermagem | 01 | 84 | 02 | 11 | 00 |
| Habilitação Plena em Laboratório e Prótese Dentária | 01 | 112 | 10 | 11 | 03 |
| Habilitação Plena em Química | 01 | 71 | 05 | 12 | 4 |
| Habilitação Plena em Processamento de Dados | 01 | 148 | 06 | 06 | 06 |
| TOTAL | 03 (*) | 614 | 33 | 93 | 19 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista. (*) Uma escola com 4 cursos, uma escola com 3 cursos e uma com 1 curso.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

11.5.3 - TOTALIZAÇÕES DAS TABELAS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE (REDE PÚBLICA MAIS REDE PRIVADA) - 1995

| NÚMERO DE ESCOLAS | MATRÍCULA TOTAL | TRANSFERÊNCIA | EVASÃO | RETENÇÃO |
|-------------------|-----------------|---------------|--------|----------|
| 05 | 1345 | 58 | 170 | 42 |

11.6 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DO ALUNADO NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA - ENSINO MÉDIO - 1990-1995

| ANO | REDE PÚBLICA | REDE PRIVADA |
|------|--------------|--------------|
| 1990 | 64,32% | 35,68% |
| 1991 | 67,99% | 32,01% |
| 1992 | 76,17% | 23,83% |
| 1993 | 76,88% | 23,12% |
| 1994 | 76,21% | 23,79% |
| 1995 | 74,11% | 25,89% |

Relação calculada pela comissão legislativa com base na tabela 11.1

TABELAS DO GRUPO 12 - ENSINO SUPLETIVO

12.1 - MATRÍCULA TOTAL DO SUPLETIVO DE 1o. GRAU - I - CBI a 4a. série e II - 5a. a 8a. série (ANO: 1995)

| TIPO | REDE ESTADUAL | REDE MUNICIPAL | REDE PRIVADA | TOTAL |
|-------|---------------|----------------|--------------|-------|
| I | 137 | 612 | 00 | 749 |
| II | 915 | 00 | 79 | 994 |
| TOTAL | 1052 | 612 | 79 | 1743 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.

12.2 - ABANDONO, RETENÇÃO E PROMOÇÃO DO SUPLETIVO DE 1o. GRAU (ANO: 1995)

| TIPO | REDE ESTADUAL | | | REDE MUNICIPAL | | | REDE PRIVADA | | |
|-------|---------------|------|-------|----------------|------|-------|--------------|------|-------|
| | ABAND. | RET. | PROM. | ABAND. | RET. | PROM. | ABAND. | RET. | PROM. |
| I | 61 | 13 | 63 | 291 | 81 | 240 | 00 | 00 | 00 |
| II | 90 | 227 | 598 | 00 | 00 | 00 | 17 | 05 | 57 |
| TOTAL | 151 | 240 | 661 | 291 | 81 | 240 | 17 | 05 | 57 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

12.3 - MATRÍCULA TOTAL DO SUPLETIVO DE 2o. GRAU (ANO: 1995)

| REDE ESTADUAL | REDE PRIVADA | TOTAL |
|---------------|--------------|-------|
| 245 | 76 | 321 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista

12.4 - TRANSFERÊNCIA, ABANDONO, RETENÇÃO E PROMOÇÃO DO SUPLETIVO DE 2o. GRAU (ANO:1995)

| REDE ESTADUAL | | | REDE PRIVADA | | | |
|---------------|------|------|--------------|------|-----|-------|
| ABAND. | RET. | PROM | ABAND. | RET. | TR. | PROM. |
| 24 | 44 | 177 | 18 | 01 | 01 | 56 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.

TABELAS DO GRUPO 13 - ENSINO PROFISSIONALIZANTE - NÍVEL 2o. GRAU - ANO DE REFERÊNCIA: 1995

13.1 - REDE ESTADUAL - 1995 (nível 2o. Grau)

| CURSO | NÚMERO DE ESCOLAS | MATRÍCULA TOTAL | TRANSFERENCE | EVASÃO | RETENÇÃO |
|--|-------------------|-----------------|--------------|--------|----------|
| Habilitação específica de 2o. grau para o magistério | 01 | 483 | 17 | 44 | 14 |
| Técnico em Contabilidade | 01 | 171 | 05 | 24 | 05 |
| Técnico em Mecânica | 01 | 77 | 03 | 09 | 04 |
| TOTAL | 02 (*) | 731 | 25 | 77 | 23 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista. (*) Duas escolas, uma com dois cursos.

13.2 - REDE PARTICULAR

| CURSO | NÚMERO DE ESCOLAS | MATRÍCULA TOTAL | TRANSFERENCE | EVASÃO | RETENÇÃO |
|--|-------------------|-----------------|--------------|--------|----------|
| Habilitação específica de 2o. grau para o Magistério | 01 | 62 | 06 | 05 | 01 |
| Habilitação Plena de Contabilidade | 01 | 42 | 01 | 10 | 04 |
| Habilitação Plena de Técnico em Eletrônica | 01 | 63 | 03 | 33 | 01 |
| Habilitação Plena de Segurança no Trabalho | 01 | 32 | 00 | 05 | 00 |
| Habilitação Plena em Enfermagem | 01 | 84 | 02 | 11 | 00 |
| Habilitação Plena em Laboratório e Prótese Dentária | 01 | 112 | 10 | 11 | 03 |
| Habilitação Plena em Química | 01 | 71 | 05 | 12 | 4 |
| Habilitação Plena em Processamento de Dados | 01 | 148 | 06 | 06 | 06 |
| TOTAL | 03 (*) | 614 | 33 | 93 | 19 |

Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária das informações a Delegacia de Ensino de Bragança Paulista. (*) Uma escola com 4 cursos, uma escola com 3 cursos e uma com 1 curso.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELAS DO GRUPO 14 - INDICADORES DE OFERTA DO ENSINO

14.1 - OFERTA DA REDE ESTADUAL EM NÚMERO DE CLASSES PARA ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO, ENSINO SUPLETIVO e EDUCAÇÃO ESPECIAL, POR SÉRIE E POR SETOR (ANO: 1996)

| NÍVEL/SÉRIE | SANTA TEREZINHA/ VILA BELTRANDO | | CENTRO | | PARQUE DOS ESTADOS | | CRUZEIRO | | RURAL | | ESCOLAS VINCULADAS (RURAL) | | TOTAL POR SÉRIE |
|---------------------------|------------------------------------|-----------|------------|-----------|--------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|----------------------------|-----------|-----------------|
| PRIMEIRO GRAU | DIURNO | | DIURNO | | DIURNO | | DIURNO | | DIURNO | | DIURNO | | |
| CBI | 13 | | 13 | | 08 | | 09 | | 04 | | | | |
| CBC | 17 | | 19 | | 12 | | 18 | | 05 | | | | |
| 3a. | 13 | | 17 | | 11 | | 15 | | 04 | | | | |
| 4a. | 11 | | 16 | | 09 | | 14 | | 04 | | | | |
| SUB-TOTAL | 54 | | 65 | | 40 | | 56 | | 17 | | | 49 | |
| | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | |
| 5a. | 11 | 01 | 23 | 04 | 06 | 06 | 14 | 04 | 04 | 03 | 00 | 00 | 76 |
| 6a. | 08 | 05 | 16 | 07 | 03 | 06 | 09 | 03 | 01 | 01 | 00 | 00 | 59 |
| 7a. | 06 | 04 | 15 | 06 | 01 | 05 | 07 | 04 | 01 | 00 | 00 | 00 | 49 |
| 8a. | 06 | 05 | 12 | 05 | 01 | 04 | 03 | 04 | 01 | 00 | 00 | 00 | 41 |
| SUB-TOTAL | 31 | 15 | 66 | 22 | 11 | 21 | 33 | 15 | 07 | 04 | 00 | 00 | 225 |
| TOTAL 1o. Grau | 100 | | 153 | | 72 | | 104 | | 28 | | 00 | | 457 |
| SEGUNDO GRAU | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | DIUR. | NOT. | |
| 1a. | 03 | 05 | 14 | 16 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 38 |
| 2a. | 00 | 03 | 11 | 17 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 31 |
| 3a. | 00 | 03 | 07 | 13 | 00 | 01 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 24 |
| 4a. | 00 | 00 | 02 | 01 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 03 |
| SUB-TOTAL | 03 | 11 | 34 | 47 | 00 | 01 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 96 |
| TOTAL 2o. Grau | 14 | | 81 | | 01 | | 00 | | 00 | | 00 | | 96 |
| SUPLETIVO 1o. grau | 06 | | 00 | | 00 | | 10 | | 00 | | 00 | | 16 |
| SUPLETIVO 2o. grau | 00 | | 00 | | 00 | | 12 | | 00 | | 00 | | 12 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL | 00 | | 03 | | 00 | | 02 | | 00 | | 00 | | 05 |
| NÚMERO DE ESCOLAS | 06 | | 08 | | 04 | | 05 | | 04 | | 24 | | 51 |

Fonte: Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

14.2 - NÚMERO DE ESCOLAS SEGUNDO A MODALIDADE

| INDICADOR | ESTADO - 1996 | MUNICÍPIO - 1995 | PARTICULAR - 1995 |
|--|---------------|------------------|-------------------|
| EDUCAÇÃO INFANTIL(*) | 00 | 37 | 19 |
| ESCOLAS COM CBI a 4a. SÉRIE - COMPLETO OU INCOMPLETO | 43 | 01 | 10 |
| ESCOLAS COM 5a. a 8a. SÉRIE - COMPLETO OU INCOMPLETO | 19 | 0 | 09 |
| ESCOLAS COM 2o. GRAU (Ciclo regular mais profissionalizante) | 05 | - | 09 |
| ESCOLAS COM ENSINO PROFISSIONALIZANTE (2o. GRAU) | 02 | - | 03 |
| ESCOLAS COM SUPLETIVO DE 1o. GRAU | 05 | 01 | 01 |
| ESCOLAS COM SUPLETIVO 2o. GRAU | 01 | - | 01 |

Informações sobre a educação infantil foram concedidas pela Prefeitura Municipal na resposta ao Pedido de Informações 54/96. As demais informações foram extraídas pela comissão legislativa de planilhas fornecidas pela Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.

TABELAS DO GRUPO 15 - ENSINO SUPERIOR

15.1 - UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF) DADOS FORNECIDOS PELA REITORIA EM 1994

15.1.1 - CURSOS E VAGAS NO CAMPUS DE BRAGANÇA PAULISTA

| CURSO | VAGAS | TURNOS | DURAÇÃO |
|-----------------------------|-------|----------|------------|
| MEDICINA | 80 | DIURNO | 6 ANOS |
| ODONTOLOGIA | 100 | DIURNO | 4 ANOS |
| ODONTOLOGIA | 100 | NOTURNO | 4 ANOS |
| DIREITO | 400 | NOTURNO | 4 ANOS |
| DIREITO | 200 | MATUTINO | 4 ANOS |
| ADMINISTRAÇÃO | 100 | NOTURNO | 4 ANOS |
| CIÊNCIAS CONTÁBEIS | 100 | NOTURNO | 5 ANOS |
| CIÊNCIAS ECONÔMICAS | 100 | NOTURNO | 5 ANOS |
| CIÊNCIAS - BIOLOGIA/QUÍMICA | 100 | NOTURNO | 2/3 ANOS |
| PEDAGOGIA | 80 | NOTURNO | 3 ANOS |
| FARMÁCIA | 90 | DIURNO | 3 / 4 ANOS |
| FARMÁCIA | 90 | NOTURNO | 3 / 4 ANOS |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

15.1.2- CURSOS E VAGAS NO CAMPUS DE ITATIBA

| CURSO | VAGAS | TURNOS | DURAÇÃO |
|---|-------|---------|------------|
| ENGENHARIA CIVIL | 160 | NOTURNO | 6 ANOS |
| PSICOLOGIA | 180 | NOTURNO | 4/5 5 ANOS |
| LÉTRAS | 80 | NOTURNO | 2 / 3 ANOS |
| ANÁLISE DE SISTEMAS | 180 | NOTURNO | 4 ANOS |
| ENGENHARIA IND. - MODALIDADE MECÂNICA | 90 | NOTURNO | 6 ANOS |
| ADMINISTRAÇÃO | 200 | NOTURNO | 4 ANOS |
| ENGENHARIA ELÉTRICA - MODALIDADE ELETRÔNICA | 90 | NOTURNO | 6 ANOS |
| MATEMÁTICA | 80 | NOTURNO | 3 ANOS |

15.1.3 - CURSOS E VAGAS NO CAMPUS DE SÃO PAULO

| CURSO | VAGAS | TURNOS | DURAÇÃO |
|-----------------------------------|-------|----------|-----------|
| ADMINISTRAÇÃO | 100 | NOTURNO | 4 ANOS |
| CIÊNCIAS CONTÁBEIS | 100 | NOTURNO | 5 ANOS |
| PSICOLOGIA | 80 | NOTURNO | 4/ 5 ANOS |
| SERVIÇO SOCIAL | 60 | NOTURNO | 4 ANOS |
| ADMINISTRAÇÃO - COMÉRCIO EXTERIOR | 100 | NOTURNO | 4 ANOS |
| FILOSOFIA | 80 | MATUTINO | 3 ANOS |
| DIREITO | 400 | NOTURNO | 5 ANOS |
| ANÁLISE DE SISTEMAS | 100 | NOTURNO | 4 ANOS |

15.1.4- ALUNADO POR CURSO NO CAMPUS DE BRAGANÇA PAULISTA (1993-1994)

| CURSO | 1993 | | 1994 (ATÉ 31/8) | |
|---------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | MATRÍCULA INICIAL | MATRÍCULA FINAL | MATRÍCULA INICIAL | MATRÍCULA FINAL |
| MEDICINA | 556 | 417 | 539 | 486 |
| ODONTOLOGIA DIURNO | 443 | 400 | 452 | 416 |
| ODONTOLOGIA NOTURNO | 456 | 413 | 452 | 416 |
| DIREITO NOTURNO | 1241 | 1075 | 1310 | 1185 |
| DIREITO DIURNO | 446 | 362 | 557 | 483 |
| ADMINISTRAÇÃO | 420 | 358 | 439 | 385 |
| CIÊNCIAS CONTÁBEIS | 306 | 258 | 314 | 263 |
| CIÊNCIAS ECONÔMICAS | 190 | 106 | 208 | 154 |
| CIÊNCIAS BIO/QUÍM. | 216 | 166 | 234 | 186 |
| PEDAGOGIA | 172 | 140 | 162 | 139 |
| FARMÁCIA (DIURNO) | 283 | 210 | 276 | 230 |
| FARMÁCIA (NOTURNO) | 418 | 338 | 414 | 361 |
| TOTALIZAÇÃO | 5147 | 4243 | 5357 | 4704 |
| ESTÁGIO DIREITO | 309 | 245 | 391 | 334 |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

15.2 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BRAGANÇA PAULISTA (FESB) DADOS FORNECIDOS PELA DIRETORIA.

15.2.1- CONDIÇÃO DO ALUNADO SEGUNDO A PROCEDÊNCIA

| ORIGEM | JUNHO 1994 |
|-----------------------------|------------|
| TOTAL DE ALUNOS | 620 |
| ALUNOS DE BRAGANÇA PAULISTA | 44,77% |
| ALUNOS DE OUTRAS CIDADES | 55,23% |

15.2.2 - CONDIÇÃO DO ALUNADO - ORIGEM E TRABALHO

| ORIGEM | TRABALHAM | NÃO TRABALHAM |
|-------------------|-----------|---------------|
| TODAS | 79% | 21% |
| BRAGANÇA PAULISTA | 34% | 66% |
| OUTRAS ORIGENS | 45% | 55% |

TABELAS DO GRUPO 16 - DADOS SOBRE AS UNIDADES HOSPITALARES

16.1 - SISTEMA DE ATENDIMENTO À DEMANDA

| INDICADOR | SISTEMA DE ATENDIMENTO | | | | | |
|-------------|------------------------|--------|------------|-------|----------|-------|
| | SUS | | Particular | | Convênio | |
| | No. | % | No. | % | No. | % |
| Cirurgias | 478 | 90,70% | 38 | 7,21% | 11 | 2,09% |
| Internações | 1.532 | 92,62% | 79 | 4,78% | 43 | 2,60% |

Fontes dos dados utilizados como base de cálculos: Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista Hospital Universitário São Francisco, fls. 820 a 822, 935 e 944 dos autos da comissão legislativa. Período de referência: amostragem mensal de 1994.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

16.2 - NATUREZA DO ATENDIMENTO E PROCEDÊNCIA DAS PESSOAS ATENDIDAS PELO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCISCO, DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. ANO DE REFERÊNCIA: 1994

| PROCEDÊNCIA | NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS | | |
|---------------------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------------------|
| | INTERNAÇÕES | CONSULTAS AMBULATORIAIS | URGÊNCIAS E PRONTO-SOCORRO |
| BRAGANÇA PAULISTA | 7.392 | 28.479 | 143.572 |
| MUNICÍPIOS DA REGIÃO BRAGANTINA | 3.068 | 10.116 | 23.708 |
| SUL DE MINAS GERAIS | 347 | 4.234 | 5.883 |
| OUTROS | 1.452 | 4.008 | 10.670 |
| SUB-TOTAL | 5.139 | 18.358 | 40.261 |
| TOTAL GERAL | 12.531 | 46.837 | 183.833 |
| % de PROCEDÊNCIA LOCAL | 58,99% | 60,80% | 78,10% |
| % de OUTRAS PROCEDÊNCIAS | 41,01% | 39,20% | 21,90% |

Fonte: Universidade São Francisco (fl. 941 dos autos da comissão legislativa)

16.3 - NÚMERO DE LEITOS - 1994

| HOSPITAL | TOTAL DE LEITOS |
|--------------------------------------|-----------------|
| SANTA CASA DE MISERICÓRDIA | 117 |
| HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCISCO | 220 |
| TOTAL | 337 |

Fontes: Santa Casa de Misericórdia e Universidade São Francisco

TABELA 17 - UNIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE - PRINCIPAIS ATIVIDADES DE 1995

| ESPÉCIE | 1995 |
|--------------------------|----------------|
| ATENDIMENTO MÉDICO | 135.649 |
| ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO | 34.673 |
| ENFERMAGEM | 43.825 |
| VACINA | 33.661 |
| TOTAL | 247.808 |

FONTE - Relatórios anuais de atividades do Poder Executivo, encaminhados à Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELAS DO GRUPO 18 - RECURSOS PÚBLICOS DIRECIONADOS PARA A SAÚDE

18.1 - GOVERNO FEDERAL

| ANO | VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO RS | ROLAGEM DE DÍVIDAS R\$ | RECURSOS PARA SAÚDE |
|------|-----------------------------|------------------------|------------------------------|
| 1995 | 239.691.875.300,00 | 95.872.680.183,00 | 14.781.853.173,00 (gasto) |
| 1996 | 311.411.650.530,00 | 114.133.956.837,00 | 14.512.589.135,00 (previsto) |
| 1997 | 429.927.000.000,00 | 223.806.079.462,00 | 19.509.075.930,00 (previsto) |

Fonte: Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista.

18.2 - GOVERNO ESTADUAL (PROPORÇÕES EM FUNÇÃO DO ORÇAMENTO TOTAL)

| ANO | PROPORÇÃO DIRECIONADA PARA SAÚDE |
|------|----------------------------------|
| 1994 | 11,84% |
| 1995 | 10,23% |

Fonte: Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista.

18.3 - GOVERNO MUNICIPAL (PROPORÇÕES DE DESPESAS REALIZADAS EM SAÚDE SOBRE O TOTAL DE DESPESAS EMPENHADAS PELO MUNICÍPIO)

| ANO | DESPESAS CORRENTES | DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL DO PROGRAMA |
|------|--------------------|---------------------|-------------------|
| 1991 | 6,03% | 0,67% | 6,70% |
| 1992 | 5,82% | 0,55% | 6,37% |
| 1993 | 5,93% | 0,78% | 6,71% |
| 1994 | 5,38% | 0,52% | 5,90% |
| 1995 | 4,20% | 0,39% | 4,59% |

Fonte: Assessoria Financeira da Câmara Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA****TABELAS DO GRUPO 19 - INDICADORES SOBRE ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR**

TABELA 19.1 - INDICADORES DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA - CPA /I-11, de JUNDIAÍ - AO QUAL ESTÁ INTEGRADA A POLÍCIA MILITAR DE BRAGANÇA PAULISTA - Ano de referência: 1994.

| INDICADOR | QUANTIFICAÇÃO |
|---------------------------------|------------------------------|
| Área abrangida | 5.829 km ² |
| População estimada | 941.485 (censo 1991) |
| Municípios abrangidos | 25 |
| Viaturas distribuídas à área | 13 |
| Viaturas operacionais | 97 |
| Relação policial por habitantes | 749,62 hab. para um policial |
| Efetivo fixado | 1.236 |

Fonte: 1a. Companhia do 34o. Batalhão da Polícia Militar/Interior na documentação do Simpósio sobre Efeitos da Duplicação da Rodovia Fernão Dias.

TABELA 19.2 - DEMONSTRATIVO DE TIPOS DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA 1a. COMPANHIA DO 34o. BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR/INTERIOR - BRAGANÇA PAULISTA, 1988 a 1995

| Tipificação | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Homicídios | 03 | 04 | 03 | 02 | 03 | 01 | 03 | 09 |
| Tentativa de homicídio | 12 | 03 | 06 | 06 | 07 | 02 | 08 | 10 |
| Lesão corporal dolosa | 86 | 76 | 64 | 83 | 96 | 61 | 85 | 180 |
| Furto | 260 | 316 | 302 | 402 | 278 | 376 | 352 | 283 |
| Roubo | 32 | 28 | 36 | 56 | 60 | 70 | 80 | 76 |
| Estelionato | 01 | 04 | 03 | 02 | 04 | 06 | 08 | 07 |
| Porte de entorpecentes | 12 | 07 | 09 | 05 | 15 | 16 | 08 | 16 |
| Ato obsceno | 06 | 09 | 08 | 06 | 0 | 0 | 0 | 07 |
| Porte ilegal de arma | 13 | 10 | 07 | 03 | 06 | 01 | 01 | 09 |
| Disparo de arma de fogo | 01 | 03 | 02 | 01 | 23 | 11 | 03 | 05 |

Fonte: 1a. Companhia do 34o. Batalhão da Polícia Militar/Interior (fl. 1489 dos autos).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

TABELA 19.3 - OCORRÊNCIAS ATENDIDAS SOMENTE PELA POLÍCIA MILITAR, NOS ANOS DE 1991 a 1992, EM BRAGANÇA PAULISTA SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS

| GRUPO DE OCORRÊNCIA | MÉDIA-ANO DE 1991 E 1992 |
|----------------------------------|--------------------------|
| OCORRÊNCIAS CONTRA A PESSOA | 325 |
| OCORRÊNCIAS CONTRA O PATRIMÔNIO | 346 |
| OCORRÊNCIAS CONTRA A PAZ PÚBLICA | 635 |
| OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO | 976 |
| AUXÍLIO AO PÚBLICO | 369 |

Compilação de dados: Departamento Legislativo da Câmara Municipal.

Fonte das informações: 1a. Companhia do 34o. Batalhão da Polícia Militar/Interior na documentação do Simpósio sobre Efeitos da Duplicação da Rodovia Fernão Dias.

TABELA 19.4 - MÉDIA-ANO DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA POLÍCIA MILITAR NOS PERÍODOS: 1988-1991 e 1992-1995 SEGUNDO A TIPIFICAÇÃO

| TIPIFICAÇÃO | 1988-1991 | 1992-1995 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| HOMICÍDIOS | 03 | 04 |
| TENTATIVA DE HOMICÍDIOS | 07 | 07 |
| LESÃO CORPORAL DOLOSA | 77 | 106 |
| FURTOS | 320 | 322 |
| ROUBO | 38 | 71 |
| ESTELIONATO | 02 | 06 |
| ATENTADO AO PUDOR | 03 | 06 |
| PORTE DE ENTORPECENTES | 08 | 14 |
| DISPARO DE ARMA DE FOGO | 02 | 10 |
| ATROPELAMENTOS | 09 | 28 |
| ESTUPRO | 0,25 | 01 |
| ATO OBSCENO | 07 | 02 |
| PORTE ILEGAL DE ARMA | 08 | 04 |

Compilação de dados: Departamento Legislativo da Câmara Municipal.

Fonte das informações: 1a. Companhia do 34o. Batalhão da Polícia Militar/Interior na documentação do Simpósio sobre Efeitos da Duplicação da Rodovia Fernão Dias.